**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE LETRAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
LETRAS/MESTRADO-PPGL**

ANA BEATRIZ SANTOS BRAZ

**FEMINISMO NEGRO E INTERSECCIONALIDADE: A INVALIDAÇÃO DE
CORPOS FEMININOS NEGROS EM *EU SEI PORQUE O PÁSSARO CANTA NA
GAIOLA* (1969), DE MAYA ANGELOU E *O OLHO MAIS AZUL* (1970), DE TONI
MORRISON**

**MANAUS
2024**

ANA BEATRIZ SANTOS BRAZ

**FEMINISMO NEGRO E INTERSECCIONALIDADE: A INVALIDAÇÃO DE
CORPOS FEMININOS NEGROS EM *EU SEI PORQUE O PÁSSARO CANTA NA
GAIOLA* (1969), DE MAYA ANGELOU E *O OLHO MAIS AZUL* (1970), DE TONI
MORRISON**

Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em Letras, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras na área de Estudos Literários.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elis Regina Fernandes Alves

**MANAUS
2024**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Braz, Ana Beatriz Santos
B827f Feminismo negro e interseccionalidade : a invalidação de corpos femininos negros em "Eu sei porque o pássaro canta na gaiola" (1969) de Maya Angelou e "O olho mais azul" (1970) de Toni Morrison / Ana Beatriz Santos Braz . 2024
143 f.: 31 cm.

Orientadora: Elis Regina Fernandes Alves
Dissertação (Letras) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Feminismo negro. 2. Interseccionalidade. 3. Racismo estrutural. 4. Personagens femininas negras. I. Alves, Elis Regina Fernandes. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

ANA BEATRIZ SANTOS BRAZ

**FEMINISMO NEGRO E INTERSECCIONALIDADE: A INVALIDAÇÃO DE
CORPOS FEMININOS NEGROS EM *EU SEI PORQUE O PÁSSARO CANTA NA
GAIOLA* (1969), DE MAYA ANGELOU E *O OLHO MAIS AZUL* (1970), DE TONI
MORRISON**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Letras, da Faculdade de Letras, da Universidade
Federal do Amazonas como requisito para obtenção do
título de Mestra em Letras na área de Estudos Literários.

Aprovada em 06 de Agosto de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Elis Regina Fernandes Alves (UFAM)

Profa. Dra. Nícia Petreceli Zucolo (UFAM)

Profa. Dra. Maristela Barbosa Silveira e Silva (UEA)

Dedico este trabalho à minha família,
especialmente ao meu pai, Darciney Braz, e
minha mãe, Maria de Nazaré.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Maria de Nazaré e ao meu pai Darciney dedico todo o meu amor e agradeço por todo esforço que fizeram para que eu chegasse até aqui, por todo o incentivo e pelo profundo apoio. Nunca se esqueçam que mesmo longe sempre seremos uma família.

Agradeço aos meus tios Valmir Brito (in memoriam) e Maria das Graças pelo amor incondicional e por sempre acreditarem na minha capacidade. Para o meu tio Valmir preciso deixar registrado que sempre o levarei no meu coração onde quer que eu vá, seus ensinamentos nunca serão esquecidos. Para minha tia Maria das Graças, que me ama como filha, nunca me esquecerei do encorajamento e do amparo nos momentos difíceis, te amo infinitamente.

À minha madrinha Viviane Braz, por quem tenho grande amor e admiração. Obrigada por me fazer seguir o caminho dos estudos e por ser minha segunda mãe.

À minha irmã Ana Ellyza por ser minha companheira diária, lembrando-me de que nunca estarei sozinha.

Às minhas primas e irmãs Michelle Braz e Laura Braz que, diante de todas as adversidades, sempre estiveram ao meu lado, além de sempre me guiarem pelo melhor caminho.

À professora Dra. Elis Regina Fernandes Alves, minha querida orientadora, com quem eu dei meus primeiros passos na escrita ainda na graduação. Esta conquista é fruto de muitos anos de ensinamentos que jamais conseguirei lhe retribuir à altura, minha eterna gratidão.

Às professoras Nícia Petreceli Zucolo e Maristela Barbosa Silveira e Silva, membros da banca avaliadora, pelas valiosas contribuições na qualificação desta pesquisa.

À FAPEAM pela bolsa concedida para me apoiar nesta pesquisa, oportunizando uma trajetória menos desgastante e uma pesquisa efetiva.

*[...] Eu sei por que o pássaro engaiolado bate suas
asas
Até que seu sangue fique vermelho nas barras
cruéis;
Pois ele deve voar de volta para seu poleiro e
se agarrar
Quando ele gostaria de estar no galho balançando;
E uma dor ainda pulsa nas velhas, velhas
cicatrizes
E elas pulsam novamente com uma picada mais
aguda –
Eu sei por que ele bate suas asas! [...]*

(Paul Laurence Dunbar)

RESUMO

Este trabalho analisa os romances *O olho mais azul*, de Toni Morrison, e *Eu sei porque o pássaro canta na gaiola*, de Maya Angelou sob um viés feminista. O objetivo da pesquisa foi investigar as representações de corpos femininos negros figurados nas obras, relacionando essas representações às questões hierárquicas de gênero, oportunizando, a partir destas duas perspectivas, a exploração da interseccionalidade nas experiências cotidianas de indivíduos que sofrem opressões de raça, gênero e classe. A narrativa de Morrison tem como personagem principal Pecola Breedlove, uma menina negra de 12 anos, que vive em situação precária, tanto comunitária quanto familiar. *Eu sei porque o pássaro canta na gaiola* tem Maya como personagem principal, sendo caracterizada como uma autobiografia de Angelou. Além disso, é possível estabelecer paralelos com a obra de Morrison, uma vez que a autobiografia também aborda a exploração, inferioridade e invisibilidade do corpo feminino negro, questões que manifestam nas duas personagens femininas o desejo de possuir características físicas ocidentais que lhes possibilitariam experiências sociais positivas. A pesquisa realiza uma abordagem teórica e crítica em relação ao contexto histórico e social do feminismo negro, utilizando como base autoras como Davis (2016); hooks (2014; 2019); Ribeiro (2018); Mbembe (2018), além de outras teóricas que propiciam uma compreensão tanto histórica quanto social das vivências de pessoas negras em sociedades ocidentais, evidenciando que houve uma construção de imagem negativa sobre esta comunidade, o que se evidencia ainda mais sobre a mulher não-branca. Além disso, percebeu-se a necessidade de investigar além das questões de gênero e raça, uma vez que as discriminações sofridas por mulheres negras são fundamentadas também na situação de pobreza na qual essas pessoas recorrentemente estão situadas. Sendo assim, utilizou-se, nesta pesquisa, o letramento interseccional de Crenshaw (1991; 1989), além das contribuições de Akotirene (2019) e Bilge e Collins (2020) para corroborar com os estudos e discussões acerca da teoria interseccional, como forma de abranger as diversas formas de opressão que estabelecem um sistema de desmoralização muito superior sobre a figura feminina não-branca. A partir do paralelo estabelecido entre estes dois objetos de estudo, considera-se que as narrativas envolvem reflexões acerca de questões sociais relevantes, com foco no histórico de desmoralização imposto sobre figuras negras. Por fim, a pesquisa evidenciou o quanto os diversos tipos de opressões podem influenciar na trajetória de vida de pessoas negras, mais especificamente mulheres, pois, embora Pecola e Maya tenham tido destinos diferentes, observou-se como suas trajetórias possuem similaridades de preconceito, tragédias, abusos, entre outras formas de opressões que colocam mulheres negras em situação de submissão potencializada. Neste sentido, a análise desta pesquisa contribuiu para reafirmar a importância da interseccionalidade no processo de reflexão e compreensão destas questões sociais que colocam pessoas em situação de marginalização a partir dos processos de hierarquização perpetuados na sociedade.

Palavras-chave: feminismo negro; interseccionalidade; racismo estrutural; personagens femininas negras.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the novels *The Bluest Eye*, by Toni Morrison, and *I Know Why the Caged Bird Sings*, by Maya Angelou, under a feminist bias. The aim of this research was to investigate the representation of black female bodies in the novels, relating these representations of gender hierarchical issues, providing opportunities from both perspectives to explore the intersectionality on the daily experiences of individuals who suffer race, gender and class oppression. Morrison's narrative has Pecola as the protagonist, a twelve-year-old black girl, who lives a precarious community and familiar life. *I Know Why the Caged Bird Sings* has Maya as the protagonist and it is an autobiography of Angelou. Furthermore, it is possible to establish parallels with Morrison's novel, since the autobiography also approaches the exploitation, inferiority and invisibility of the back-female body, issues that express over the two female characters the desire to possess occidental physical characteristics that would enable them positive social experiences. This research accomplishes a critical and theoretical approach about the historical and social context of the black feminism, using as basis authors such as Davis (2016); hooks (2014; 2019); Ribeiro (2018); Mbembe (2018), besides other theorists who provide a comprehension both historical and social of the experiences of black people in occidental societies, evincing that there was the construction of a negative image over this community, what is more evident about the non-white woman. Moreover, there was a need to investigate beyond race and gender issues, once the discriminations suffered by black women are based on the situation of poverty in which these people are frequently put into. Therefore, the intersectional literacy of Crenshaw (1991; 1989) was used, as well as the contributions of Akotirene (2019) and Bilge and Collis (2020) to corroborate with the studies and discussions about the intersectional theory as a way to encompass the various forms of oppressions that establish a much superior system of demoralization over non-white female figures. From the parallel established between the two objects of study in this research, it is perceived that the narratives involve reflections about relevant social issues, focusing on the historical of demoralization imposed on black people. Ultimately, this dissertation evidenced how much the various types of oppression can influence the trajectory of life of black people, specifically the women, for, although Pecola and Maya had had different fates, it was noticed that their life trajectories have similarities in prejudice, tragedies, abuses, among other oppressions that put black women in a potentialized situation of submission. In this sense, the analysis contributed to reassure the importance of the intersectionality in the process of reflection and comprehension of these social issues that put people in situations of marginalization from hierarchical processes that are perpetuated in society.

Keywords: black feminism; intersectionality; structural racism; black female characters.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
CAPÍTULO 1	15
1.1 MAYA ANGELOU E TONI MORRISON: BIOGRAFIA, BIBLIOGRAFIA E CRÍTICA	15
1.2 TONI MORRISON E <i>O OLHO MAIS AZUL</i>	16
1.3 MAYA ANGELOU E <i>EU SEI PORQUE O PÁSSARO CANTA NA GAIOLA</i>	22
CAPÍTULO 2	27
2.1 A INVALIDAÇÃO DE CORPOS FEMININOS NEGROS	29
CAPÍTULO 3 3.1 OPRESSÕES INTERSECCIONAIS EM <i>EU SEI PORQUE O PÁSSARO CANTA NA GAIOLA</i> (MAYA ANGELOU) E <i>O OLHO MAIS AZUL</i> (TONI MORRISON)	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS	141

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho procura investigar as múltiplas desigualdades sociais vivenciadas por mulheres negras, figuradas nos romances *O Olho mais azul*, publicado em 1970, de Toni Morrison, e *Eu sei porque o pássaro canta na gaiola*, de Maya Angelou, publicado em 1969. Neste sentido, as obras retratam como as discriminações influenciam nas recorrentes e visíveis ocupações sociais efetivamente delimitadas, de modo que grupos de pessoas personificadas em padrões pré-determinados de branquitude estão frequentemente à frente de cargos e espaços sociais vistos com certos privilégios. Em contrapartida, sujeitos pessoalizados como o outro, não brancos, são identificados como inferiores e, conseqüentemente, possuem representações sociais subalternizadas, diante de encargos e experiências cotidianas que os fazem lembrar e se reconhecer diariamente como sujeitos subordinados e insignificantes, frente a uma parte da população que não possui maioria efetiva em termos populacionais, mas constitui sua supremacia nas questões econômicas e socioculturais das sociedades. Neste contexto, embora pessoas negras e mulheres sejam numericamente superiores, lidaram, durante a história, com a resistência em relação às suas participações significativas para a coletividade, sendo constantemente submetidas às situações de exploração – embora o sentido de exploração seja heterogêneo para cada caso.

Estar incluído em uma sociedade racializada influencia na interpretação equivocada de que as segregações sociais são questões naturais, impossibilitando que estas desigualdades sejam vistas com olhares críticos e reflexivos, uma vez que ao vivenciar diariamente estes padrões e estereótipos que colocam de forma absoluta brancos acima de negros, indivíduos envolvidos nestes sistemas se habitua a estes cenários, reproduzindo de maneira natural e inconsciente o senso comum. Estes paradigmas ainda vivenciados no mundo contemporâneo possuem raízes na ancestralidade. Desse modo, este trabalho objetiva, além de analisar os preconceitos e subjugações existentes na atualidade, descrever também a trajetória que possibilitou a segregação imposta nas sociedades atuais através do racismo e da exploração de corpos negros, especificando os estudos à potencialização do racismo e do patriarcalismo impostos às figuras femininas negras.

A mulher negra vivenciava dois tipos principais de segregações nas sociedades ocidentais, uma vez que a desvalorizavam pelo gênero e pela raça. Neste cenário, essa pessoa duplamente inferiorizada sempre foi representada como o outro absoluto, pois em nenhum contexto ela ocupava lugar de privilégio, embora todos os outros indivíduos possuíssem alguma

representação que os colocassem em lugar de sujeitos em algum momento – incluindo o próprio homem negro, pois diante do racismo que ocasionava sua exploração, ele conseguia ser colocado acima da mulher negra quando utilizava os privilégios patriarcais.

Vale ressaltar que a expressão o “outro absoluto” foi criada por Simone de Beauvoir (2009), em *O segundo sexo*, obra basilar dos estudos feministas, publicada em 1949. Para a filósofa, embora o homem consiga se perceber como sujeito absoluto, ele não consegue identificar reciprocidade na figura feminina e reconhecê-la, também, como sujeito. Neste sentido, sempre há ideias positivas relacionadas ao homem, pois ele é a referência principal, entretanto, a mulher ocupa continuamente a posição do “outro absoluto” por não ser reconhecida integralmente como um sujeito, e estar, de forma constante, sujeitada às limitações que o sujeito absoluto impõe a si.

Neste sentido, o feminismo negro, utilizado como base para analisar as representações de corpos afrodescendentes marginalizados, tenta promover local de fala para estas pessoas que por muitos anos foram silenciadas. Entretanto, nota-se que o gênero não é o único fator que influencia na segregação, mas questões raciais são um dos principais artifícios de uma sociedade que tenta descaracterizar a existência e o poder de representação da mulher negra. Por esse motivo, a teoria interseccional, aplicada às questões feministas, é colocada como fonte de acesso aos pontos de desvalorização da mulher negra que o feminismo não é capaz de abranger.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, realiza-se um levantamento teórico e crítico sobre o feminismo negro, utilizando autoras como Angela Davis (2016), a partir de seu *Mulheres, raça e classe*, de 1981, na tentativa de promover um detalhamento histórico da exploração sofrida pela população afrodescendente, mais especificamente, os diversos abusos vivenciados pelas mulheres negras desde os raptos das aldeias africanas às quais pertenciam, até as mais diversas formas de explorações experienciadas nas terras ocidentais que invalidavam um existencialismo digno e livre para este povo racialmente desprivilegiado. Além disso, utiliza-se a crítica contundente de bell hooks (2014) em *E não sou eu uma mulher?*, obra de 1981, em que discute contextualizações voltadas à invalidação da mulher negra como pertencente ao gênero feminino, e suas diversas abordagens históricas que descrevem as explorações às quais o corpo negro e feminino esteve submetido tanto quando escravizado quanto após a abolição, justificando ainda mais a crítica à sociedade patriarcal que submete a mulher afrodescendente a um tipo de exploração potencializada, por ela não pertencer aos padrões estéticos impostos pelo eurocentrismo. Na segunda obra de hooks (2019), intitulada *Teoria feminista: da margem ao centro*, de 1984, a autora utiliza sua experiência na cidade racista e com passado escravocrata, Hopkinsville, no Kentucky, para iniciar as discussões sobre

o fato de a mulher negra estar sempre à margem da sociedade, mais excluída, até mesmo, que outros seres oprimidos pelo patriarcado ou pelo racismo.

Também sobre o feminismo negro, em *Quem tem medo do feminismo negro?*, Djamila Ribeiro (2018) propõe reflexões para a sociedade a partir de suas próprias vivências como uma mulher negra e marginalizada. Diante disso, pode-se considerar que a obra serve, em diversos momentos, como uma autobiografia da autora, pois ela relembra os episódios de violência aos quais foi submetida. De certa maneira, Ribeiro aponta que o principal caminho para lutar contra esse sistema racial e patriarcal é reconhecer a própria identidade e suas bagagens históricas, pois foi ao desenvolver trabalhos na *Casa de Cultura da Mulher Negra* que ela pôde conscientizar-se de sua representação étnica e de todas as questões que estavam por trás dessas violências que, antes, pareciam ser algo natural, normal. Para promover estas discussões, a autora se inspira em nomes renomados do feminismo negro, como bell hooks, Toni Morrison e Conceição Evaristo.

Também serão utilizadas outras autoras que abordam a temática do feminismo, como Naomi Wolf, com a obra *O mito da beleza* (1992), na qual aponta as diversas manifestações capitalistas e patriarcais que submetem as mulheres a um ideal de beleza feminina. Para a autora, a estética é um dos maiores atributos da prisão feminina, pois reforça as conjunturas de subalternização da mulher pelo homem, além de promover a rivalidade entre as pessoas do gênero feminino. Porém, ao tratar da “estética feminina”, Wolf não especifica a estética feminina negra, sinalizando que o padrão estético é o da branquitude. Neste sentido, importa debater como o padrão de beleza feminino sempre foi o da mulher branca. Também serão utilizadas as considerações de outras autoras do feminismo negro e dos feminismos, de modo geral, para reforçar as discussões promovidas nesta pesquisa, como Simone de Beauvoir, com *O segundo sexo*, de 1949. Embora a filósofa francesa não trate da mulher negra, importam suas considerações sobre os papéis femininos justamente para se debater como o feminino sempre foi visto como sinônimo de branquitude, numa invisibilização da situação da mulher negra dentro dos próprios pensamentos feministas.

Utiliza-se, também, Kimberle Crenshaw (1991) em suas pesquisas sobre interseccionalidade, denominadas *Mapping the margins: interseccionality, identity politics and violence against women of color* e *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics* para estabelecer o debate sobre questões do feminismo negro que não são abrangidas pelas pautas raciais ou pelos movimentos feministas. Suas pesquisas evidenciam a importância de desenvolver estudos que promovam reflexão e mudança em uma base social estruturada pelo

preconceito racial e de gênero. É importante analisar as múltiplas vivências femininas além das teorias feministas, expandindo esses estudos às teorias que foquem nas diversas violências sofridas pela mulher não-padrão, por isso a necessidade de incluir a teoria interseccional, para expor como a mulher negra sobrevive diante de uma sociedade que sempre beneficia pessoas (inclusive outras mulheres) padronizadas pelo eurocentrismo, pela classe, e pela cisheteronormatividade.

Outras autoras serão utilizadas para apoiar a abrangência da interseccionalidade, como Carla Akotirene, em *Interseccionalidade* (publicado em 2019) e Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, com *Interseccionalidade* (título original: *Interseccionalidade*, publicado em 2020 no Brasil), obras que aprofundam os debates de Crenshaw. Akotirene explica muitas questões no contexto brasileiro, enquanto Collins e Bilge realizam um estudo mais amplo, com um levantamento histórico sobre como as ideias interseccionais, aplicadas a feminismos plurais, já existiam, mesmo antes de Kimberle Crenshaw cunhar o termo, e como ela se expande para muitos campos, não se restringindo ao feminismo.

Essa pesquisa possuiu metodologia verticalizada, pois, além de resumo e introdução, houve o levantamento teórico e a análise dos objetos de estudo estabelecidos em paralelo e divididos por capítulos. O primeiro capítulo discutirá sobre as autoras, Toni Morrison e Maya Angelou, seus contextos de vida, trajetória, obras, entre outros elementos que servirão para conhecer e aproximar as autoras. O segundo capítulo discutirá sobre a necessidade do fortalecimento do feminismo negro diante de movimentos feministas liderados por pessoas brancas, que tratavam a pauta de forma elitista; além disso, para que se pontuem estas questões, ocorrerá a contextualização da trajetória da mulher negra desde as situações de escravidão às quais eram submetidas, até o racismo estrutural perpetuado nas sociedades e evidente mesmo após a abolição. Neste capítulo, os romances *O Olho mais azul*, de Toni Morrison, e *Eu sei porque o pássaro canta na gaiola*, de Maya Angelou, já serão analisados para evidenciar a subalternização imposta à mulher negra nos Estados Unidos da década de 1940.

No terceiro capítulo da fundamentação teórica, a pesquisa contextualiza os dois romances à teoria interseccional nomeada por Crenshaw, pela necessidade em pensar na marginalização da mulher negra por questões também culturais, étnicas, classistas, religiosas, orientações sexuais, entre outras, fatos que inviabilizam os estudos sobre as condições sociais de figuras femininas negras apenas pelo viés feminista. Os romances alvo desta pesquisa ilustrarão as opressões interseccionais que atingem as personagens femininas negras.

Por último, realiza-se as considerações finais, identificando como as personagens são entendidas pelo feminismo negro e pela interseccionalidade, além de discutir sobre o

entrecruzamento de ideias das duas obras, haja vista tratarem de personagens femininas negras no contexto social dos Estados Unidos dos anos 1940. Posteriormente, elencam-se as referências bibliográficas.

CAPÍTULO 1

1.1 MAYA ANGELOU E TONI MORRISON: BIOGRAFIA, BIBLIOGRAFIA E CRÍTICA

As autoras que produziram os romances analisados nessa pesquisa, Maya Angelou e Toni Morrison, têm sido investigadas por sua extensa produção ficcional de romances, contos, peças de teatro, poemas, mas, também, pela contribuição teórico crítica feita acerca de temas como o feminismo negro, a interseccionalidade, os direitos femininos, as questões raciais e de racismo, principalmente sobre mulheres negras. Por isso, antes de adentrar em suas obras, especificamente nos romances *Eu sei porque o pássaro canta na gaiola*, de Maya Angelou, publicado em 1969 e *O olho mais azul*, de Toni Morrison, publicado em 1970, importa conhecer melhor as duas escritoras, em termos de biografia, bibliografia, recepção crítica e como as obras acima elencadas são vistas pela crítica especializada, para que se especifique como é possível a correlação de suas obras e temáticas.

1.2 TONI MORRISON E *O OLHO MAIS AZUL*

Registrada como Chloe Anthony Wofford, a estadunidense Toni Morrison nasceu em Lorain, Ohio, em 18 de fevereiro de 1931. Diante do pouco espaço para negros, em uma sociedade que era fortemente marcada pela luta antiescravagista, não era comum reconhecer afrodescendentes fora do padrão de servidão no qual frequentemente estavam pessoalizados, neste sentido, considera-se que Morrison era uma das exceções deste contexto racializado, uma vez que ela se constituiu academicamente ao estudar Inglês em Howard e, posteriormente, em 1955, ao tornar-se mestre em Literatura, pela universidade de Cornell. A obra da autora, analisada nesta pesquisa, foi seu primeiro romance, sendo este o primeiro passo para que seu prestígio como escritora lhe rendesse o prêmio Nobel de Literatura em 1993. (Santos, 2019).

Toni Morrison, além de trabalhos artísticos, também foi responsável por atuar em palestras, entrevistas, escrever artigos e tecer crítica literária. Embora seja conhecida pela sua relevância na literatura, suas experiências não se restringiram a essa área, tendo atuado também como editora chefe da revista *Random House*, e sido professora de universidades renomadas, como: Universidade do Sul do Texas, Princeton e Yale. Além de a autora utilizar a literatura como manifestação cultural, também opera na tentativa de desconstruir uma sociedade racializada e patriarcal. O principal artifício de Morrison para atuar na literatura com temáticas que focam na raça e no gênero é sua própria existência, sendo uma mulher negra que percebe e vivencia a segregação sofrida pela população afrodescendente. A interseccionalidade é uma das teorias abordadas para contemplar as situações discutidas por Morrison em *O olho mais azul*,

uma vez que somente as teorias feministas não seriam suficientes para investigar as problemáticas na narrativa em questão. (Souza, 2022).

A obra foi publicada em 1970, entretanto, o primeiro grande sucesso da autora foi *Canções de Salomão*, publicado em 1977, tendo sido a partir desta obra que ela adquiriu notoriedade suficiente para receber seus primeiros prêmios literários. Embora seu primeiro romance não tenha recebido predileção inicial pelo público, atualmente, é uma obra consagrada pela maneira como aborda o cotidiano de crianças negras que lidam com o racismo e o *bullying* nas comunidades em que estão inseridas.

A escrita de autoria negra começa a ter mais visibilidade, nos Estados Unidos, na década de 1920, com a ascensão artística do *Harlem Renaissance*, mas é a segunda metade do século XX que é marcada pelo impulsionamento de temáticas raciais tanto na literatura quanto em outros contextos sociais. Dessa maneira, as obras de Morrison possuem grande representatividade para a literatura contemporânea e, neste caso, *O olho mais azul* desenvolve uma perspectiva especial nesse contexto, ao levar em consideração que a trama se passa no mesmo ambiente em que Morrison nasceu, a cidade de Lorain. (Souza, 2022).

Ao desenvolver uma narrativa que explora a vivência de crianças negras dos Estados Unidos, a autora aborda as condições socioeconômicas vivenciadas por uma comunidade que ficou marcada pelos reflexos da escravidão. Neste contexto, grande parte dos personagens eram pessoas caracterizadas por uma vida sem perspectivas porvindouras, como era o caso da família Breedlove, pois, embora no início do relacionamento, Pauline e Cholly tivessem tentado ter uma vida leve e remotamente feliz, a realidade penosa e rígida de pobreza e segregação interferiu no cotidiano e na conseqüente relação familiar destas pessoas, despertando um convívio frio e agressivo entre si mesmos e seus pares. A história da família Breedlove demonstra que o negro não possuía um lugar efetivamente dele, pois, na realidade, ele era “escondido”, “ocultado” da vida em sociedade, ele tinha o direito de conviver apenas com seus semelhantes, mas não tinha o direito de ultrapassar a demarcação que era imposta para esta população – exceto quando eles estivessem na função de servidão, neste caso, era possível “conviver” com a branquitude.

Ressalta-se que a autora não limita a narrativa apenas pela perspectiva de um sujeito que é fundamentalmente atingido pelo racismo diário, mas, também, pelo viés literário que aborda a vivência da mulher negra em uma sociedade que subalterniza o corpo preto e, mais efetivamente, coloca essa figura feminina na base da pirâmide de opressão. Diante das mulheres negras de *O olho mais azul*, observa-se que a autora expõe que corpos negros e femininos não são valorizados, pois é a partir de um fenótipo totalmente oposto ao da mulher negra que se

idealizam os sinônimos de feminilidade, sendo a partir deste protótipo que diversas outras percepções de “insuficiência” são despertadas nas personagens, como a falta de amor próprio, a impossibilidade de enxergar beleza nos filhos, o desejo de Pecola em possuir olhos azuis, expondo a desqualificação que era imposta sobre a mulher negra e que, naturalmente, era internalizada e perpetuada. Estas questões são abordagens que demonstram como Morrison narra também as experiências dela como mulher negra, haja vista que, mesmo após o fim da escravidão, nunca houve uma tentativa efetiva de amenizar a subalternização do homem negro e, mais efetivamente, da mulher negra.

O primeiro romance retrata diversas conjunturas raciais que simbolizam a miséria e o racismo estrutural evidentes na sociedade estadunidense de 1940. Diante desse contexto, estabelece-se uma discussão como forma de investigar e debater os cenários de precarização e desmoralização envolvendo a população preta e, mais especificamente, o sexismo e a maior potencialização da opressão sobre mulheres negras que figuram na obra. A narrativa possibilita evidenciar que embora a opressão sexista abranja todas as mulheres, a desigualdade nem sempre será em níveis proporcionalmente idênticos para todas, pois a estrutura social perpetuada no mundo estabelece que alguns grupos de pessoas sejam mais inferiorizados, ocorrendo certa naturalização na incorporação de valores, resultando em noções de dominação de uns sobre outros.

Por mais que exista o fator comum de discriminação ao gênero feminino, ainda há outras variações ideológicas que permitem que algumas mulheres sejam vistas como inferiores às outras por fatores econômicos, raciais, sociais, entre outros. Sendo assim, essa pesquisa estabelece discussão acerca do sistema patriarcal, evidenciando que não há como produzir um estudo hegemônico sobre gênero quando algumas mulheres sofrem opressão em níveis mais elevados do que outras. O contexto criado por Morrison em *O olho mais azul* possibilita a análise de questões raciais, de gênero e de classe que influenciam na inferiorização de pessoas negras e, principalmente, de mulheres negras.

Observa-se que a prioridade da autora não era se adequar aos padrões de escrita eurocêntricos, que quase nunca disponibilizavam espaço para pessoas negras serem protagonistas das narrativas. Embora a retratação de personagens negros fosse comumente em papéis de servidão tanto por autores negros quanto por escritores com características ocidentais, havia uma grande diferença na forma como ocorriam essas abordagens, uma vez que nos personagens negros roteirizados a partir da percepção de autores brancos não havia crítica social que fizesse os leitores refletirem sobre o cenário e as camadas de desvalorização que essa parte da população enfrentava cotidianamente, a figuração do negro nestes romances partia da

naturalização e passividade sobre as conjunturas econômicas e sociais que estavam consolidadas desde seus antepassados. Os escritores ocidentais, ao colocar o negro nessa posição de submissão, não desenvolviam as nuances que possibilitassem uma crítica social sobre as delimitações impostas às pessoas por causa da cor da pele.

É diante desse contexto que se possibilita perceber as especificidades e a importância da literatura negra nas camadas sociais. Tanto Morrison quanto Angelou protagonizavam o negro e personificavam nele aspectos que não eram abordados por autores brancos renomados, pois estas autoras percebiam a importância de causar reflexão no público sobre as questões sociais que envolviam a comunidade negra, deste modo, a literatura não era apenas um objeto de troca entre escritores e leitores, era, também, um artifício de luta. Nesse contexto, autores negros conscientizar sobre a realidade, fazendo o público afrodescendente perceber que as condições de vida da população negra eram conjunturas sociais ocorridas após anos de marginalização e exploração. Nas obras de autoria negra, seus descendentes ainda eram retratados como submissos, ainda eram escravizados, ainda eram discriminados, entre outras formas de marginalizações cotidianamente vivenciadas por negros de uma maneira geral, entretanto, a diferença da abordagem desta literatura estava na não naturalização destas contextualizações, ou seja, eles tentavam mostrar ao público que havia grandes questionamentos a serem feitos e repensados sobre as camadas sociais menos privilegiadas racialmente, as narrativas eram roteirizadas para que houvesse reflexão e crítica social sobre o que os negros vivenciavam e as causas de sua marginalização.

A grande relevância destes autores estava, efetivamente, em escrever e mostrar a realidade sociocultural de pessoas negras que estavam perpetuadas no sofrimento, na solidão, no desamor, na marginalização. Um exemplo disto é uma das principais obras de Toni Morrison, *Beloved* (1987), em que ela tenta, por meio da indignação na atitude de uma mãe que tira a vida da própria filha, mostrar ao público o quão cruel era a vida de pessoas escravizadas para que uma mãe chegasse ao extremo de assassinar a própria filha, de modo que esta não vivenciasse toda a crueldade da escravização que a mãe vivenciou. Mas, além disso, é importante que as pessoas pudessem refletir sobre como a escravidão não terminou após a abolição, e em como as pessoas negras eram diariamente postas em diversas situações escravizadoras ainda, pois nunca houve verdadeira tentativa de reestabelecer novos caminhos para uma sociedade tão racializada, que cerceava a vida de quem não fazia parte dos privilégios sociais e econômicos:

Alguns temas são recorrentes na obra de Toni Morrison: a solidão, o amor ou a falta dele, e principalmente as consequências que um amor fraco pode trazer para a vida de suas personagens. Em sua obra *Amada*, ganhadora do Pulitzer em 1988, romance baseado em fatos que retratam a fuga de Sethe, uma escrava

que nega o cativo e busca uma vida melhor para si e seus filhos e que, ao se encontrar sem saídas, recorre para o infanticídio de sua filha mais nova Amada, pois a morte seria um destino menos cruel que a vida em cativeiro. (Santos, 2019, p. 64)

A autora tenta dar novas interpretações para a atitude dessa mãe que foi inspirada em uma figura real, a escravizada Margareth Garner e que, na tentativa de livrar a filha de todo o sofrimento causado pela escravidão, prefere matá-la do que vê-la sofrer a vida inteira. Morrison tenta, por meio da literatura, possibilitar novas interpretações para esse amor maternal, mostrando isso através da falha tentativa de Sethe em superar este assassinato. A literatura de autoria branca não dava o mesmo panorama para os personagens não-padrões, pois, embora eles também figurassem os negros como empregados, escravizados, ladrões, entre outros, eram papéis efetivamente secundários, fazendo com que o foco destas narrativas fossem sempre a vida e as complexidades vivenciadas pelos protagonistas brancos, deste modo, era pouco provável que houvesse reflexão por parte do público diante de uma história em que não havia relevância significativa sobre a vida de pessoas pretas, uma vez que seus papéis eram tão subalternizados ao ponto de não haver contextualizações problematizadoras sobre o modo de vida destas pessoas.

Como exemplo disto, Ribeiro (2018) argumenta justamente sobre a falta de protagonismo dado a pessoas negras, embora o protagonismo colocado por ela seja no sentido de desconstruir a visão negativa ou inferior frequentemente imputada sobre as pessoas negras (empregadas domésticas, marginais, violentos, sexualizados, entre outros). Seu pensamento mostra como mesmo na contemporaneidade ainda há resistência em fazer dos negros protagonistas, pois este papel sempre lhes foi negado:

Não somos protagonistas das novelas, não somos mocinhas nem vilãs, no máximo as empregadas que servem de mera ambientação, adereço (inclusive passível de abuso) para a história do núcleo familiar branco. [...] Algumas atrizes como Taís Araújo e Camila Pitanga se destacam, mas não podemos ignorar que é por serem jovens e terem a pele mais clara. Mulheres como Ruth de Souza são esquecidas num meio que valoriza grandes nomes como Fernanda Montenegro. Isso não tem nada a ver com talento (tanto a primeira como a segunda têm versatilidade e técnica de sobra), mas sim com a cor da pele de cada uma e as oportunidades que lhes são dadas. Qual será o destino das atuais atrizes negras brasileiras? Ou das meninas negras que sonham estudar teatro e cinema? Há lugar para elas? Se há, que lugar é esse? (Ribeiro, 2018, p. 95-96)

Observa-se que a autora destaca que as pessoas negras, quando estão presentes na ficção, quase nunca assumem um papel de relevância, pelo contrário, estão sempre na figuração secundária para que personagens brancos sejam reconhecidos. Por esse motivo, a literatura

negra se faz importante, pois é destas pessoas que vivenciam diariamente o racismo que podem surgir conscientização sobre a importância de mostrar e dar relevância para as pessoas negras e seus contextos de vida nas mais diversas camadas sociais, sendo isso, justamente, o que é feito por Morrison e Angelou.

Mesmo conquistando grande representação literária, inimaginável para pessoas negras que estavam constantemente associadas a atividades servis, principalmente de sua época, isso não significa que Toni Morrison tenha conquistado tamanha importância de maneira simples e rápida. Morrison só começou a escrever aos 34 anos: “Para alguém que começou a escrever aos 34 anos, publicando aos 39 anos, onze romances num período correspondente a quarenta e cinco anos, tendo vivido até os oitenta e oito anos é realmente um grande legado deixado pela senhora, D. Toni/Chloe!” (Cordeiro, 2023, p. 45). Uma mulher com características físicas ocidentais não encontraria tantas dificuldades para se tornar escritora quanto uma mulher negra, talvez, por esse motivo, a autora tenha demorado para despontar como escritora, fato que explica o seu primeiro romance, *O olho mais azul*, não ter ganhado tanta projeção inicial, e apenas anos mais tarde ter sido considerado uma grande obra da literatura. Ademais, Cordeiro também aponta sobre a escassez de pesquisas sobre as obras de Toni Morrison, sendo ainda pequenas as amostras de suas obras como objetos de pesquisa por acadêmicos brasileiros:

Num breve levantamento realizado no Banco de Dados da Capes, no intervalo de um pouco mais de duas décadas (1996 a 2019), foram encontradas trinta e nove pesquisas (trinta dissertações e nove teses), e mesmo assim as obras escolhidas como corpora para esta investigação não são as mais eleitas por tais pesquisas. Pela vultuosidade que a senhora alcançou pelo mundo, sobretudo na América Negra, acredito que, pelos números apresentados, muito ainda tem o que ser feito no que se refere a investigações de ordem acadêmica sobre o diverso, complexo e múltiplo legado deixado pela senhora, D. Toni/Chloe. (Cordeiro, 2023, p. 47)

Neste sentido, constata-se que uma das principais (ou principal) autoras que abordam questões raciais negras não ter recebido tanta projeção nacional reflete na falta de reconhecimento e de significância colocadas sobre estas pautas. As discussões raciais são as principais formas para que o racismo arraigado socialmente seja cada vez mais destituído dos comportamentos diários – que às vezes ocorre de forma inconsciente, por serem concepções internalizadas. Cordeiro também faz uma abordagem sobre a obra que serve como objeto de estudo desta pesquisa: “A obra *O olho mais azul* foi identificada em oito das trinta dissertações encontradas, sendo metade referente a estudos sobre tradução, estando algumas em inglês. Das nove teses, duas elegeram essa obra como corpus e destas uma está em inglês” (Cordeiro, 2023, p. 47). Nesse sentido, o primeiro trabalho da autora é, atualmente, um de seus objetos literários

mais abordados como estudos acadêmicos no Brasil sobre ela, fato que corrobora para o que foi colocado anteriormente sobre Morrison não ter tido grande reconhecimento em seus primeiros anos como escritora, e apenas anos mais tarde sua primeira publicação ter ganhado notoriedade, acentuando ainda mais os desafios que a mulher negra enfrenta para ser reconhecida na literatura, principalmente autoras que não se adequam aos padrões de escrita ocidentais. As obras de Morrison se diferem de autoras brancas uma vez que eles, frequentemente, criavam personagens com características eurocêntricas e que, conseqüentemente, não eram atingidos por questões raciais que os faziam ser constantemente marginalizados em diversas esferas sociais.

À vista disso, *O olho mais azul* inter-relaciona as experiências vivenciadas por três meninas afrodescendentes às histórias individuais de Cholly e de Pauline. Nesse contexto, é possível dialogar não apenas com as dificuldades enfrentadas por crianças afrodescendentes, mas também com as diversas camadas que envolvem o processo de construção identitária de corpos negros, tanto masculinos quanto femininos, e o quanto essas representações se contrapõem aos padrões feminino e masculino impostos pela sociedade patriarcal e racista, sendo assim, é exposto como a desvalorização do corpo negro influencia também na construção identitária, na trajetória e na relação com os demais indivíduos da sociedade.

1.3 MAYA ANGELOU E *EU SEI PORQUE O PÁSSARO CANTA NA GAIOLA*

Eu sei porque o pássaro canta na gaiola é de autoria de Maya Angelou, e foi publicado em 1969. Trata-se de uma autobiografia da autora, em que ela retrata as experiências enquanto criança negra, vivenciadas na sua infância e juventude. O título do romance foi baseado no poema *Simpathy*, de 1899, do poeta negro Paul Laurence Dunbar, reconhecido nacionalmente como o primeiro poeta afro-estadunidense. O nome da obra também pode fazer uma referência ao contexto de vida das pessoas negras, que foram aprisionadas quando escravizadas, assim como ocorre com um pássaro que está preso em uma gaiola; embora este animal possa cantar, seus movimentos estão limitados a um pequeno espaço, e a única forma dele ultrapassar estes limites é utilizando a voz para cantar, assim como a população negra que, embora tenha seus passos limitados socialmente, possui a voz para utilizar de diferentes formas e, aos poucos, ultrapassar os limites impostos pelo racismo estrutural que tanto lhe aprisiona:

[...] Maya Angelou faz uma reflexão sobre a alegria, a tristeza, o desespero, tendo como primeira imagem evocada pelo título uma gaiola que consiste num lugar que restringe, aprisiona e limita a mobilidade de um pássaro. Entretanto, mesmo sem a possibilidade momentânea de sair da gaiola, o pássaro canta e, esse canto, num primeiro momento, reverte-se da área do lamento ao descobrir-se preso.

Nessa possibilidade entre escapar ou permanecer preso, o pássaro canta para que o som transcenda a prisão e mostre-se mais forte em relação àquele que o prendeu. (Corrêa, 2008, p. 92)

Por isso é importante pontuar que a obra em análise nesta pesquisa e, também, as demais obras autobiográficas da autora, fazem uma rememoração das condições de vida da população negra no seu passado, assim como no presente, dessa forma, é possível que sirvam como roteiro para reconhecimento identitário deste povo.

O nome real da autora é Marguerite Annie Johnson – foi apelidada de Maya ainda na infância pelo seu irmão –, nasceu em St Louis, Missouri, nos Estados Unidos, e herdou o sobrenome Angelou de um ex companheiro. Assim como a maioria da população negra, Maya Angelou não nasceu em uma família de classe alta e não tinha chances de grandes oportunidades na vida, por ser uma criança negra de pele escura, nesse contexto, ela começou a trabalhar, com registros, aos dezessete anos como condutora de trens, nos Estados Unidos. No meio artístico, ela se envolveu em cinemas e TV como diretora, produtora e roteirista, estas funções demonstram que a autora não permitia limitar-se pelo patriarcalismo e racismo que a sociedade norte-americana impunha à comunidade preta, pois, ao atuar nestas áreas, ela rompia paradigmas de um mercado de trabalho predominado por pessoas do gênero masculino e da branquitude. (Fanini; Amaral e Sandrini, 2020).

É importante destacar o uso da autobiografia em suas obras, principalmente na análise desta pesquisa. O gênero autobiográfico é uma das particularidades de autores afro-americanos que tentavam, de alguma maneira, firmar-se na literatura ocidental, mas que sofriam forte resistência por parte de autores de obras canônicas que integravam o movimento literário e criavam uma espécie de padrão de escrita que, de alguma forma, não incluía a vivência dos negros. A autobiografia não estava de acordo com os padrões ocidentais pois fazia a abordagem de um Eu não-padrão, colocando este indivíduo como um ser reconhecidamente ativo e participante de uma sociedade que tentava, constantemente, invisibilizá-lo. Neste sentido, este gênero não tratava apenas de reproduzir histórias, mas de reafirmar as descendências étnicoculturais deste povo, além de, obviamente, reproduzir de maneira crítica como a população negra era percebida de modo subserviente nas diversas esferas do ambiente americano e europeu. Silva (2011) afirma que:

De acordo com William Andrews (1997), a autobiografia assume uma posição de prioridade na tradição das narrativas da literatura afro-americana, pois esta testemunha desde a metade do século XIX um comprometimento do povo de cor em articular as suas realizações como indivíduos e como pessoas de afrodescendência. Ademais, segundo o mesmo autor, a autobiografia mais do que qualquer outro discurso literário, foi escolhida pelos afro-americanos

como forma de demonstrar os ideais do “eu”; e há um interesse entre abrir um cânone branco e aristocrático para a escrita do “outro”, da raça negra e da categoria da mulher. (Silva, 2011, p. 5)

Eu sei porque o pássaro canta na gaiola foi o primeiro romance autobiográfico de Maya Angelou, sendo, a partir deste objeto literário, que o público teve a possibilidade de encontrar diversas evidências do racismo estrutural vivenciado pelos personagens. Mas, além disso, é importante salientar que a autobiografia não se resume a um aspecto unilateral da vida privada da autora, pois vai além disso, uma vez que há a perspectiva da personagem a partir de sua infância, em que a autora tenta, de alguma maneira, transmitir os sentimentos de uma jovem ingênua que ainda não havia adquirido maturidade suficiente para lidar e entender de forma ampla as violências sofridas em seu cotidiano. Em contrapartida, há a percepção da autora após já ter passado por todo esse processo de amadurecimento e reconhecimento da própria identidade, sendo assim, é possível identificar uma abordagem privada ao mesmo tempo em que há uma legitimação política e étnico-cultural da comunidade negra:

De forma particular, a questão de gênero tem relevância na produção de Maya Angelou e, por meio das narrativas, a autora evidencia como as mulheres negras são violadas por forças opressoras, inclusive da própria comunidade negra, o que confere à obra um tom político. [...]

Nesse cenário, consolida-se a jornada de Maya que perpassa a inocência até o momento de conscientização, da desfragmentação à identificação com a luta dos negros, da ruptura com as ‘barras da gaiola’ que a aprisionavam. Transformando seu lamento em um canto forte e pulsante. (Corrêa, 2008, p. 83)

Neste sentido, a obra retrata parte de um olhar inocente e inexperiente sobre as violações sofridas por Maya quando criança. De certa forma, a autora tenta transmitir essa falta de letramento étnico e social da personagem, pois, por se tratar de uma autobiografia, a própria autora se viu nesta posição em sua infância. A narrativa progride ao mesmo tempo em que a personagem adquire maturidade e conscientização sobre a própria afrodescendência, por isso, como colocado anteriormente, o leitor se depara com uma criança ingênua e, posteriormente, com uma mulher negra consciente de suas lutas. De certa maneira, a obra retrata uma história privada da autora, do mesmo modo que retrata uma luta política e seu reconhecimento identitário.

Diante de uma conjuntura autobiográfica em que os autores eram homens brancos e bem sucedidos, havia a necessidade de se criar uma tradição literária em que as autobiografias de negros adquirissem seus espaços, uma vez que, no passado, homens ocidentais e poderosos escreviam, também, autobiografias; conseqüentemente, estes autores recebiam mais prestígio e conquistavam seus espaços mais rapidamente, “sendo as mais conhecidas as de Rousseau, de

Agostinho, de Montaigne [...]” (Nunes, 2011, p. 11). Além destes, Nunes também cita obras como as de Benjamin Franklin e Henry Adams para exemplificar autobiografias que exaltam a vida de homens incluídos nos padrões do ocidente.

Diante de registros históricos que validam a vida de pessoas racialmente e socialmente privilegiadas, aqueles não-padrões se perpetuam cada vez mais no invisível, no insignificante; deste modo, o “Eu” abordado nas autobiografias de homens brancos, ocidentais, era, também, um Eu dominador e egocêntrico, em contrapartida, havia certa desvalorização de um Eu que não se encaixasse nestes conceitos pré-determinados pelo eurocentrismo, neste caso, escritores negros não atingiam o mesmo êxito, nem obtinham o mesmo nível de relevância – tanto histórico quanto étnico-cultural – daqueles homens brancos e com contexto de vida consolidado:

Thus the politics of this "I" have been the politics of centripetal consolidation and centrifugal domination. The cultural dominance of the West effectively enables this "Man" to "make a meaning stick," to make his meaning stick. The impact of this epistemological franchise on the matter of meaning has ramifications for the perpetuation of relations of dominance. As Deborah Cameron argues, "Meaning can be deployed to sustain domination" in that "it can reify domination by presenting as eternal and natural what is in fact historical and transitory." Erasing historical contingency in service to a universalized humanism, the Man without history contains and silences the heterogeneity of subject peoples. (Smith; Watson, 1998, p. 13)

Por esse motivo, do mesmo modo que era difícil almejar e concretizar espaço na literatura tradicional diante de cânones literários com características padronizadas pelo eurocêntrico, também era difícil se consolidar no gênero autobiográfico, pois, para a população negra, todos os espaços eram estreitos e com essência branca. Tanto Angelou quanto Morrison figuram entre as mulheres historicamente desprivilegiadas de modo geral, neste sentido, a presença delas na literatura se fazia muito mais difícil do que para outras pessoas que não eram racialmente ou economicamente ocupantes do mesmo núcleo marginalizado. Um exemplo de escritor negro que foi escolarizado e importante para a história da comunidade negra, mas que era extremamente ridicularizado, foi Frederick Douglass, que teve sua primeira autobiografia publicada em 1953, denominada *Frederick Douglass: autobiografia de um escravo*, entretanto, não houve e ainda não há reconhecimento suficiente para este autor, considerando o tamanho de sua importância para as lutas abolicionistas. Douglass tinha suas falas e posicionamentos contestados, uma vez que o negro nunca era visto como uma figura suficientemente inteligente:

Frederick Douglass, o mais importante abolicionista negro dos Estados Unidos, foi também o homem de maior destaque na causa da emancipação feminina em sua época. Por apoiar integralmente o controverso movimento

das mulheres, com frequência era ridicularizado em público. (Davis, 2016, p. 50)

Neste sentido, a atuação de autores negros precisava ser muito superior para que pudesse se inserir neste meio e ser reconhecida pelo público em geral, logo, a autobiografia se torna um objeto de evidência para estas mulheres negligenciadas pela inferiorização histórica: “As mulheres, negligenciadas pelas estruturas históricas, sociais e econômicas, tradicionalmente excluídas do cânone, começaram a ter maior destaque na escrita, a partir do século XX conforme apontam estudos de Smith e Watson (1998)” (NUNES, 2011, p. 12). Se para os homens negros era difícil se consolidar na literatura, como ocorria com Douglass e a constante ridicularização sofrida por este autor, para a mulher isso era ainda mais difícil, pois, além de enfrentar o menosprezo por parte de pessoas brancas, isso ocorria, também, dentro dos movimentos que elas integravam, não havendo espaço suficiente para que realizassem suas lutas sociais e, conseqüentemente, também não havia espaço para que se realizassem como escritoras.

Outra questão importante é o fato de as mulheres, historicamente desprestigiadas e marginalizadas, mais efetivamente as mulheres negras, passam a ter a oportunidade de assumir um local de fala, de construir um cenário em que, por meio da literatura, pudesse haver um desabafo e uma forma de lutar contra um sistema tão opressor e racista. É possível observar, pelas obras de Angelou e Morrison, que suas narrativas eram denúncias, eram críticas sociais que, de alguma maneira, causavam reflexão naqueles que se mostravam abertos para a autoanálise e conseqüente desconstrução diária. A autobiografia escrita por mulheres negras determinava que, finalmente, estas pessoas assumiam a posição de sujeito em uma sociedade que tentava invalidar sua existência constantemente.

É importante pontuar que, diferente das autobiografias escritas por homens brancos e historicamente consolidados, as autobiografias de mulheres afro-americanas não se tratam somente de manifestações individualizadas das próprias vivências, pelo contrário, a crítica argumenta que essas obras representam um ato político e coletivo, uma vez que, ao contrário de traduzir sentimentos e vivências de uma única pessoa negra, reproduzem a luta, a voz, a invisibilidade sofrida e as violências de toda a comunidade negra, ou seja, embora se tratem de autobiografias, retratam um histórico e uma voz coletiva:

Críticos sugerem que a autobiografia é uma articulação de uma voz coletiva e não uma voz individual. Nessa perspectiva, a autobiografia negra constitui-se em um ato político de rememoração em contraposição a um registro da individualidade. [...]

As autobiografias foram fóruns usados pelos afro-americanos para partilhar opiniões e como forma de registros sobre suas lutas a fim de inspirar gerações

futuras, bem como retratar a vida individual como um receptáculo da experiência de vida dos negros na América do Norte. (Corrêa, 2008, p. 86-87)

Estas obras servem como representação étnico-cultural, pois, a partir da leitura, o público pode identificar violências e formas de opressões que antes não conseguia absorver de maneira negativa, pelo contrário, absorvia estas vivências como naturais diante da realidade em que viviam. Frente a uma sociedade educada a pensar e a conviver com padrões ocidentais pré-determinados, personificar no outro a subjugação e inferiorização é atitude vista com um olhar naturalizado, pois a sociedade perpetua estas violações. Ter um coletivo de escritores, mais especificamente escritoras negras, faz com que a sociedade identifique o quão errôneo são alguns comportamentos que antes eram reproduzidos de maneira inconsciente e sem qualquer reflexão. A própria comunidade negra pode se perceber neste lugar de autorreconhecimento:

Neste sentido, Maya Angelou pertence ao terceiro período autobiográfico, ou seja, ao período em que ocorre o surgimento das narrativas autobiográficas e paralelamente o momento em que as mulheres retomam a voz silenciada. Dessa forma, nas autobiografias deste período, o “eu” e o grupo formam uma relação dialética. Por conseguinte, poderíamos afirmar que as autobiografias afroamericanas femininas formam uma tradição dentro da tradição [...] (CORRÊA, 2008, p. 87)

Na autobiografia de Angelou, a vida de Maya se difere um pouco da vida de Pecola (personagem de Morrison em *O olho mais azul*), uma vez que a personagem possui uma vida mais bem estruturada, entretanto, ela ainda vivenciava traumas aos quais a comunidade negra era frequentemente submetida, principalmente as mulheres. E um dos principais métodos de desvalorização feminina sobre as mulheres negras era o fato delas serem vistas fora do padrão de beleza, dessa forma, embora as vidas de Maya e Pecola tivessem divergências em relação ao contexto familiar, havia alguns fatores em comum entre elas, que nos fazem refletir sobre como a discriminação contra a população negra ocorre de forma tão sistemática que há pontos em comum no sofrimento e trauma destes indivíduos nos mais variados contextos.

Maya, que mora com a avó, o irmão e o tio, pouco conviveu com os pais, e tem sua trajetória narrada com muita sensibilidade e inocência. Em alguns momentos, o leitor se depara com as internalizações de estereótipos, quando ela deseja ter uma beleza branca. Estes fatos, de certa maneira, aproximam a narrativa de Angelou à de Morrison, uma vez que ambas demonstram ter consciência da valorização da sociedade em geral pelo fenótipo ocidental; além disso, os dois romances percorrem a história de duas crianças que são confrontadas diariamente com questões raciais e com o abuso sexual por parte de homens. Diante dessas questões, os dois objetos de estudos indicam flexibilidade para serem analisados pelo viés do feminismo negro e

pela interseccionalidade que abrangem temáticas que potencializam as razões de marginalização dessas figuras femininas.

Os dois objetos de estudo percorrem suas narrativas no contexto social estadunidense, demonstrando que, mesmo no século XX, o racismo nos Estados Unidos se legitimava cotidianamente nas diversas experiências de pessoas negras, pois, Pecola e Maya, respectivamente as personagens principais de *O olho mais azul* e *Eu sei porque o pássaro canta na gaiola*, pertencem a contextualizações diferentes, já que a primeira vivencia um ambiente doméstico e social totalmente segregado, enquanto a segunda possuía uma experiência de vida doméstica mais positiva. Entretanto, as duas personagens vivenciavam a marginalização e exploração do corpo feminino, constatando que, independentemente do ambiente, a mulher negra sempre corria perigos reais de violência.

Eu sei porque o pássaro canta na gaiola compõe um compilado de sete biografias da autora. Nesta obra, ela faz uma regressão à sua infância como forma de relatar as vivências de uma menina que não possuía qualquer tipo de padrão estético que a fizesse ser aceita pela sociedade. Diante das realidades abordadas na narrativa, a obra se tornou um best-seller nos Estados Unidos e teve indicação ao *National Book Award*, considerado um dos mais importantes prêmios literários estadunidenses. (Fanini; Amaral e Sandrini, 2020).

CAPÍTULO 2

2.1 A INVALIDAÇÃO DE CORPOS FEMININOS NEGROS

Por muitos anos os movimentos feministas se limitaram a pautar uma classe de mulheres que não estavam na base da pirâmide de opressão, deste modo, o feminismo não se adequava à realidade daquelas que não estivessem, de alguma forma, favorecidas por fatores sociais ou raciais. Essa dinâmica feminista ocasionava uma movimentação hegemônica desta luta, uma vez que se entendia que aquele feminismo classista/branco atendia às necessidades de todas as mulheres, até mesmo daquelas que não estavam incluídas nestes padrões. Neste sentido, constata-se certa noção de que as mulheres, em geral, são associadas aos padrões de feminilidade, maternidade ou dependência masculina, sendo esta uma visão universal do feminismo que, de certa forma, é resultado de movimentos elitistas que por muito tempo reivindicaram os direitos de apenas uma parcela das mulheres. Por isso, é essencial desenvolver estudos profundos, reiterados, constantes, que permitam investigar as experiências antepassadas e os resquícios disso a uma existência feminina segregada, possibilitando entender o quanto

essa ancestralidade marginalizada de tantas mulheres reflete recorrentemente em suas participações na sociedade.

bell hooks, intelectual negra, teve seu primeiro trabalho lançado em 1981, intitulado *E não sou eu uma mulher?* (nomeado originalmente como *Ain't I a woman?*). A obra em questão faz referência ao famoso discurso, feito em Ohio, por Sojourner Truth, ex-escravizada negra considerada uma das maiores referências dos movimentos abolicionistas. Este primeiro trabalho de hooks é constituído por questões e reflexões sobre as vivências da figura feminina negra na sociedade patriarcal e racista. Neste sentido, hooks estabelece uma discussão desde os raptos de pessoas negras em terras africanas, expondo que os colonizadores, que já possuíam educação patriarcal, intensificaram essa opressão sobre as mulheres negras escravizadas, sujeitando-as a um tipo de exploração muito superior ao imposto aos demais indivíduos que sofriam algum tipo de discriminação – homens negros e mulheres brancas, por exemplo –, uma vez que a violência sofrida por mulheres negras acontecia a partir de três vertentes: sexismo, racismo e classismo. A obra se subdivide em cinco capítulos, intitulados respectivamente como *Sexismo e a experiência da mulher negra escravizada*; *A desvalorização contínua da mulheridade negra*; *O imperialismo do patriarcado*; *Racismo e feminismo* e *Mulheres negras e feminismos*.

Em *E não sou eu uma mulher?*, hooks (2014) cita o século XIX e descreve a maneira como a sociedade patriarcal estadunidense passou a visualizar a mulher branca, em decorrência disso, todas as concepções de perversidade e sexualidade foram transferidas para a mulher negra: “[...] Ela era descrita como boa e sem pecado; ela era virtuosa, pura, inocente, não sexual e mundana. Erguendo a mulher branca num *estatus* como deusa, os homens brancos efetivamente removeram o estigma no qual a cristandade a colocou” (hooks, 2014, p. 24). As mulheres brancas também sofrem com a opressão e os consequentes estigmas impostos em suas vidas, pois os padrões femininos de inocência, pureza e santidade continuaram sendo um impedimento para que elas possuíssem autonomia sobre o próprio corpo. Acontece que, enquanto a branca era sacralizada, o corpo negro era demonizado e visto como objeto sexual, como reitera Djamila Ribeiro:

Desde o período colonial, mulheres negras são estereotipadas como sendo “quentes”, naturalmente sensuais, sedutoras. Essas classificações, vistas a partir do olhar do colonizador, romantizam o fato de que essas mulheres estavam na condição de escravas e, portanto, eram estupradas e violentadas, ou seja, sua vontade não existia perante seus “senhores”. (Ribeiro, 2018, p. 95)

A construção ideológica sobre o corpo feminino negro se pautou em sua suposta sexualização, o que justificava seu estupro, e outras explorações sexuais. Isso ocorre em *O olho*

mais azul, no qual Pecola era amiga de três prostitutas, chamadas Polaca, China e sra. Marie, sendo a primeira branca. A convivência diária da criança com as mulheres serve como cenário de exemplificação da exploração do corpo feminino negro e de estereótipos implicados às mulheres não-brancas que, frequentemente, eram colocadas como sinônimos de sexo. Embora nesse ambiente haja a presença de Polaca, que é uma mulher branca e prostituta igualmente as suas duas colegas, este fato não anula a padronização do corpo negro visto como objeto sexual, pois era muito mais comum as mulheres negras recorrerem a esse tipo de serviço para sobreviver. Para Polaca, a inferioridade era também uma questão presente, mas por motivos econômicos e patriarcais, e não pelas causas raciais que potencializavam a discriminação das outras duas mulheres, uma vez que, certamente, as oportunidades sociais eram muito mais limitadoras para China e sra. Marie do que para Polaca.

Ressalta-se que “Polaca”, que na obra original chama-se “Poland” (Polônia), provavelmente, foi um apelido utilizado pela autora para representar a xenofobia sofrida por imigrantes de algumas partes da Europa, sendo que no século XX tal apelido era usado para nomear de forma generalista e essencialista, principalmente, imigrantes irlandeses. Os irlandeses eram um dos principais alvos da xenofobia dos estadunidenses, estando eles, inclusive, envolvidos nas manifestações junto aos negros pela possibilidade de direito ao voto durante a Guerra Civil. A população negra, que era extremamente desvalorizada em todos os sentidos diante do racismo predominante nos Estados Unidos, estava apenas uma escala abaixo da discriminação sofrida pelos irlandeses (DAVIS, 2016). A obra não especifica se Polaca era uma imigrante, mas, supondo que fosse, como era comum na época, explicam-se os motivos que a fizeram recorrer a este tipo de trabalho para sobreviver, diante de uma sociedade com oportunidades tão limitadoras para pessoas não padrões.

Em outra obra, intitulada *Teoria feminista: da margem ao centro*, publicada em 1984, bell hooks (2019) faz considerações acerca do feminismo elitista que, embora utilize o termo “mulher” para demonstrar luta por todas as mulheres, pratica um feminismo de exclusão daquelas figuras desprivilegiadas em questão de gênero, raça e classe. Neste contexto, ainda no prefácio da obra, a autora discute acerca da tentativa da sociedade de invisibilizar a existência da população preta:

Estar à margem significa pertencer ao todo, mas estar fora do corpo principal. Na qualidade de americanos negros a viver numa pequena cidade em Kentucky, as linhas de caminho-de-ferro recordavam-nos diariamente a nossa marginalidade. Do outro lado dessas linhas, havia ruas pavimentadas, lojas onde não podíamos entrar, restaurantes onde não podíamos comer e pessoas que não podíamos olhar diretamente nos olhos. Do outro lado dessas linhas, havia um mundo onde podíamos trabalhar como criadas, como contínuos,

como prostitutas, desde que fosse na condição de serviço. Podíamos entrar naquele mundo, mas não podíamos viver lá. Tínhamos sempre de regressar à margem, de atravessar aquelas linhas, até às barracas e casas abandonadas na periferia da cidade. (hooks, 2019, p. 11)

A autora utiliza sua vivência como mulher preta em um estado extremamente racista dos Estados Unidos para exemplificar a invisibilização dos corpos negros femininos. bell hooks nasceu em 1952, na cidade de Kentucky, desse modo, pode-se considerar que esta passagem faz uma analogia às próprias vivências da autora que, de alguma maneira, podem ser personificadas nas personagens de *O olho mais azul*. Na narrativa, é possível identificar o quanto as personagens experienciam cotidianamente a exclusão, contrapondo-se à realidade da população privilegiada que possui diversas oportunidades e acessibilidades sociais. Evidenciase, tanto pela passagem de hooks quanto pela obra de Morrison, que a marginalização da mulher negra é potencializada de acordo com as formas de existência de cada uma; sendo assim, a mulher negra prostituta era ainda mais discriminada que a mulher negra que vivenciava os limites impostos pelo sexismo, embora, em todos os casos, ela estivesse em posição desumanizadora. A sociedade branca e burguesa buscava sempre novas alternativas de manter domínio e supremacia sobre aqueles que possuíam minoria econômica e desvalorização sociocultural e racial.

A narrativa retrata a relação de Pecola com as três mulheres, além de dar detalhes da situação precária vivenciada no cotidiano de pessoas excluídas pela sociedade conservadora. Ao descreverem o encontro com os homens que, na maioria das vezes, eram casados, elas evidenciam os fortes estereótipos impostos às donas de casa figuradas como “mulheres boas”, cristãs e corretas, em contrapartida, esses rótulos ocasionavam em natural padronização negativa para as negras, que eram vistas a partir de preceitos opostos a estes. Desse modo, a autora tenta representar a configuração de uma sociedade racializada, que exerce acentuadas classificações e preconceções ao gênero feminino.

Assim, ao sentir-se excluída de diversas maneiras dentro do contexto comunitário e familiar em que vivia, Pecola encontra nestas três mulheres o acolhimento que jamais havia recebido de seus pares, nem mesmo da própria família. No berço familiar, a personagem cresceu convivendo com o desamparo afetivo e com as constantes brigas entre os pais; enquanto na casa das prostitutas, ela convivia em um ambiente mais harmonioso e receptivo, considerando que isso causava conforto a ela. A ironia reside em, ao tentar se encaixar em algum espaço, receber algum tipo de afeto, a criança acaba encontrando o mínimo de afeição na casa destas mulheres que, subjetivamente, não teriam a responsabilidade desse compromisso com aquela criança, como pode ser visto na seguinte passagem: “Pecola gostava muito delas, visitava-as, fazia

servicinhos de rua para elas. Elas, em troca, não a desprezavam” (Morrison, 2009, p. 40). De certa maneira, eram pessoas que assim como Pecola, eram desprezadas pela sociedade em geral, talvez isso as tornassem mais sensíveis às dores de uma criança que convivia com um desprezo social tão grande, que nem mesmo os pais eram capazes de amenizar este cenário, pelo contrário, eram também responsáveis pela exclusão da filha, uma vez que ela se refugiava na casa de três prostitutas para que recebesse um pouco de amparo:

“Oi, bolinho. Cadê as suas meias?” Marie raramente chamava Pecola duas vezes da mesma coisa, mas os seus apelidos eram invariavelmente carinhosos, escolhidos dos cardápios e pratos que ela tinha sempre na cabeça. “Olá, senhorita Marie. Olá, senhorita China. Olá, senhorita Polaca.” “Você ouviu. Cadê as suas meias? Você está com as pernas de fora como um cachorro.” “Não consegui achar nenhuma.” “Não conseguiu achar nenhuma? Deve haver alguma coisa na sua casa que adora meias.” China deu uma risadinha. [...] As mulheres eram amáveis, mas demoravam para começar a falar. Pecola sempre tomava a iniciativa com Marie, que, depois de inspirada, era difícil de parar. “Como é que a senhora tem tantos namorados, tantos brotos, senhorita Marie?” “Namorados? Brotos? Linguicinha, eu não vejo um broto desde 1927.” (Morrison, 2009, p. 40)

O excerto demonstra como a presença de Pecola não incomodava as mulheres, como geralmente acontecia em diversas outras situações. Além disso, chegar na casa sem as meias configura a falta de cuidados com uma menina que ainda não tinha capacidade para cuidar de si própria, sendo Marie a pessoa que percebe isso e manifesta preocupação, embora isso ocorra de maneira descontraída, e era justamente essa espontaneidade e extroversão que raramente Pecola encontrava durante suas relações interpessoais, por isso, a vivência com as três mulheres era positiva para ela. Ademais, a pergunta de Pecola sobre os namorados de Marie reflete o quanto ela se sentia confortável naquela casa, uma vez que era inimaginável ela fazer perguntas íntimas para outras pessoas, até mesmo para a mãe, que sempre a tratava com distanciamento.

As três mulheres demonstram preferir estarem no papel de mulheres livres do que personificados em funções como donas de casa e presas em um casamento que as impediriam de viver desprezadas da tentativa de agradar cotidianamente um único homem, exercer afazeres domésticos e serem mães. No excerto abaixo, observa-se como estas mulheres detestavam a figura masculina, fato que as impediam de aspirar qualquer tipo de relação matrimonial tradicional:

[...] Elas odiavam os homens, todos os homens, sem vergonha, desculpas nem discriminação. Falavam mal de seus visitantes com um desprezo que, com a prática, se tornara mecânico. Negros, brancos, porto-riquenhos, mexicanos, judeus, poloneses, fossem o que fossem — eram todos inadequados e fracos, caíam todos sob os olhos ressentidos delas e eram o alvo de sua ira gratuita. (Morrison, 2009, p. 44).

Sendo mulheres livres dos padrões patriarcais, elas conseguiam perceber com mais clareza a posição masculina acima da figura feminina. Os homens com quem se relacionavam não eram mais éticos por possuírem uma família tradicional, pelo contrário, eram mais desprezíveis por utilizar disso para praticar atos de infidelidade com as prostitutas, entretanto, estas mulheres que exerciam este tipo de atividade eram as únicas que recebiam os julgamentos e o desprezo da sociedade, enquanto os homens que possuíam esposas e filhos passavam ilesos ao julgamento das pessoas. Embora elas atendessem estes pais de família na posição de prostitutas, ao contrário de grande parte da sociedade, elas tinham consciência do quanto eles eram errados, e que só não recebiam o mesmo tratamento que elas por estarem na personificação do ser superior que a figura masculina frequentemente ocupou. Por mais que fique clara a consciência delas em relação à infidelidade e os privilégios masculinos, ainda havia certas convenções patriarcais que as faziam desconceituar algumas mulheres que, de alguma maneira, praticavam a mesma atitude de alguns homens:

Também não sentiam respeito pelas mulheres que, embora não fossem, por assim dizer, colegas suas, enganavam o marido da mesma forma — regular ou irregularmente, não fazia diferença. Chamavam-nas de “prostitutas disfarçadas” e não tinham a menor vontade de estar no lugar delas. Só tinham respeito pelas que chamavam de “boas mulheres de cor cristãs”. A mulher cuja reputação fosse imaculada, que cuidava da família, não bebia, não fumava nem tinha amantes. Mulheres assim gozavam do seu afeto imorredouro, ainda que dissimulado. Dormiam com o marido e aceitavam o dinheiro dele, mas sempre com uma vingança. (Morrison, 2009, p. 44)

A passagem acima indica, além dos visíveis e bem delimitados papéis femininos de acordo com a posição social, que as mulheres incorporavam os discursos patriarcais, pois, elas afirmavam não respeitar aquelas que traíam os maridos, mesmo que eles as traíssem; mas respeitavam as mulheres que eram subservientes e cristãs. Estes pensamentos influenciavam negativamente não apenas aquelas que eram diretamente atingidas, mas todas as demais, pois reforçam a ideia de que devem passividade e obediência aos homens. A ironia deste trecho reflete o fato dessas mulheres, embora serem livres dos padrões de subserviência do patriarcado, admirarem a passividade das esposas, e também sonharem, de alguma maneira, em assumirem estas posições, mas não pelo efetivo prazer em serem donas de casa, mas por saberem que era este o caminho para serem vistas com respeito pelos demais. Além disso, pesava o fato de os homens utilizarem o corpo delas como um objeto, logo, não havia qualquer tipo de adoração, como ocorria com as “boas donas de casa”.

A institucionalização social da opressão e do pecado feminino para a mulher branca fez com que elas fossem dominadas e reprimissem seus instintos sexuais. Construiu-se uma mulher

que não era, de fato, relevante para a evolução social, pois suas únicas funções eram servir e procriar. O fato de essa dona de casa (ou futura dona de casa) estar em menor situação precária que a mulher negra não significava que havia efetivo respeito por ela, o que se tinha era certa sacralização e valorização pelas funções desenvolvidas enquanto esposas e mães. A misoginia se desenvolve justamente quando não se valoriza nada além de fatores biológicos e da incorporação do comportamento sexista; o homem misógino não é capaz de admirar e ser conivente à liberdade das mulheres.

Beauvoir descreve, com efeito, como ocorre essa sistematização patriarcal que faz com que as mulheres incorporem os estereótipos e limitações de maneira inconsciente. Ela não “acata” estes domínios masculinos sobre seu corpo, ela simplesmente é educada a viver dessa maneira, não há como ela pensar diferente dessa realidade se ela nunca vivenciou um outro tipo de construção social em que assumisse outras posições. Tudo que restou para a mulher branca foi assumir o papel que já estava reservado para ela antes mesmo de seu nascimento e, conseqüentemente, há uma bagagem racista vinculada a este sistema sexista que difere mulheres brancas de mulheres negras e fazem com que ambas sofram com o patriarcalismo, mas esse sofrimento não ocorre de forma igualitária para cada uma:

A feminilidade é uma espécie de “infância contínua” que afasta a mulher do “tipo ideal da raça”. Essa infantilidade biológica traduz-se por uma fraqueza intelectual; o papel desse ser puramente afetivo é o de esposa e dona de casa; ela não poderia entrar em concorrência com o homem: “Nem a direção nem a educação lhe convêm.” (Beauvoir, 2009, p. 148)

Beauvoir é a principal teórica desses feminismos iniciais e contextualiza diversas reflexões acerca do corpo feminino, entretanto, não há uma discussão plural sobre as vivências femininas no mundo, por serem discussões voltadas para o corpo de mulheres brancas. A mulher branca, embora não fosse explorada como as escravizadas, vivenciava diversos outros tipos de silenciamento na sociedade, pois não era considerada pessoa apta a responder por si mesma ou a pensar fora do contexto que era habitualmente destinado para ela. Esta limitação imposta ao gênero feminino fez com que elas desejassem cada vez mais progredir nos movimentos feministas, pois elas vivenciavam uma realidade que jamais puderam ao se sentirem significativas e relevantes para outras situações que não fossem voltadas ao casamento e ao lar. Neste sentido, hooks (2014) faz uma comparação acerca de como as donas de casa, dos primeiros movimentos com teor feminista, sentiam-se presas diante dos padrões matrimoniais daquela época; estas mulheres comparavam, inclusive, a prisão do casamento à escravidão, sendo este um dos motivos que impulsionou a luta destas feministas de classe média e alta, a necessidade de “fugir” de suas prisões. hooks expõe, ao longo de seu texto, que há certa ironia

das donas de casa em relacionar essa “prisão” vivenciada em seus matrimônios com a escravidão sofrida pelas mulheres negras.

A ideia de comparar a prisão do casamento e outras obrigações femininas ao cerceamento e violência que a escravização impunha é alvo de críticas por bell hooks e outras feministas negras, pois, para as donas de casa, esse movimento não estava realmente ligado à uma luta por sobrevivência, ao contrário do que representava para as mulheres negras: “a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa” (Davis, 2016, p. 24) evidenciando, ainda mais, a disparidade em relação às vivências de cada personalidade feminina na sociedade. A mulher negra sempre foi útil para a coletividade, embora essa utilidade nunca fosse em benefício próprio, mas sempre em benefício de um sujeito branco. Mesmo após o fim da escravidão, a população negra não se desvencilhou da exploração capitalista, e a mulher negra, ao contrário das donas de casa, precisava trabalhar fora de casa, cumprir cargas horárias extremamente cansativas e humilhantes, impossibilitando que ela pudesse exercer outros aspectos de sua vida, pois, após tantas horas de trabalho, não havia disposição e nem horário suficiente para lutar por suas causas em movimentos feministas.

Essa misoginia disfarçada de cuidado e proteção refletia diretamente na exploração do corpo feminino negro, pois, além destas mulheres negras estarem em situação de escravidão, eram exploradas sexualmente. Homens e mulheres eram submetidos a explorações desumanizadoras, entretanto, considera-se que apenas a mulher era vista e tratada como objeto sexual, lidando com as dores da gestação para aumentar a mão de obra escravizada ao mesmo tempo em que exerciam os trabalhos da escravidão aos quais eram condicionadas. Havia a opressão sofrida pela população negra em geral, mas em relação às mulheres, existiam violências específicas de seu estado biológico corrompido por estereótipos negativos:

A exploração racista das mulheres negras como trabalhadoras quer nos campos ou como domésticas na casa grande não era tão desumanizada e desmoralizante como a exploração sexual. O sexismo colonial dos homens brancos patriarcais poupou os homens negros escravos da humilhação da violação homossexual e outras formas de assalto sexual. Enquanto o sexismo foi um sistema social que protegeu a sexualidade dos homens negros, ele (socialmente) legitimou a exploração sexual das mulheres negras. (hooks, 2014, p. 19)

A cisheteronormatividade é um dos maiores instrumentos patriarcais, e o fato de os escravizados serem absolvidos da exploração sexual dos patrões não significava que era por empatia, mas pela conservação da própria virilidade. A exploração sexual de mulheres escravizadas iria muito além do prazer sexual, era o exercício do próprio poder e da

desmoralização de determinada pessoa. Ao cometer estupro, o homem branco reafirmava sua posição de “patrão” e, conseqüentemente, confirmava a subjugação e opressão da pessoa assaltada sexualmente; além disso, o estupro servia como forma de desmasculinizar os homens negros que se sentiam impotentes por não conseguirem proteger as mulheres estupradas.

Embora esse pensamento de “proteção” sobre a figura feminina seja reflexo do patriarcalismo, os colonizadores utilizavam justamente esta conveniência sexista para desmoralizar o homem negro que se sentia insignificante diante da sua incapacidade de exercer sua virilidade:

O efeito sobre a psique negra disto [do estupro] raramente pode ser exagerado. Afetadas não foram apenas as inúmeras mulheres negras que foram vítimas imediatas, mas também todos as outras que viveram suas vidas com medo de que pudessem se tornar também vítimas. Além disso, a escolha sexual branca não levava em conta qualquer relação existente entre uma escrava e um escravo. Humilhados pela sua própria impotência, os negros tinham simplesmente de suportar a violação de mulheres com quem tinham estabelecido uniões de amor e respeito. (Segal, 1995, p. 59 - Tradução nossa.)¹

Nestes casos, o machismo servia como fonte de desmoralização da população negra em geral, uma vez que as mulheres abusadas sexualmente eram categorizadas como propriedades de um homem branco – há a ideia de animalização do corpo feminino também –, e os homens escravizados se auto reconheciam em posição de impotência.

Se o “patrão” tivesse a oportunidade de confirmar sua autonomia e superioridade por meio da exploração sexual, sem que seus estigmas de masculinidade e virilidade fossem atingidos, provavelmente, os homens em condição de escravidão também teriam sofrido com este tipo de abuso. A sociedade patriarcal revalida cotidianamente as incorporações de comportamento para cada gênero, e isso influencia diretamente no envolvimento sexual entre homens, pois descaracteriza a masculinidade que o sexismo estabelece. Davis reflete acerca da exploração sobre o corpo feminino negro configurar a potencialização da exploração de mulheres escravizadas:

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. (Davis, 2016, p. 25)

¹ The effect on the black psyche of this can scarcely be exaggerated. Affected were not only the innumerable black women who were immediate victims, but also all the others who lived their lives in fear that they might become such. Moreover, white sexual choice took no account of any existing relationship between a female slave and a male one. Humiliated by their very helplessness, black men had simply to endure the rape of women with whom they had established unions of love and respect. (SEGAL, 1995, p. 59)

Como relato de exploração e objetificação sofridas por mulheres escravizadas, há a autobiografia de Harriet Jacobs, denominada *Incidents in the Life of a Slave Girl*, publicada pela primeira vez em 1861. Harriet Jacobs (1813-1897) descreve os processos de exploração que ela sofreu após a morte da mãe, que também era escravizada, ocorrendo a automática “substituição” de escravização da mãe pela filha. Inicialmente, até seus seis anos de idade, Harriet morava com a avó, evidenciando, ainda nos relatos iniciais da obra, o quanto esse momento de sua vida era agradável. Porém, após a descoberta de que aquela não seria mais sua realidade, sua própria percepção sobre quem ela era e o lugar que ocupava no mundo modificase totalmente, pois é neste processo de exploração e reconhecimento de si mesma enquanto ser marginalizado e explorado que esta mulher descobre a sistematização social racista e capitalista

instaurada no mundo ocidental que, conseqüentemente, permite a objetificação e animalização do corpo negro.

Harriet descreve que, antes de falecer, a mãe pediu aos patrões que a filha não fosse violentada, entretanto, a ideia de violência para pessoas escravizadas estava muito ligada a agressões físicas e, para as mulheres, acrescentavam-se as explorações sexuais. Não se tinha a percepção de que o próprio fato de estarem condicionadas como propriedades de uma outra pessoa já era resultado de um tipo de violência, mesmo que não houvessem agressões físicas; por isso, a abolição da escravatura nunca foi suficiente para reconfigurar a posição e representação da população preta, pois a percepção sobre estas pessoas como o outro absoluto e marginalizado sempre prevaleceu, impossibilitando que essas figuras ocupassem lugares singulares em relação ao que ocupavam recorrentemente.

Após o falecimento da primeira senhora considerada “dona” de Harriet, ela (já adolescente) é deixada como herança para a sobrinha de sua ex-dona. Por ser uma história verídica, expõe-se como pessoas afrodescendentes não eram efetivamente vistas como sujeitos comuns, participantes da sociedade, destacando de maneira efetiva que eles exerciam o lugar do outro, e este “outro” estava sempre em uma posição negativa, subalternizada e marginalizada. Neste novo ambiente, a jovem é explorada sexualmente pelo pai da criança que a herdou. Diante desses relatos da autobiografia de uma ex-escravizada, dá-se a percepção de que a vida de pessoas negras era extremamente ignorada, pois eram pessoas que viviam em função de outras; em relação às mulheres negras, isso ocorria de maneira muito mais violenta e traumática, pois a exploração sexual subordinava as figuras femininas a um tipo de exploração

que os homens negros não estavam efetivamente sujeitados, pelos motivos sexistas descritos anteriormente.

Assim como as mulheres nascem em um universo estigmatizado, sendo impossível fugir dos (pre)conceitos perpetuados e incorporados naturalmente diante da convivência com seus pares e da exposição aos aparelhos ideológicos e repressivos que reforçam estas ideologias esquematizadoras, os homens também são produtos desse meio repleto de convencionalismos. Sendo assim, este ser masculino age na sociedade de acordo com o padrão autoritário, frio, superior, forte, másculo, entre outros impostos para dominar suas ações e reações. Neste cenário de autoconhecimento sobre as posições sociais que cada sujeito ocupa no mundo, o homem branco se reconhece como líder dos demais sujeitos, pois ele é uma figura vista como relevante socialmente e imprescindível para configurações e decisões sociais.

O termo “mulher” e a própria representação dessa figura na sociedade são carregadas de percepções negativas. Assim como afirma Beauvoir (2009), em *O segundo sexo*, a mulher não se constitui um sujeito completo e pensante em sua própria individualidade, ela somente se constitui sujeito na existência de um ser masculino. Neste sentido, o homem é um ser individual e pensante, com representações significativas para a coletividade, além de sua personificação masculina ser constituída por diversas conceituações positivas; em contrapartida, a mulher não possui existência significativa, e, ao depender de uma figura masculina para isso, ela configura a oposição do gênero masculino, o outro absoluto, pois, se o primeiro é constituído de percepções e vivências positivas, a mulher enquanto o “outro” é constituída de convenções negativas sobre sua individualidade e existência:

Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o “sexo” para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferenciase em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro. (Beauvoir, 2009, p. 15)

O masculino percebe-se como sujeito e necessita caracterizar o gênero oposto como o outro absoluto, pois não se reconhece nessa outra figura, ou seja, não encontra reciprocidade neste outro ser. Neste sentido, sempre haverá um indivíduo referencial, e um outro assumindo uma posição secundária: “os judeus são “outros” para o antissemita, os negros para os racistas norteamericanos, os indígenas para os colonos, os proletários para as classes dos proprietários” (Beauvoir, 2009, p. 16). Quando se discute sobre gêneros, a mulher sempre assume a posição negativa, uma vez que toda sua movimentação só é possibilitada quando o sujeito absoluto permite a ação do outro absoluto.

Grada Kilomba, em *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (2019), subverte esta ideia sobre a mulher, pois o termo utilizado para se referir a uma parte da população biologicamente caracterizada como pertencente ao gênero feminino não é suficiente para comportar todas as diferenças existentes e enfrentadas cotidianamente por algumas figuras que enfrentam o preconceito enraizado na sociedade. Este fundamentalismo do Outro beauvoriano recai, novamente, em um conceito feminista homogêneo, pois não considera diversas outras diversificações que colocam determinadas mulheres abaixo, inclusive, desse outro absoluto:

Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. [...] Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “outro” do outro. (Kilomba, apud Ribeiro, 2018, p. 84)

De acordo com Kilomba, este olhar masculino sobre a figura feminina, de um modo subjugado e inferior, está estritamente relacionado às questões patriarcais vivenciadas no mundo ocidental, e não há considerações sobre a realidade vivenciada por mulheres negras que têm o preconceito fundamentado também neste lugar sexista, mas há conjunturas raciais que reforçam a discriminação de mulheres racialmente inferiorizadas. Sendo assim, a mulher branca pode, em alguns momentos, assumir a posição de sujeito e confirmar reciprocidade diante da figura masculina, seja homem branco ou homem preto, embora essa equiparação não seja integral e ocorra de forma hesitante, mas realiza-se em algum momento; ao contrário da mulher negra que não assume essa posição nunca. Sendo assim, para Kilomba, a mulher negra não é o outro absoluto, pois não mantém relação de reciprocidade com um ser masculino nunca, e nem mesmo com a mulher branca, para a autora, ela assume a posição de *outro do outro*.

Diante destas circunstâncias e posições sociais, o homem negro, ainda que beneficiado pela masculinidade patriarcal, quando colocado em confronto com um branco, tem a virilidade retraída. A herança escravagista impõe a incorporação inconsciente da importância social representada por alguém pertencente à uma categoria racial supremacista, ocorrendo, conseqüentemente, a supressão do negro como um sujeito másculo e viril de acordo com o que o patriarcalismo estabelece para pessoas do gênero masculino, pois, o homem posicionado fora desse padrão racial que rotula sujeitos e não-sujeitos na sociedade, incorpora a submissão que o racismo coloca sobre ele, mas não o isenta de exercer essa masculinidade quando colocado em conflito com uma mulher que sofre com os mesmos preconceitos raciais. Ribeiro (2018) corrobora com a ideia de Kilomba, posta anteriormente, sobre a mulher negra não se encaixar

no outro absoluto de Beauvoir, mas ser, de fato o outro absoluto, enquanto que a mulher branca, embora assuma essa posição subjugada perante o gênero masculino, consegue manter reciprocidade com homens brancos e negros em algumas situações:

Kilomba, além de mostrar que mulheres possuem situações diferentes, rompe com a universalidade em relação aos homens também mostrando que a realidade dos homens brancos não é a mesma da dos homens negros, e que em relação a estes deve-se fazer a pergunta: de quais homens estamos falando? Reconhecer o status de mulheres brancas e homens negros como oscilante nos possibilita enxergar as especificidades e romper com a invisibilidade da realidade das mulheres negras. Para Kilomba, ser essa antítese de branquitude e masculinidade impossibilita que a mulher negra seja vista como sujeito. Nos termos de Beauvoir, seria a mulher negra, então, o outro absoluto. (Ribeiro, 2018, p. 84)

Considera-se, então, que a mulher negra ocuparia a posição do “outro absoluto”, pois, ela não estaria em *status* de evidência em nenhuma situação: homens brancos estão acima de pessoas negras em qualquer contexto, entretanto, a mulher branca pode corporificar-se como sujeito quando colocada em confronto com homens negros em algumas situações; assim como o negro, que está abaixo da figura masculina branca e pode, por vezes, estar abaixo da figura feminina branca, se sobressai diante da mulher negra. Isso acontece porque a mulher negra não é privilegiada por nenhum preceito social, pelo contrário, ela está em potencial situação de segregação em relação as outras pessoas, pois ela sofre por duas vertentes: racial e de gênero. Em *O olho mais azul*, há uma passagem que representa esse sistema categorizador que impõe, de certa forma, posições sociais de relevância sobre as pessoas. Por exemplo, quando Cholly, ainda na adolescência, é pressionado, por homens brancos, a estuprar uma menina negra:

Quando ainda era bem jovem, fora surpreendido no meio de umas moitas por dois homens brancos, enquanto se empenhava, com inexperiência mas diligência, em obter prazer sexual de uma garotinha do interior. Os homens iluminaram o traseiro dele com uma lanterna. Ele parou, aterrorizado. Eles riram por entre os dentes. O facho de luz não se moveu. “Vamos”, disseram. “Vai, acaba. E vê se faz direito, crioulo.” A lanterna não se moveu. Por algum motivo, Cholly não sentiu ódio dos brancos; sentiu ódio, desprezo, pela garota. (Morrison, 2018, p. 34)

Observa-se nesta citação, que a narrativa constrói, simbolicamente, duas representações sociais superiores às mulheres negras, figurada pela menina com quem Cholly tinha relações sexuais: o jovem negro e o homem branco, sendo que este lidera a situação e se reconhece como superior, se comprazendo com a submissão de Cholly. Considera-se que isso não ocorre de forma consciente, o personagem negro cresceu condicionado a incorporar estas ideologias que, de certa maneira, são tão fortes ao ponto de fazê-lo sentir raiva da jovem negra que era a principal vítima

da situação. A ficção de Morrison consegue criar uma analogia muito marcante ao mostrar, no ódio de Cholly pela menina e não pelos brancos, a herança de hierarquia que a escravidão perpetuou na sociedade, pois pessoas negras eram obrigadas a aceitar violações e abusos por parte de escravagistas sem demonstrar insatisfação, conseqüentemente, a supremacia masculina branca se preserva, mesmo após a abolição, pois a desconstrução ideológica é morosa, submetendo a população afrodescendente a situações escravizadoras mesmo após a abolição. Além disso, a continuação dessa passagem reflete o quanto pessoas negras, aos olhos de uma sociedade racista e segregadora, não causam qualquer efeito positivo e notável:

A recordação ainda que parcial desse episódio, junto com uma infinidade de outras humilhações, derrotas e emasculações, podia movê-lo a ímpetos de depravação que o surpreendiam — mas só a ele. Por algum motivo ele não conseguia causar pasmo; somente ficar pasmado. Então desistiu disso também. (Morrison, 2018, p. 34)

Diante da configuração instaurada, principalmente, pelos países ocidentais que não reconheceram o ser afrodescendente como sujeito, criou-se a ideia de irrelevância para essa figura. Não havia representação efetiva e significativa que fizesse esse indivíduo ser visto com um outro olhar que não fosse subjugado pela pessoa branca; nesse contexto, Cholly sabe da posição negativa que ocupa e que, muitas vezes, nem a percepção negativa sobre ele é imposta, pois ele simplesmente não é visível para a sociedade branca. A passagem evidencia que o personagem reconhece que ocupa esse lugar, e que desistiu de indignar-se com os casos de humilhações aos quais ele era recorrentemente submetido, pois ele conscientizava-se de que apenas nele doeria, apenas ele sentiria, ninguém mais o perceberia, reconhece, enfim, que não “causa pasmo”. Ao desistir de causar pasmo, ao desistir de tentar surpreender ou chamar a atenção, Cholly parece figurar, simbolicamente, a desistência dos sujeitos negros de mudar sua situação, o que se refletiu, muitas vezes na história da escravidão e na suposta pós abolição. Muitos sujeitos negros, invisibilizados, excluídos, diminuídos, aceitaram essa posição, pois lutar parecia não trazer grandes mudanças.

Além da exploração sexual citada anteriormente, as escravizadas sofriam com a animalização de seu corpo, servindo como objeto de fecundação e posterior procriação para o aumento da mão de obra. Após a instauração da abolição do tráfico internacional de escravizados, os escravagistas passaram a valorizar aquelas mulheres com capacidade de reprodução, pois seria uma alternativa para aumentar a produção do trabalho. Dessa forma, a maternidade das mulheres negras passou a ser um importante requisito para a valorização de escravizadas. Isso não significava que a mulher negra recebia o mesmo tratamento “divino” que a maternidade automaticamente impunha para mulheres brancas que engravidavam:

As irmãs, as amigas de infância, as moças puras, todas as futuras mães fazem parte da legião abençoada. E a própria esposa, quando sua magia erótica se dissipa, apresenta-se a muitos homens menos como amante do que como mãe dos filhos. A partir do dia em que a mãe é santificada e escravizada pode-se sem medo reencontrá-la na companheira, ela também santificada e submissa. Resgatar a mãe é resgatar a carne e, portanto, a união carnal e a esposa. (Beauvoir, 2009, p. 219)

Evidencia-se que Beauvoir ironiza a ideia de santificação, já que, efetivamente, o que se buscava era que as mulheres internalizassem tal ideia para cumprirem, sem rebeldias, o papel esperado pelos homens: dar-lhes filhos. Apesar de ser alvo de Beauvoir, este ainda era um papel privilegiado, quando se comparado com o modo como as mães negras eram vistas. A única mulher que assumiria essa posição de santidade na gravidez era a branca, uma vez que somente ela poderia vivenciar esse processo de feminilidade, casamento, família, entre outros requisitos para ser uma “boa esposa e mãe”. Já a mulher negra não possuía esse “privilégio” feminino por não ser considerada, de fato, uma mulher com todas as particularidades femininas exigidas para esse papel. Essa questão era apenas uma forma de reconduzir a escravidão, sendo assim, a mãe afrodescendente não era vista oficialmente como mãe (com todos os atributos divinos e sagrados atrelados ao exercício desse papel), apenas como um objeto para reposição da mão de obra frente às novas condições impostas após a abolição do tráfico de escravizados. Mais uma vez, negras não eram “contempladas” com os estereótipos femininos, pois não eram vistas como mulheres efetivamente, elas eram vistas e tratadas de formas animalizadas, como se as reproduções fossem apenas um instrumento que pudesse identificar o poder de multiplicação e, conseqüentemente, seus valores.

A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar. (Davis, 2016, p. 26)

A maternidade era divina quando concebida por uma mulher branca, sendo obrigação dela exercer o papel de mãe, evidenciando que elas também eram oprimidas de acordo com os padrões patriarcais impostos segundo sua branquitude; entretanto, para a mulher negra, essa questão ocorria de maneira desigual, pois, embora sua gravidez também fosse obrigatória, a reprodução não ocorria para impor à mulher não-branca a obrigação em exercer esse papel, mas para aumentar o número de pessoas exploradas. Sendo assim, enquanto a maternidade para mulheres brancas estabelecia santificação, a mãe negra era vista como objeto de reprodução de

lucros. Em *Eu sei porque o pássaro canta na gaiola*, há uma passagem que demonstra que a abolição não havia acontecido na prática, já que as pessoas negras continuavam sendo vistas como subservientes, mesmo quando possuíam uma situação mais estabilizada que a grande maioria da população negra, como era o caso da avó de Maya:

Algumas famílias lixentas da pobreza branca moravam no terreno da fazenda de Momma atrás da escola. Às vezes, um amontoado delas ia para o Mercado, ocupava o único aposento, tirava o ar do ambiente e até mudava os odores conhecidos. As crianças subiam umas nas outras e nos cestos de batatas e cebolas, falando o tempo todo com as vozes agudas como violões cigar box. Elas tomavam liberdades no meu Mercado que eu jamais ousaria ter. [...] Elas chamavam meu tio pelo primeiro nome e davam ordens a ele no Mercado. Ele, para minha grande vergonha, obedecia no seu jeito manco-reto-manco. Minha avó também seguia as ordens delas, só que não parecia servil, porque previa suas necessidades. (Angelou, 2018, p. 34)

Este trecho da narrativa expõe que o racismo e a ideia de supremacia branca não permitiam que a população negra vivesse de forma digna. A passividade da avó de Maya é justificada a partir da vivência de uma mulher que, certamente, incorporou qual o seu “lugar no mundo”, qual deveria ser seu comportamento diante de pessoas que mesmo mais novas que ela, possuíam representatividade mais significativa para uma sociedade racista. Embora a avó de Maya fosse dona do estabelecimento, se um branco reivindicasse o lugar que o negro estivesse ocupando, esse lugar deveria ser concedido àquela pessoa branca, pois ela teria preferência social. Por esse motivo, Momma e o tio personificam a posição que foi historicamente destinada ao seu povo, de servir e aceitar passivamente qualquer tipo de agressão. Conseqüentemente, ao ter esse tipo de atitude, ambos estavam ensinando aos descendentes como deveriam se comportar diante de um branco, para evitar qualquer tipo de sofrimento ou desgaste futuro.

Entretanto, nem todas as mulheres foram passivas diante da violência branca, como foi o caso de Margaret Garner (1834-1858), que preferiu assassinar a própria filha do que vê-la ser escravizada novamente e reviver todo o sofrimento da mãe. Essa história real foi transformada em ficção por Toni Morrison, na obra *Beloved* (publicada em 1987), em que ela retrata esse assassinato e todo o sofrimento posterior de uma mãe que tenta conviver com a dor de ter matado a própria filha. Nestas circunstâncias, a mulher negra tinha o sofrimento potencializado diante de uma sociedade que depreciava a existência do gênero feminino, assim sendo, a figura feminina, cansada das explorações sofridas constantemente por serem negras e por serem mulheres, buscava soluções vistas como absurdas para salvar seus descendentes das mesmas violações. A narrativa de Morrison reflete gerações de uma população negra assombrada pela miséria, demonstrando que havia liberdade, mas não havia libertação, pois, a contínua exploração e desamparo a qual eram submetidos faziam reviver constantemente as lembranças

do passado escravocrata. Como era possível viver uma liberdade plena diante de uma realidade que era tão difícil quanto o período de escravização?

Neste sentido, Sethe, personagem principal de *Beloved*, é a representação destes ex-escravizados que estão em constante luta para se desvencilharem de um passado sombrio, mas falham, pois são lembranças extremamente fortes. Além disso, a filha assassinada de Sethe, que possui o mesmo nome do título da obra, é a figuração desses traumas, pois a mãe não consegue superar a morte da filha, assim como os ex-escravizados jamais conseguiriam superar os anos de subjugação, dominação e exploração aos quais foram submetidos enquanto perdurassem segregações.

A semelhança entre Sethe e Mommy reside, justamente, no fato de o passado se fazer tão presente ao ponto de moldar o comportamento e os pensamentos destas mulheres, pois, como visto na citação acima sobre a avó de Maya, a passividade dela indicava que havia autoconhecimento sobre o lugar que ela ocupava na sociedade, e isso não se adquire de maneira instantânea, mas de acordo com os traumas e as delimitações impostas socialmente que delineavam e habituavam estas pessoas a agir de maneira “domada”. Em uma das passagens de *Beloved*, Paul D., companheiro de Sethe, afirma para ela: ““Sethe”, diz ele, “eu e você, nós temos mais passado que qualquer um. Precisamos de algum tipo de amanhã” (Morrison, 2007, p. 349), mas o amanhã era difícil diante de tantos desafios que a população negra, mesmo em liberdade, enfrentava; esta é uma citação perfeita para figurar um cenário de exploração que se perpetuava na existência de pessoas negras, e mesmo que tivesse ocorrido a abolição, não havia refúgio que pudesse amenizar as consequências de anos de escravização. O amanhã simboliza a esperança, a mudança, a melhoria, sonhos muito distantes da vida de pessoas negras.

Mesmo havendo certa variedade na significação social para algumas mulheres, o sexismo sempre se fará presente em todos os casos. Entretanto, é importante ressaltar que a opressão nem sempre será em níveis proporcionalmente idênticos para as mulheres em termos gerais, pois a estrutura social perpetuada nas sociedades estabelece que alguns grupos de pessoas sejam vistos como inferiores por diversos fatores, ocorrendo uma natural incorporação de valores que fazem com que se estabeleçam noções de submissão. Isso não é diferente entre as mulheres pois, por mais que exista o fator comum de discriminação por gênero, ainda há outras variações ideológicas que permitem que algumas sejam vistas como inferiores às outras, seja por fatores econômicos, raciais, sociais ou outros.

Por mais que os feminismos tentem reconduzir a sociedade a um caminho menos desestruturado em termos sexuais e socioculturais, a desvalorização étnica de pessoas afrodescendentes continua colocando-as em posições de subalternidade, uma vez que os traços

efetivamente negros (cabelo crespo, pele mais escura, olhos escuros, boca grande, entre outros), desenvolvem certa inferiorização dessas pessoas sob outras. Ao se tratar das mulheres, este fato é ainda mais forte por ser conciliado aos estereótipos patriarcais que estabelecem padrão de beleza ocidental. A pele clara desperta atenção e o respeito dos outros, enquanto a pele escura dá ao outro a autorização para o desrespeito e preconceito.

É possibilitado que pessoas também negras, mas com algumas características ocidentais (traços do rosto mais finos, cabelo cacheado ou liso, pele mais clara, olhos castanhos, verdes ou azuis), sejam mais “aceitas” pela sociedade, pois estão mais perto da padronização de beleza imposta pelo eurocentrismo. Neste cenário, as mulheres são ensinadas a disputar para serem mais bonitas que outras, entretanto, a menina negra que não se enquadra em nenhuma padronização não tem qualquer chance de ser admirada por esse quesito, ocorrendo uma natural inferiorização de si mesma e, conseqüentemente, de seus descendentes:

A reação contemporânea é tão violenta, porque a ideologia da beleza é a última das antigas ideologias femininas que ainda tem o poder de controlar aquelas mulheres que a segunda onda do feminismo teria tornado relativamente incontroláveis. Ela se fortaleceu para assumir a função de coerção social que os mitos da maternidade, domesticidade, castidade e passividade não conseguem mais realizar. Ela procura neste instante destruir psicologicamente e às ocultas tudo de positivo que o feminismo proporcionou às mulheres material e publicamente. (Wolf, 1992, p. 9).

O mito da beleza, discutido por Naomi Wolf na obra *O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*, publicado em 1991 nos Estados Unidos, expõe que a criação de um padrão estético está ligado ao capitalismo, pois o consumo de produtos está estritamente relacionado ao mercado; também está efetivamente ligado ao racismo estrutural, pois condiciona a mulher negra a se contentar com uma beleza vista como inferior, uma vez que os artifícios de embelezamento não são aceitáveis pela sociedade quando utilizados por uma pessoa negra. Neste caso, o padrão de beleza influencia diretamente na desvalorização de corpos negros, pois a menina cresce neste universo que a faz crer na própria feiura irreversível e indisfarçável. Pode-se observar estas situações nos dois objetos de estudo desta pesquisa, primeiramente, em *O olho mais azul*:

O transtorno das estações foi obra de uma menina nova na escola, chamada Maureen Peal. Uma criança de sonho, mulata claríssima, de cabelo castanho comprido, preso em duas tranças grossas que lhe pendiam às costas. Era rica, pelo menos para os nossos padrões, tão rica quanto as mais ricas das meninas brancas, envolta em conforto e cuidados. A qualidade de suas roupas ameaçava nos deixar desvairadas, a mim e a Frieda. Sapatos de verniz com fivelas, de que só ganhávamos uma versão mais barata na Páscoa e que se desintegrava no final de maio. Suéteres felpudos da cor de gotas de limão, enfiados para

dentro de saias com pregas tão certinhas que nos deixavam perplexas. Meias três-quartos de cores vivas com bordas brancas, casaco de veludo marrom enfeitado com pele de coelho branca, e um regalo combinando. (Morrison, 2018, p. 48)

As meninas sentiam-se fascinadas não apenas pela beleza de Maureen, mas, também, por todos os itens utilizados por ela, uma vez que nunca seriam vistos em meninas negras como Pecola, Claudia e Frieda, por não possuírem traços aceitáveis de beleza. Maureen era o “transtorno” das estações, pois, metaforicamente, representa tudo aquilo que as demais meninas, como Claudia, Frieda e Pecola, jamais poderiam ser e sofrem por isso. Sua beleza, sua pele clara, suas roupas bonitas, tudo o que representa faz com que seja a criança de “sonho”, ou seja, era tudo o que as meninas negras queriam ser, mas jamais seriam. Por mais que Maureen seja uma criança negra também, ela se comporta como branca, e utiliza a sua pele clara e os olhos verdes a favor dessa incorporação de branquitude. De certa forma, pode-se conciliar o fenótipo de Maureen ao desejo de Pecola em ter olhos azuis, pois, para a criança de pele clara, os olhos verdes servem para reforçar sua inclusão e valorização. Ou seja, todos os artifícios de beleza são utilizados por Maureen, mas não apenas porque ela possui condições financeiras para isso, mas também, e principalmente, porque ela possui fenótipos condizentes com estes requisitos dominantes. Sendo assim, tudo que é bom e bonito está associado ao padrão de beleza ocidental, por isso Pecola deseja ter olhos azuis, pois seria, de certa forma, um caminho positivo para que ela fosse habilitada a utilizar estes adereços, uma vez que mesmo que Pecola possuísse condições financeiras para consumir os produtos que Maureen utiliza, ela não faria isso isenta de julgamentos, já que o padrão de beleza continuaria reprovando a representação social dela e de seu corpo categorizado negativamente como negro.

Um termo importante a ser discutido nesta pesquisa é o “colorismo”, pois, a partir dele, é possível compreender as diversas camadas que envolvem as pessoas negras e seus variados arquétipos. Assim como entende Devulsky (2021), na obra *Colorismo*, a mestiçagem não ocorreu de forma despreziosa, mas a partir de uma intensa tentativa colonial em que a negritude seria cada vez mais embranquecida até o momento em que não existissem mais negros. Entretanto, a identidade racial não se limita às características físicas, mas há um conjunto de fatores culturais e religiosos que contribuem para que pessoas negras reafirmem suas raízes.

Neste sentido, não houve o desaparecimento da população negra, mas a consequente mestiçagem interferiu na aceitação de traços negros fora e dentro da própria comunidade, pois, diante de uma sociedade colonialista e com hierarquias raciais e sociais bem delimitadas, aqueles que se aproximassem de fenótipos africanos não eram tão valorizados quanto pessoas negras

que possuíam características físicas mais próximas do padrão de branquitude. Nesse contexto, o colorismo confirma sua existência a partir da multiplicidade de fenótipos originados da relação entre diversas raças, contudo, é possível – e muito frequente – identificar como esse colorismo atinge as pessoas dentro da própria comunidade negra, sendo assim, o colorismo ocorre entre o branco sobre o negro e, até mesmo, entre o negro sobre o próprio negro:

[...] o colorismo tem o condão de opor pessoas da mesma comunidade, umas contra as outras, permitindo que pessoas negras possam se estranhar por conta de suas diferenças. [...] nessas estruturas, dois primos, ou dois irmãos, podem não se reconhecer como pertencentes ao mesmo grupo racial, o que parece pouco crível de ser admitido se adotarmos os preceitos estritos do colorismo. (Devulsky, 2021, p. 16)

Diante de uma sociedade ocidental que sempre determinou a branquitude como o padrão de beleza, algumas pessoas demoram para se reconhecer como pessoas negras, isso ocorre, justamente, por conta dos graus de mestiçagem racial existentes em países colonizados. Por causa dessa necessidade em se afirmar em algum grupo racial, pessoas não brancas reconhecidas como pardas podem tentar, em alguns momentos, se aproximar dos protótipos brancos para que elas sejam validadas como brancas. Por possuírem alguns traços físicos aceitos pelos padrões de beleza, a sociedade será mais receptiva com uma pessoa parda do que com uma pessoa preta, pois o colorismo é incorporado nas práticas raciais do cotidiano. Santana (2015) faz uma reflexão sobre quando ela se descobriu negra:

Tenho 30 anos, mas sou negra há apenas dez. Antes, era morena. Minha cor era praticamente travessura do sol. Era morena para as professoras do colégio católico, para os coleguinhas – que talvez não tomassem tanto sol – e para toda a família que nunca gostou do assunto. “Mas a vó não é descendente de escravos?”, eu insistia em perguntar. “E de índio e português também”, era o máximo que respondiam. Eu até achava bonito ser tão brasileira. Talvez por isso aceitasse o fim da conversa. (Santana, 2015, p. 13)

Essa passagem exemplifica como o racismo atinge pessoas negras com pele menos retinta, pois há uma pressão racial tão forte que causa certa repulsa aos seus pares. Ao mesmo tempo que o colorismo estabelece bloqueios entre negros claros e suas identidades raciais, ele também é o caminho para um autorreconhecimento, pois a libertação e a desconstrução passam, também, pelos estudos dessas pautas teóricas que desmistificam muitos (pre)conceitos existentes no intrínseco de pessoas negras.

Uma especificidade interessante no romance de Morrison que exemplifica a ideia do colorismo no contexto do romance é a presença recorrente das estações do ano, podendo manter certa relação com as personagens da obra. Maureen era considerada uma jovem bonita por

personificar certas padronizações da branquitude e pela valorização do colorismo que era presente até mesmo naquela comunidade formada por negros. Sendo assim, por esses motivos, ela era associada ao verão, pois é uma estação quente, que lembra vivacidade, alegria, beleza; logo, este tipo de comparação faz o leitor associar a personagem à maneira como ela era vista pela sociedade, como era tratada e como vivia recebendo afeto, respeito e alegria. Além disso, a introdução de Maureen na narrativa acontece no capítulo intitulado “inverno”: “A pele assume o amarelo pálido e melancólico do sol de inverno.” (MORRISON, 2018, p. 47), ou seja, uma estação com diversas ideias negativas. Em seguida, há a quebra dessa negatividade, pois a presença de Maureen, que é associada ao verão, causa otimismo, beleza, entre outras sensações positivas:

Na altura em que este inverno se havia apertado num nó odioso que nada conseguia afrouxar, alguma coisa o afrouxou, ou melhor, alguém. Alguém que estilhaçou o nó em fios prateados que nos amarraram, enredaram-se à nossa volta e nos fizeram ansiar pela monótona irritação do tédio anterior. O transtorno das estações foi obra de uma menina nova na escola, chamada Maureen Peal. [...] Havia uma insinuação de primavera em seus olhos verdes amendoados, algo de verão em sua tez e uma rica plenitude de outono no seu jeito de andar. (Morrison, 2018, p. 48).

A presença de Maureen em uma comunidade com a maioria da população negra indica um paralelo com uma beleza feminina “aceitável” e “padronizada” pelo colorismo. A jovem recém-chegada simboliza a beleza dentre tantas pessoas consideradas “feias” e “insignificantes” de acordo com a visão racista instaurada pelo estereótipo ocidental. Maureen era o verão dentro do inverno, era a beleza dentro de um lugar feio; era o quente dentro do frio, úmido; era o delicado dentro do duro, forte. Neste seguimento, esta representação e abstração de Maureen foi uma perfeita simbologia sobre como o colorismo conduz as relações entre os pares, sendo possível, também, relacionar ao que foi colocado por Devulsky (2021), uma vez que Maureen não se reconhece como negra, ela age e tenta se aproximar de uma representação branca, e assim como colocado pela autora, é muito frequente que negros se coloquem uns contra os outros diante de uma sociedade miscigenada, muito por conta do racismo e, também, pela dificuldade em se reconhecer como parte daquela população que está recorrentemente sendo caracterizada como negativa. A beleza de Maureen, muito mais próxima da branquitude, transtorna meninas como Claudia, Frieda e Pecola, de pele mais escura. Elas se sentem amarradas, presas na própria feiura, na própria impossibilidade de serem como Maureen.

Pauline, mãe de Pecola, também figura como um destes sujeitos oprimidos pelos padrões ocidentais, sendo preenchida por todos os mitos de beleza que menosprezam suas características

afrodescendentes. Uma das passagens que demonstra o impacto causado na mulher negra é quando Pauline vai ao cinema:

Lá, no escuro, sua memória se reavivou e ela sucumbiu aos sonhos antigos. Além da ideia de amor romântico, foi apresentada a outra — à da beleza física.[...]

Depois da educação que recebeu do cinema, nunca mais foi capaz de olhar para um rosto sem classificá-lo de alguma forma na escala da beleza absoluta, uma escala que ela absorvera na íntegra da tela prateada. Ali, finalmente, estavam os bosques sombrios, as estradas solitárias, as margens de rios, os olhos suaves e compreensivos. Ali o defeituoso se curava, o cego recuperava a visão e o coxo jogava fora as muletas. Ali a morte estava morta e cada gesto das pessoas era feito em meio a uma nuvem de música. Ali as imagens em branco e preto se uniam, compondo um todo magnífico — tudo projetado através de um raio de luz que vinha de cima e de trás. Era um prazer simples, na verdade, mas ela aprendeu tudo o que havia para amar e tudo o que havia para odiar. (Morrison, 2019, p. 89)

Assim como na contemporaneidade, já nos anos 1940, o conteúdo reproduzido nas telas tinha o poder de construir conceitos e padrões que se perpetuavam no senso comum. Não apenas nas relações cotidianas a estética branca preserva seu privilégio, mas também naquilo que é reproduzido nos diversos meios de comunicações e demais aparelhos ideológicos. Pauline, no escuro, começa a ter ideias impossíveis, a almejar o que via na tela, a vida de pessoas brancas, o amor de pessoas brancas, a realidade de pessoas brancas, a beleza de pessoas brancas. O escuro do cinema é, também, simbolicamente, a vida obscura de Pauline, além de sua própria negritude:

Parece que a única hora que eu era feliz era quando tava no cinema. Ia sempre que podia. Chegava cedo, antes do filme começar. As luz se apagava e ficava tudo escuro. Aí a tela se iluminava e eu entrava direto no filme. Os homem branco tomando conta tão bem das mulher, e todos bem-vestido, as casa grande e limpa, com a banheira no mesmo aposento que o toalete. Aqueles filme me dava muito prazer, mas depois ficava difícil voltar para casa e olhar para o Cholly. (Morrison, 2019, p. 89)

Para Pauline, o cinema era uma forma de vivenciar as experiências que ela nunca pôde ter enquanto mulher preta, dessa maneira, ela confronta a vida retratada nas telas com a própria realidade, causando certa inconformidade com o fato de nunca poder experienciar uma vida tranquila e bonita daquela maneira. Ela via a própria vida como feia, tudo era tão escuro, ela mesma era tão escura, tudo era tão maltratado, sem leveza, enquanto a vida do cinema era tão clara, branca como as pessoas brancas, tão leve, tão bonita e serena. Por esse motivo era tão difícil para a personagem sair do cinema e encarar a própria vida, ela não era mais capaz de olhar para a própria realidade sem comparar com as narrativas contadas nas telas do cinema.

De acordo com Wolf (1992), a beleza é um dos principais artifícios para que a mulher esteja sob o domínio de figuras masculinas, pois, ao personificar conceitos estéticos, a mulher se torna vítima da busca pela perfeição, da rivalidade e disputa com outras mulheres, gerando insegurança em si mesma, além de outras questões que potencializam a dominação masculina por diversos fatores que colocam a mulher como dependente de recursos para embelezamento e dificultam a união feminina. A partir dessa procura pela imagem perfeita, também se fortalece o sistema capitalista que influencia diretamente nas diversas camadas e interseccionalidades do feminismo, uma vez que o mercado produz massivamente objetos estéticos que influenciam as mulheres a manterem esse ciclo intermitente de se encaixar nos padrões de beleza:

[...] A “beleza” é um sistema monetário semelhante ao padrão ouro. Como qualquer sistema, ele é determinado pela política e, na era moderna no mundo ocidental, consiste no último e melhor conjunto de crenças a manter intacto o domínio masculino. Ao atribuir valor às mulheres numa hierarquia vertical, de acordo com um padrão físico imposto culturalmente, ele expressa relações de poder segundo as quais as mulheres precisam competir de forma antinatural por recursos dos quais os homens se apropriaram. (Wolf, 1992, p. 11)

O mito da beleza estabelece que, para ser aceita e para ser bem-sucedida, a mulher deve estar de acordo com a aparência exigida pelo mercado. Esse é um dos motivos pelos quais as mulheres negras, principalmente em 1940, são preteridas no mercado de trabalho e estão frequentemente limitadas às ocupações domésticas ou outras semelhantes, pois a mulher negra não é o ideal estético e está sempre abaixo de mulheres brancas neste quesito, não importando qual tipo de moda aderida, os corpos femininos afrodescendentes não são – nunca – valorizados pela sociedade capitalista e pelo sexismo.

Morrison caracteriza Pauline como essa mulher que tenta estar de acordo com os padrões de beleza, entretanto, todos os tipos de padrões de feminilidades são criados pensando no corpo branco, e uma mulher negra tentando reproduzir esses conceitos vira alvo de ironia. Até mesmo no cinema as realizações positivas estão reservadas àqueles constituídos por privilégios, por isso, Pauline não se identifica com as pessoas que protagonizam os filmes, pois sabe que se trata de uma realidade muito distante da sua, ocasionando uma natural incorporação de menosprezo próprio, cujo desprezo ela transfere aos seus pares, incluindo seus filhos, uma vez que ela não consegue ver beleza em Pecola:

Mas a Pecola, desde o começo parecia que ela sabia o que tinha que fazer. Um bebê esperto. Eu gostava de olhar pra ela. Eles faz uns barulhinho guloso. O olho meigo e úmido. Cruzamento de cachorrinho e homem morrendo. Mas eu sabia que ela era feia. A cabeça coberta de um cabelo bonito, mas, meu Deus, como ela era feia. (Morrison, 2019, p. 91)

A dominação estética é tão forte sobre a figura feminina que é quase impossível que uma mulher se desvencilhe totalmente destes ideais. Desse modo, por não estar dentro dos padrões femininos de beleza, Pauline não conseguia ver beleza em si mesma, pois sabia que a sociedade nunca veria suas características com a mesma admiração com que pessoas brancas eram vistas. Além disso, ela conseguia testemunhar essa subjugação em seu cotidiano, uma vez que ela não seria bem tratada, não viveria aquele romance que ela assistia nos cinemas, não poderia utilizar os acessórios, pois ela não “combinava” com eles, ela não poderia nem tentar ser bela, pois suas características físicas impossibilitavam que ela não fosse ridicularizada; logo, ela sabia que sua filha também não seria bonita, pois os traços negros africanos eram visíveis.

Percebe-se, no início da passagem, que ela está encantada com a filha, entretanto, depois, ela não se permite mais admirar a bebê, pois a repulsa por suas características corpóreas é maior do que o encantamento pela filha. É paradoxal que admire as características gerais da filha, sua esperteza, meiguice, mas sinta desprezo pela sua feiura, que está associada à sua pele retinta.

De certa forma, essa passagem pode ser relacionada com a obra citada anteriormente, *Beloved*, pois ambas as mães sabem o quão difícil é lidar e livrar as filhas desse constante sofrimento ao qual a comunidade negra é submetida. Embora Pauline não tenha agido da mesma forma que Sethe, de alguma maneira ela limita a existência da filha, com a falta de amor-próprio e de afeto. Vivenciar diariamente o padrão de beleza imposto na sociedade, principalmente para mulheres, impossibilitava que uma mãe negra enxergasse beleza nos seus filhos. Percebe-se que na passagem acima, Pauline cita algumas características positivas na filha, mas logo reafirma a falta de beleza, como se ela estivesse constantemente tentando situar-se na realidade, além de desde cedo preparar sua filha para o mundo e os princípios que o constituem.

Em *Eu sei porque o pássaro canta na gaiola*, a personagem principal, chamada Maya, também é afetada pelas ideologias acerca da beleza feminina. Embora ela viva em um local bem estruturado, cercada de amor e cuidados por sua avó e seu irmão mais novo, isso não a isenta de sonhar com uma beleza branca, evidenciando que pessoas negras vivenciavam cotidianamente a idealização acerca do corpo perfeito, sendo diretamente afetadas por nunca serem caracterizadas como esse perfil ideal de beleza, pois eram sempre características opostas àquelas personificadas nas mulheres negras. Diante disso, restavam-lhes apenas imaginar ter esse tipo de beleza:

Eu ia parecer uma daquelas garotinhas brancas fofas que eram o sonho ideal de todos sobre o que era certo no mundo. Pendurado delicadamente por cima da máquina de costura Singer preta, [o vestido] parecia magia, e quando as pessoas me vissem com ele, elas correriam até mim e diriam “Marguerite (às vezes era ‘querida Marguerite’), nos perdoe, por favor, nós não sabíamos quem

você era”. E eu responderia, com generosidade: “Não, vocês não tinham como saber. Claro que perdoou vocês.” (Angelou, 2018, p. 14)

Assim como a cor preta é rotulada negativamente em diversos aspectos, a cor branca é sempre colocada como algo bom, delicado ou fofo, e essa preconceção é estendida às pessoas de acordo com a cor da pele de cada um. Como pode ser observado na passagem acima, a criança associa pessoas brancas às coisas fofas e como o “sonho ideal” de todos, logo, tal percepção não classifica o pensamento dela em particular, mas que, durante a vivência e a interação com a sociedade em geral, ela percebeu que as pessoas favoritas de todos sempre eram brancas; conseqüentemente, o foco não é apenas ser bonita, mas a aspiração em ser querida por todos, algo incomum para pessoas negras. Assim como Pauline usa o cinema para imaginar uma vida branca, leve, é também pela imaginação que Maya tece suas aspirações de beleza, admiração, branquitude. É na imaginação que seu mundo parece menos preto e menos feio:

As pessoas não ficariam surpresas quando um dia eu acordasse do meu feio sonho negro, e meu cabelo de verdade, que era longo e louro, assumisse o lugar do capacete crespo que Momma não me deixava alisar? Meus olhos azul-claros as hipnotizariam, depois de todas as coisas que elas disseram, que “meu pai devia ter sido chinês” (eu achava que eles queriam dizer de porcelana, como uma xícara), porque meus olhos eram tão pequenos e apertados. Elas então entenderiam por que eu nunca peguei sotaque sulista, nem falava gírias comuns, e por que tinha que ser obrigada a comer rabo e focinho de porco. Porque, na verdade, eu era branca e uma fada-madrinha cruel, que sentia uma inveja compreensível da minha beleza, me transformou em uma garota Negra, grande demais, com cabelo preto crespo, pés grandes e um vão entre os dentes por onde passava um lápis número dois. (Angelou, 2018, p. 16)

Ao mesmo tempo, sua vida de negritude parece um sonho ruim, de onde um dia irá acordar, milagrosamente branca, querida, admirada. Maya tenta transcender para uma vida bonita, a vida ideal, só permitida às crianças “brancas e fofas”. O desejo de Maya simboliza o desejo o desejo de aceitação. Além disso, na passagem anterior, pode-se considerar que o fato de ela “perdoar” os outros está estritamente relacionado às pessoas brancas que sempre estão atreladas à bondade, positividade, amor, afeto, entre outras concepções que não permitem que a maldade esteja interligada ao branco; em contrapartida, o negativo, o ruim, o maldoso, está sempre relacionado ao preto. São ideias que, para a grande maioria da sociedade, podem não ter sentido ou são vistas como ideias que possuíram suas fundamentações na aleatoriedade. Entretanto, ao analisar, considera-se que há uma movimentação intencional para sempre ligar o preto ao ruim e o branco ao bom. A ideia de isso ser considerado “coincidência” por muitas pessoas se explica em ideologias instauradas nos aspectos estruturais da sociedade que tornam tais ideias aceitas. Já para os sujeitos negros, a aceitação destas ideias se dá em nível do

inconsciente, assim como ocorre com Maya na passagem acima, ela não sabe, de fato, o porquê de agir com essa passividade e bondade, mas são situações intrínsecas, com suas razões fundamentadas no racismo estrutural.

Diante da intencionalidade de Maya em pertencer a esse universo visível de privilégios sociais, evidencia-se a semelhança dela aos pensamentos de Pecola, que rezava todos os dias para possuir olhos azuis. Em ambos os casos, as duas crianças negras consideradas feias pela comunidade da qual fazem parte, carregam a bagagem do preconceito, da desvalorização e da segregação, mesmo que muito novas. Para elas, o problema maior estava associado à questão estética, pois era essa percepção externa que se caracterizava como mais visível diante da discriminação sofrida ao negro e da valorização feita ao branco.

O desejo de Pecola em possuir olhos azuis e o de ser uma garotinha branca e fofa de Maya demonstram que as pretensões não estavam apenas em serem consideradas bonitas, mas na associação feita às pessoas com características ocidentais de serem sempre aceitas, não serem silenciadas ou invisibilizadas. Além disso, no caso de Pecola, o contexto era ainda mais desolador, uma vez ela vivia em um local totalmente desestruturado, nunca recebeu afeto real ou respeito. Embora Maya também pertencesse a um grupo de pessoas marginalizadas pelo racismo, ela tinha quem lhe desse amor, ela tinha uma fuga desse mundo; Pecola nunca teve esse lugar de acolhimento, de afeto, mesmo que mínimo, exceto quando visitava as prostitutas, que conseguiam dar-lhe um pouco de afeto por meio do laço de amizade que foi estabelecido entre elas.

A situação de Pecola e seu autodesprezo têm origens na vivência familiar, no modo como os pais a veem. Pauline, sua mãe, atua como empregada doméstica, sendo diariamente confrontada entre duas realidades. Uma dessas realidades é a sua própria vida e todas as questões que envolvem seu cotidiano: sendo a mãe de uma família desestruturada, com um marido alcóolatra e com sua própria incapacidade de transmitir afeto aos filhos, ela vivencia frustrações diárias. Tais questões são consequências do racismo estrutural dentro da sociedade na qual ela está inserida, pois, para a maioria das pessoas negras na época em questão (1940), não eram disponibilizadas ou pensadas políticas públicas que lhes viabilizassem melhores condições de vida, resultando em recorrentes ocupações limitadas e exploratórias nos espaços sociais. O negro convivia com o racismo perpetuado às suas raízes étnicas, desmoralizadas pelo ocidentalismo e vivenciadas diariamente no convívio familiar e nas relações com outras pessoas. Além disso, pode-se observar a tentativa de Pauline em se encaixar nos padrões estéticos femininos perpetuados através do patriarcalismo, entretanto, ela percebe que há algo

de errado ao tentar se adaptar a essa realidade, pois são padrões de beleza impostos para um único tipo de corpo feminino: o branco.

Pauline não se sentia à vontade com as poucas mulheres negras que conhecia. Elas achavam engraçado que ela não alisasse o cabelo. Quando tentou se maquiar como elas, o resultado foi péssimo. Os olhares que alfinetavam e as risadinhas disfarçadas por causa de sua maneira de falar e se vestir deram-lhe vontade de ter roupas novas. (Morrison, 2019, p. 86)

Diante disso, observa-se que Pauline percebia a realidade na qual estava inserida, e ainda assim tentava se habituar a este mundo, no entanto, se trata de um sistema racial repressivo, que tenta a todo momento invalidar a existência do negro, por esse motivo, ela se sente deslocada e invisibilizada. Em contrapartida, há uma realidade mais reconfortante e que possibilita que a personagem, finalmente, se sinta parte completa e significativa da sociedade, que é quando ela está no local de trabalho:

Ali encontrava beleza, ordem, limpeza e elogio. [...] Ela reinava sobre armários abarrotados de comida que não seria consumida durante semanas, meses até; era a rainha de legumes enlatados comprados às caixas, dos fondants especiais e docinhos em minúsculos pratos prateados. Os credores e os vendedores que a humilhavam quando ela os procurava em seu próprio nome a respeitavam, ficavam até intimidados com ela, quando falava pelos Fisher. Recusava a carne que estivesse ligeiramente escura ou cujas beiradas não estivessem bem aparadas. O peixe ligeiramente malcheiroso que aceitava para a própria família ela praticamente atirava na cara do peixeiro, se ele o mandasse para a casa dos Fisher. Naquela casa ela tinha poder, elogios e luxo. (MORRISON, 2019, p. 93).

Quando está trabalhando para a família Fisher, composta por brancos bem estruturados e ricos, ela consegue realizar-se como mãe e como sujeito, pois pode experimentar a dignidade que nunca será vivenciada quando está fora desse convívio glamourizado. Na casa da família Fisher, Pauline se sente uma rainha. Embora ela seja uma trabalhadora braçal, explorada e mal paga, imagina que tem voz, pois fala “pelos Fisher”. Simbolicamente, Pauline precisa da imagem dos brancos para ser ouvida, assim como os sujeitos negros, historicamente, foram representados, figurados e tiveram suas histórias contadas por brancos. Pauline, efetivamente, não percebe que não tem voz, não é vista, não é rainha, que só existe através da imagem dos brancos.

A patroa de Pauline pertence à classe alta, e através dessa personagem é possível verificar o cuidado da autora ao caracterizar uma figura feminina que demonstra ser consciente quanto aos discursos e movimentos feministas, mas que pratica um feminismo elitista, sem considerar mulheres que estejam fora desse sistema privilegiado. Este fato pode ser notado quando Pauline descreve que sua demissão ocorreu por causa de seu marido, Cholly, que invadiu

a residência dos Fisher para conseguir o dinheiro da esposa, nesse momento, a patroa condiciona a permanência dela no trabalho a ela se separar do marido, e isso ocorre de forma totalmente alheia às prerrogativas raciais que Pauline enfrenta:

Quando aquela branca viu ele, ficou vermelha. Tentou se fingir de forte, mas tava morta de medo. Disse pro Cholly ir embora ou ela chamava a polícia. Ele xingou e começou a me puxar. Eu podia avançar pra cima dele, mas não queria encrenca com a polícia. Então peguei as minhas coisa e fui embora. Tentei voltar, mas ela não me queria mais, se eu fosse continuar com o Cholly. Ela disse que me deixava ficar se eu largasse dele. (Morrison, 2019, p. 88)

Essa passagem demonstra que, embora houvesse o patriarcado como fator comum de discriminação entre as mulheres, este fator não era suficiente para que elas superassem as convenções racistas e classistas criadas e incorporadas pelo capitalismo e o racismo existentes na sociedade. A patroa personifica a mulher branca de classe alta, que possuía total desconhecimento sobre a realidade das mulheres negras, uma vez que ela tenta influenciar a empregada doméstica a abdicar do seu casamento para continuar no emprego, sem conhecer o contexto de vida dessa trabalhadora. É a própria simbologia dos primeiros movimentos feministas negros, classistas, racistas que, como entendeu hooks (2019), universalizaram o conceito de “mulher”.

Apesar de a sra. Fisher expor seu conhecimento em relação às questões de gênero, o mesmo não ocorria quanto as demais subjugações as quais Pauline estava exposta. É perceptível que as donas de casa com pensamentos transgressores em relação ao seu próprio papel social possuíam muita dificuldade de serem empáticas com aquelas que estavam fora dessa classe social privilegiada, promovendo movimentos homogêneos, como se o patriarcado agisse de forma igualitária para todas as mulheres, independentemente de classe e raça, assim como afirma Davis, “a serviçal [...] trabalhava com o único propósito de satisfazer as necessidades de sua senhora. Provavelmente enxergando sua criada como mera extensão de si mesma, a feminista dificilmente poderia ter consciência de seu próprio papel ativo como opressora” (2016, p. 112). A patroa, por mais que demonstrasse ter pensamentos mais críticos em relação à liberdade feminina, ainda se apresenta como alguém que não reflete sobre questões raciais e classistas que também são importantes nesse processo de desconstrução patriarcal:

Ela disse que me deixava ficar se eu largasse dele. Pensei no caso. Mas mais tarde não achei muito inteligente uma preta abandonar um preto por causa de uma branca. E ela nunca me pagou os onze dólares que me devia. Isso foi terrível. O homem do gás tinha cortado o gás e eu não podia cozinhar. Eu implorei pra aquela mulher me pagar [...] (Morrison, 2019, p. 88).

Efetivamente, neste momento, Pauline parece consciente de como as questões raciais importam mais em sua vida cotidiana do que as questões feministas de um grupo de mulheres brancas. Entende que teria mais apoio de seus pares negros do que de uma mulher branca. Percebe, afinal, que seu mundo está distante demais do mundo da patroa. É mais fácil lutar por questões que dialoguem com a realidade na qual se está inserido. Neste sentido, a potencialização da marginalização decorrente da discriminação racial não faz parte do contexto de vida de mulheres brancas, ocasionando em lutas e discussões que não envolvem estes temas. Por isso hooks (2019), em sua obra *Teoria feminista: da margem ao centro*, afirma que para as mulheres conduzirem os movimentos feministas de maneira justa, elas precisam, primeiramente, internalizar e praticar a sororidade, pois apenas dessa maneira haverá a quebra de alguns rótulos e as rivalidades que impedem as mulheres de unirem-se contra o sistema sexista:

Ensinam-nos que as mulheres são inimigas “por natureza”, que nunca existirá solidariedade entre nós, pois não conseguimos, não devemos unir-nos umas às outras, nem o fazemos. Aprendemos bem estas lições. Se queremos construir um movimento feminista duradouro, temos de as desaprender. Temos de aprender a viver e trabalhar em solidariedade. Temos de aprender o verdadeiro significado e valor da Sororidade. (hooks, 2016, p. 46)

O homem é colocado como o “centro” de tudo, é por ele que as mulheres estão dispostas a rivalizar em busca da admiração e possível conquista. A mulher nunca tem sua existência justificada em suas próprias vontades, mas sempre tendo a figura masculina como referência, assim como foi abordado anteriormente nas passagens de Beauvoir (2009) em *O segundo sexo*. Essa fragmentação do gênero feminino em questão de luta pela autonomia feminina resulta na falta de sororidade, pois a grande maioria das mulheres não conseguiu compreender que as lutas devem ocorrer de forma coletiva e, ao mesmo tempo, heterogênea. A patroa de Pauline expõe a falta de sororidade quando não se solidariza pela situação de uma mulher negra:

Aí eu fiquei tão desesperada que perguntei se ela me emprestava o dinheiro. Ela ficou calada um tempo e depois disse que eu não devia deixar um homem tirar vantagem de mim. Que eu devia ter mais respeito e que era dever do meu marido pagar as conta, e que se ele não podia pagar, eu devia ir embora e fazer ele me pagar uma pensão. Tudo muito simples. Com que dinheiro ele ia me dar uma pensão? (Morrison, 2019, p. 88).

Neste trecho é possível perceber como era confortável que as mulheres brancas “feministas” exigissem o mesmo posicionamento de luta e consistência política de mulheres negras que viviam em uma realidade totalmente oposta. Essa passagem representa uma

sociedade que possuía, de fato, mulheres que lutavam de maneira consciente contra o patriarcado, entretanto, eram, em sua maioria, mulheres brancas e ricas que não se permitiam deslocar-se dessa supremacia racial e classista para compreender uma outra realidade feminina que necessitava de mais urgência. É importante observar a contradição presente nos movimentos feministas iniciais, que embora utilizassem o lema de “luta pelas mulheres”, ignoravam totalmente as disparidades sociais entre brancos e negros. As mulheres de classe alta não queriam promover igualdade social com as mulheres negras, por isso não faziam questão de introduzi-las de forma integral e empática nas pautas de seus movimentos, elas queriam, na verdade, se legitimar cada vez mais em suas posições privilegiadas da classe alta, estabelecendo igualdade com os homens brancos. O fato de a patroa de Pauline expor um pensamento pseudo progressista totalmente baseado em suas vivências elitistas demonstra que não havia empatia real em relação ao outro absoluto, além disso, ela não pagou o que devia para Pauline, não porque não pudesse pagar, mas porque era normal que o negro não fosse visto como cidadão com direitos, apenas pela perspectiva da exploração e objetificação.

Outra questão a ser pontuada é o fato de a patroa se considerar feminista, mas não exercer totalmente a liberdade que se buscava no movimento. As mulheres que possuem consciência social sabem que é importante se desvencilhar do marido de todas as maneiras, principalmente economicamente, para que se tenha efetiva liberdade, a este exemplo, o livro *Um teto todo seu*, de Woolf, retrata justamente que a mulher necessita possuir liberdade financeira para que não se perpetue ao lado de um homem somente por causa dos seus atributos financeiros. Neste sentido, ao pontuar para Pauline que o marido deveria pagar as contas, ela está relativizando o próprio discurso feminista, tentando colocar a mulher em uma posição de dependência masculina; além disso, são realidade totalmente diferentes, e Pauline, neste caso, tinha total consciência da própria falta de privilégio quando sugere que a patroa lhe empreste o dinheiro, pois sabe que o Cholly não seria capaz de sustentá-la.

Em contrapartida, o posicionamento da mulher negra era primeiramente pautado nas suas raízes étnicas antes do apoio à equivalência entre homens e mulheres, pois ela vivenciava diariamente a subjugação patriarcal contra suas semelhantes sendo potencializada pela segregação racial. Desse modo, ainda que as mulheres conquistassem equidade em relação aos homens, isso não abrangeria aquelas que estivessem fora do padrão cultural de valorização estética e social, pois a discriminação continuaria colocando-as como inferiores aos demais. Diante disso, é perceptível que a sra. Fisher luta de acordo com suas prerrogativas, mas Pauline, apesar de não possuir a mesma politização da patroa, detém uma crítica racial que não a permite colocar o feminismo elitista acima de suas raízes.

Ao contrário do que o patriarcalismo pregava para as mulheres brancas serem subservientes, donas de casa, entre outros estereótipos de fragilidade, submissão e docilidade, a negra, que possuía estereótipos totalmente contrários a estes, aprendeu a ser autônoma e independente, por viver em um ambiente que somente lhe colocava na condição de fêmea quando era conveniente ao patrão. Desse modo, a resistência diante do cenário escravizador no qual estava incluída resultou em uma autonomia totalmente diferente do que era pregado pelo patriarcalismo em relação à figura feminina branca, cujo princípio era ser submissa e dependente da figura masculina.

Enquanto os homens negros não foram forçados em assumir o papel colonial chamado pela sociedade americana de “feminino”, as mulheres negras foram forçadas a assumir o papel “masculino”. As mulheres negras trabalharam nos campos lado-a-lado com os homens, mas poucos ou nenhum homem negro trabalhou lado-a-lado com as mulheres negras na casa (com a possível exceção dos mordomos, cujo estatus foi mais alto do que a criada). Assim, seria muito mais justo que os estudiosos examinassem a dinâmica da opressão sexista e racista durante a escravatura à luz da masculinização das mulheres negras e não da desmasculinização dos homens negros. (hooks, 2014, p. 18)

Por esse motivo, há certa ideia de maior valentia sobre as mulheres negras, enquanto que mulheres brancas são associadas à fraqueza e feminilidade, mas isso não é resultado de fatores biológicos, mas de vivências que possibilitaram que a mulher constituída por privilégios raciais estivesse sempre personificada nesse papel doce e frágil, em contrapartida, aquela marginalizada não tinha a mesma caracterização aos olhos da sociedade, ou seja, era impossível que ela não incorporasse esse papel de forte e resistente, pois era uma obrigação imposta em seu destino. Sendo assim, há uma falsa ideia de que a mulher negra e a mulher branca são diferentes em relação às suas feminilidades, mas, na verdade, o que há é uma bagagem histórica de exploração para mulheres afrodescendentes.

Pauline, de *O olho mais azul*, é a personificação dessa mulher forte que não teve outras alternativas para sobreviver que não fosse de muito trabalho. Mesmo a personagem sendo muito trabalhadora, fato que demonstra a preocupação em não faltar nada para os filhos diante de tanta pobreza, ela não dispõe esse mesmo cuidado nos momentos de interação com as crianças em casa. Entretanto, estas questões são respostas do seu histórico sociocultural, em que ela própria nunca foi valorizada pelo meio em que vivia, e também reflexos da sua própria história de vida, pois também nunca recebeu esse amor e carinho que falta entre ela e os filhos. Ao se mudar do Alabama para Kentucky, ela conheceu Cholly, sendo nesta época em que mais se sentiu amada por alguém:

Pauline e Cholly amaram-se. Ele parecia sentir prazer com a companhia dela e até gostar do seu jeito caipira e do desconhecimento sobre as coisas da cidade. Falava com ela sobre o pé e, quando andavam pela cidade ou pelo campo, perguntava se ela estava cansada. Em vez de ignorar a deformidade, de fingir que não existia, fazia-a parecer algo de especial e cativante. Pela primeira vez Pauline sentiu que seu pé defeituoso era uma qualidade. E ele a tocou, com firmeza mas suavidade, exatamente como ela sonhara. Mas sem a melancolia de sóis poentes e margens de rio solitárias. Ela se sentia segura e agradecida; ele era afável e animado. Ela não sabia que existia tanto riso no mundo. (Morrison, 2019, p. 85).

Antes, Pauline vivia em um lugar longe de qualquer urbanismo, sem a presença de preconceito pois, pelo fato de estar cercada de pessoas pretas em um local distante da cidade, não havia vivido a diferença criada pelo racismo. Depois de casar com Cholly, eles se mudaram para Ohio, e ela teve que se acostumar com uma vida diferente, com o barulho, preconceito e com pessoas brancas em massa. Por sentir-se deslocada nesse lugar e não ter nenhum outro afazer além dos domésticos (considerando que a casa era pequena e não necessitava de tantos cuidados), ela passou a ter dependência excessiva pelo marido, e isso desgastou a relação deles, pois, diferente dela, ele tinha diversos outros afazeres que não permitiam que se sentisse solitário. Essa situação assemelha-se às das donas de casa tradicionais, que vivenciavam este cotidiano tedioso e sem perspectivas emocionais diferentes, pois viviam em função do marido, tema abordado por Beauvoir (2019), ao descrever mulheres de classe média que nasciam já destinadas a um casamento, sem qualquer expectativa de vivenciar outra realidade, pois, para o gênero feminino, esse destino era previamente imposto na sua vida.

Entretanto, o que difere Pauline deste cenário doméstico visto como tedioso, é o fato de que ela não poderia se dar ao luxo de depender do marido, como ocorria com as mulheres brancas e ricas. A mulher negra não tinha a opção de não trabalhar, pois, de acordo com a realidade econômica da população negra, a esposa também deveria ajudar nas contas de casa para que a família sobrevivesse. Pauline só consegue o emprego de doméstica. Mas, com o casamento já desgastado pelo tempo e pelas diferenças, além de seu histórico de traumas, Cholly tornou-se alcóolatra, desestruturando ainda mais o casamento e frequentemente havia brigas, inclusive lutas corporais entre os dois:

Correu para o quarto com uma panela cheia de água fria e atirou no rosto de Cholly. Ele sentou na cama, engasgado e cuspidando. Nu e cinzento, deu um pulo da cama, agarrou a mulher pela cintura e os dois caíram no chão. Cholly ergueu-a e tornou a derrubá-la, com as costas da mão. Ela caiu sentada, as costas apoiadas na cama de Sammy. Não tinha largado a panela e começou a bater com ela nas coxas e na virilha de Cholly. Ele pôs o pé no peito dela e ela soltou a panela. Caindo de joelhos, ele bateu várias vezes no rosto dela, que talvez tivesse sucumbido logo, caso ele não tivesse dado com a mão contra a estrutura de metal da cama quando a mulher se agachou. A sra. Breedlove

aproveitou essa suspensão momentânea dos golpes e se esgueirou para longe do alcance dele. (Morrison, 2019, p. 35).

Assim como colocado anteriormente, Pauline seria vista como uma mulher agressiva e forte por ser negra, pois a feminilidade era característica de pessoas brancas, de acordo com o convencionalismo social. Entretanto, a questão é que a personagem é produto do meio em que vive, diante disso, ela nunca teve e oportunidade de ser delicada ou indefesa, ela precisou ser forte durante toda a sua vida, assim como muitas mulheres brancas nunca precisaram exercer a força física, uma vez que estavam em situação de vida confortável. A mãe de Pecola nunca teve uma vida confortável, e diante das ameaças e das violências dentro da própria casa, ela batia em Cholly como forma de defesa. Da mesma forma que anteriormente ela não recebia amor, ela perdeu o carinho e cuidado que o marido tinha com ela no início, reforçando a inabilidade dela diante de situações que necessitassem de carinho e empatia – principalmente com os filhos.

Ribeiro faz algumas considerações em relação à obra em questão, afirmando que:

Foi graças a Morrison que percebi que, adoecida pelo racismo, eu precisava encontrar formas de me libertar para não amar de forma adoecida também. Entendi que o amor, por mais que me tivesse sido negado de várias formas, era um direito. E que viria a partir do momento em que eu tivesse coragem de olhar para dentro de mim com sinceridade para retirar o mal que fora colocado ali com tanto silenciamento. (Ribeiro, 2018, p. 14).

Pode-se compreender a fala de Ribeiro por diversas perspectivas do amor, além daquele que habitualmente imaginamos entre parceiros sexuais. Desde a escravidão negra, os atingidos pelo racismo eram impossibilitados de amar em sua plenitude, pois a animalização a qual eles eram submetidos impedia que existisse uma relação de amor saudável, que envolvessem elementos como proteção, por exemplo. Desse modo, até mesmo o amor pelos filhos era concebido de forma adoecida, uma vez que o cotidiano era composto por dor, desprezo, animalização, etc. Sendo assim, não havia ambiente e tratamento adequado que possibilitasse a construção de uma relação saudável, inclusive entre pais e filhos. Por isso, Ribeiro entende que é necessário se curar dessa doença emocional que o racismo causa para que, dessa forma, seja possível a libertação e a consequente capacidade de amar de maneira saudável. A citação em que Pauline enxerga Pecola como feia evidencia esse amor abatido após tanta segregação, que é justamente sobre o que Ribeiro pontua: é preciso libertar-se daquilo que adocece e impede de amar livremente, sem estereótipos, sem dor, sem racismo.

De certa maneira, a filha de Pauline cresce vivenciando a inferiorização de sua etnia e sua cor em todas as suas esferas de convivência, resultando na absorção desses conceitos. Pecola Breedlove é uma criança negra que sofre com inúmeros tipos de subjugações, certamente, uma

das mais evidentes é o padrão de beleza, que influencia nela o sentimento de inferioridade. Não se trata de uma desvalorização própria sem fundamentação, mas da incorporação ideológica que é reproduzida diariamente nos aparelhos ideológicos e fazem com que a população em geral, inclusive os atingidos, vejam determinadas características como feias e repugnantes. Nesse contexto, Pecola vive em uma sociedade que desvaloriza todas as suas características físicas, sendo impossível para ela pensar em desacordo a esse sistema opressivo que a acompanha durante toda a vida. Por isso, ela expressa seu desejo em possuir olhos azuis:

Toda noite, sem falta, ela rezava para ter olhos azuis. Fazia um ano que rezava fervorosamente. Embora um tanto desanimada, não tinha perdido a esperança. Levava muito, muito tempo para que uma coisa maravilhosa como aquela acontecesse.

Lançada dessa maneira na convicção de que só um milagre poderia socorrê-la, ela jamais conheceria a própria beleza. Veria apenas o que havia para ver: os olhos das outras pessoas. (Morrison, 2019, p. 37).

Em muitos casos, ter olhos azuis está relacionado ao embelezamento, entretanto, como pode ser analisado na obra, o desejo por essa particularidade está além da aspiração estética. O contexto de vida de ex escravizados e seus descendentes era repleto de dificuldades e falta de oportunidades que pudessem modificar esse cenário, em contrapartida, a vida de quem ocupou o lugar de opressor sempre foi mais confortável, pois havia aceitação, respeito, direitos. Para Pecola, ter olhos azuis significaria, também, viver de maneira confortável e tranquila, algo que nunca foi possível diante do preconceito racial que sofria. Ter olhos azuis era a metáfora de ter o que as meninas brancas tinham: beleza, respeito, uma vida melhor. O trecho é pungente, pois para Pecola isso seria algo maravilhoso e o sentido deste termo é duplo: seria algo admirável, fascinante, mas também seria algo mágico, um “milagre”. De certa forma, esse pensamento é reflexo não apenas de características físicas naturais de cada ser humano, mas também da reprodução desses traços em outros tipos de referências – como no cinema, citado anteriormente – demonstrando que, mesmo em uma sociedade com sujeitos multifacetados, os produtos consumidos pela sociedade em geral possuíam referências homogêneas da branquitude.

Por isso, é importante desenvolver estudos que evidenciem outras camadas além daquelas que frequentemente estão em notação. Neste caso, o feminismo negro torna-se uma temática de extrema relevância e necessidade diante das conjunturas raciais e sociais envolvidas no processo de desmoralização da mulher não-branca. Também é importante investigar não apenas os estereótipos negativos impostos para essa figura feminina, mas quais os contextos históricos que possibilitaram atingir este nível de segregação e preconceito. São questões que devem ser exploradas desde os contextos mais antigos (como a escravidão negra), pois são

desde essas épocas que o preconceito pela mulher negra se fortaleceu e potencializou efetivas e duradouras discriminações.

Ressalta-se que, por muito tempo, homens e mulheres ocuparam lugares opostos na sociedade, que não eram questionados. Foi na tentativa de reconfigurar o papel da mulher que surgiram os movimentos feministas. Neste sentido, no século XIX, houve certa compatibilização de ideias entre as lutas antiescravagistas e os movimentos feministas, ocasionando o apoio das feministas (que eram em sua maioria brancas) às causas abolicionistas, conseqüentemente, ambos os movimentos se uniram em busca de se opor à opressão à qual estavam sujeitos.

De fato, assim que o movimento antiescravagista foi organizado, as operárias ofereceram um apoio decisivo à causa abolicionista. No entanto, as figuras femininas brancas mais visíveis na campanha antiescravagista eram mulheres que não precisavam exercer trabalho remunerado. Eram esposas de médicos, advogados, juizes, comerciantes, donos de fábricas – em outras palavras, mulheres da classe média e da burguesia emergente. (Davis, 2016, p. 55).

Embora existisse esse interesse mútuo entre pessoas negras e feministas de fortalecer os movimentos uns dos outros, havia uma clara tentativa de desestimular e invisibilizar a presença de mulheres nos movimentos pró abolicionistas. Este fato se comprovou na convenção da Sociedade Antiescravagista Estadunidense, ocorrida em 1833, onde os organizadores do evento (que eram homens) determinaram que apenas quatro mulheres participariam da convenção e, além disso, elas “seriam “ouvintes e espectadoras” em vez de participantes plenas” (DAVIS, 2016, p. 56). No entanto, pelo extremo interesse em participar das lutas pró abolicionistas, uma das mais influentes nos movimentos feministas, Lucretia Mott, organizou a *Sociedade Antiescravagista feminina da Filadélfia*, que se concentrava em discutir os movimentos e os interesses de pessoas negras. Esse movimento antiescravagista dava às donas de casa e trabalhadoras brancas oportunidades de se desvincular de forma parcial do estereótipo de mães e esposas, e conceder-lhes atividades que não estivessem ligadas a esse sistema patriarcal que elas tentavam desestimular.

Ao analisar a criação do patriarcado, a historiadora austríaca Gerda Lerner (2019) entendeu que o patriarcado estrutura a sociedade a partir de ideologias conservadoras, que fazem a mulher assumir um papel de insignificância social, uma vez que ela incorpora de maneira inconsciente estes estigmas impostos ao seu gênero. Desse modo, considera-se que a mulher que atua como esposa, mãe e dona de casa não desenvolve sua posição enquanto ser social de maneira ativa e visível, pois todos os mecanismos opressores influenciam diretamente no seu silenciamento e reforçam sua condição de “apêndice” do homem. Embora a atuação do

patriarcado na sociedade seja eficaz diante do objetivo proposto por esse sistema, sempre existiram mulheres que conseguiram conscientizar-se do papel de subserviência exercido pela figura feminina. Podemos mencionar Elizabeth Cady Stanton como uma destas mulheres, que organizou um dos primeiros grandes movimentos pelos direitos das mulheres. Por volta dos anos 1850, ela tomou consciência de que estava limitada ao papel estigmatizado da dona de casa e, após isso, organizou a convenção de Seneca Falls, em 1848, que objetivava lutar pelos direitos das mulheres:

Casamento e maternidade a impediram de alcançar os objetivos que ela havia definido para si mesma quando era solteira. Além disso, a partir de seu envolvimento no movimento abolicionista durante os anos posteriores à convenção de Londres, ela aprendeu que era possível organizar uma resistência política à opressão. Muitas das mulheres que responderam ao convite para participar da primeira convenção pelos direitos das mulheres em Seneca Falls estavam se conscientizando de contradições semelhantes em sua própria vida e haviam igualmente percebido, a partir do exemplo da luta antiescravagista, que era possível batalhar pela igualdade. (Davis, 2016, p. 68).

Percebe-se que embora houvesse uma nomeação homogênea para a convenção que lutava pelos direitos das mulheres, há certa contrariedade ao analisar de maneira profunda as prerrogativas da convenção em questão. Primeiramente, por se tratar de uma organizadora que pertencia a uma realidade totalmente oposta aquelas mulheres que sofriam de maneira mais efetiva, neste caso, mulheres escravizadas e, até mesmo, mulheres brancas pobres, que não estavam limitadas aos trabalhos domésticos. Embora houvesse o válido e sincero interesse dessas mulheres de lutar pelo direito de todas, seria muito difícil que elas conseguissem abranger as discussões e as pautas da convenção para o favorecimento universal feminino. Naturalmente, o sujeito não consegue defender de maneira concreta e integral questões sociais que não são vivenciadas no seu cotidiano, pois não há o conhecimento efetivo e as vivências necessárias para que ele consiga estabelecer debates coerentes de acordo com as problemáticas de determinado problema. Assim entende hooks:

A nossa sobrevivência dependia de uma contínua sensibilização pública da separação da margem e do centro e de um contínuo reconhecimento privado de que éramos uma parte necessária e vital desse todo. Esta noção de totalidade, gravada na nossa consciência através da estrutura do nosso cotidiano, proporcionou-nos uma visão do mundo antagônica – um modo de ver desconhecido pelos nossos opressores e que nos sustentava auxiliou-nos na nossa luta contra a pobreza e o desespero, fortaleceu a nossa noção de nós mesmos e a nossa solidariedade. (hooks, 2019, p. 11)

Assim como na afirmação de hooks, essa plena conscientização de luta e necessidade de desconstrução opressiva era muito presente na mente das pessoas que vivenciavam situações de violência diariamente, e para obter apoio de outros grupos sociais, era necessário, antes de tudo, conscientizá-los da urgência dessas lutas. Diante disso, quem estava envolvido de forma efetiva nesse processo eram aqueles que dependiam disso para sobreviver, a própria população negra.

De certa forma, o apoio ao abolicionismo servia também para que elas pudessem lutar pelas pautas femininas, estabelecendo certa conexão entre o feminismo e o abolicionismo. Diante do estímulo causado pelas lutas por direitos igualitários, as mulheres vivenciavam uma realidade totalmente diferente do próprio cotidiano doméstico ou serviçal (no caso das trabalhadoras industriais), pois não havia submissão diante da figura masculina. Era por meio da luta política que elas conseguiam se perceber como donas de suas próprias ideias e atuações na sociedade.

Ali, descobriram que o sexismo, que parecia inabalável no casamento, poderia ser questionado e combatido na arena da luta política. Sim, as mulheres brancas podiam ser instadas a defender intensamente seus direitos enquanto mulheres a fim de lutar pela emancipação do povo negro. (Davis, 2016, p. 58).

Embora as donas de casa tentassem desconstruir as ideologias patriarcais dominantes, elas voltavam suas lutas para os interesses de sua classe e raça, justificando o fato de perceberem o sexismo praticado dentro dos matrimônios – algo incomum para mulheres negras que, embora fossem casadas, possuíam uma realidade matrimonial totalmente diferente de mulheres brancas. Mesmo que houvesse o interesse concreto de elucidar e pautar as discussões raciais e trabalhistas necessárias para o movimento, este fato não faria com que essas prerrogativas fossem primordiais no movimento. E não ocorreu diferente na convenção de Seneca Falls, mesmo havendo a participação de mulheres em geral, o foco principal era sobre questões matrimoniais, justamente as pautas que incluíam mulheres brancas e privilegiadas economicamente, nem mesmo as brancas trabalhadoras foram contempladas efetivamente pelo movimento, uma vez que o matrimônio era uma pauta do interesse delas, obviamente, entretanto, era muito mais urgente tratar da situação precária vivenciada nas indústrias.

Entretanto, enquanto consumação exata da consciência do dilema das mulheres brancas de classe média, a declaração ignorava totalmente a difícil situação das mulheres brancas da classe trabalhadora, bem como a condição das mulheres negras tanto do Sul quanto do Norte. Em outras palavras, a Declaração de Seneca Falls propunha uma análise da condição feminina sem considerar as circunstâncias das mulheres que não pertenciam à classe social das autoras do documento. (Davis, 2016, p. 71).

A convenção não se tornava menor por causa do distanciamento com as pautas mais urgentes, no entanto, evidencia que havia certa indiferença com o sofrimento de mulheres menos privilegiadas. Além disso, a ausência de mulheres negras no evento expôs que o problema estava além da incapacidade das feministas de classe média de refletir sobre as questões femininas de maneira profunda e menos elitista, expõe como a população negra era ignorada, pois, mesmo que se tenha criado um movimento denominado como a “luta pelos direitos das mulheres”, a mulher negra, mesmo indiretamente incluída nessa pauta (pois pertence ao mesmo gênero que as suas irmãs brancas), não foi nem mesmo considerada, ou seja, os grupos femininos que tentavam desconstruir certos padrões não refletiam e tentavam se desconstruir da racialização presente na sociedade na qual estavam inseridas.

Em 1851, em Ohio, Sojourner Truth participou de outra convenção, na qual proferiu o famoso discurso “E não sou eu uma mulher?” (Davis, 2016, p. 77). Truth foi uma das personagens femininas mais significativas para a defesa pelos direitos da mulher nos eventos posteriores à convenção de Seneca Falls, uma vez que, na tentativa recorrente dos homens de menosprezar a existência feminina e diminuí-la a uma eterna dependência masculina, e na tentativa de movimentos feministas elitistas de apenas ver a condição das mulheres brancas, Truth foi primordial ao defender as mulheres negras. A oradora expôs suas lutas e sofrimentos decorrentes da escravidão e o fato de que muitas vezes, as mulheres negras sofriam muito mais que os homens negros, por serem frequentemente sujeitadas ao abuso sexual. As escravizadas eram consideradas mulheres quando conveniente para os patrões, para o estupro, a reprodução, a amamentação de seus filhos brancos, mas o fator biológico que taxava as mulheres como “sexo frágil” só se aplicava às mulheres brancas, pois isso não era levado em consideração quando elas tinham que fazer os mesmos serviços pesados dos homens nas lavouras. Assim como elas não eram poupadas das chicoteadas quando faziam algo considerado errado pelos patrões e, neste castigo, os feitores não levavam em consideração a suposta fragilidade do corpo feminino. Ou seja, as mulheres brancas eram frágeis para pular uma poça de lama, mas as mulheres negras não eram frágeis ao serem submetidas à exploração e violação de direitos:

Arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher? (Davis, 2016, p. 77).

O discurso “não sou eu uma mulher?” foi duplamente importante, primeiro pela fala contra a misoginia e o sexismo que impedia a progressão dos direitos da mulher na sociedade,

segundo, por causa do racismo que as mulheres negras sofriam dentro do próprio movimento feminista, cometido pelas irmãs brancas. A força desse discurso mostra que os argumentos frequentemente utilizados para menosprezar a causa feminina e a significância do sexo feminino na sociedade refutava os argumentos ultrapassados e hipócritas, mostrando ainda que não haviam mais razões para limitar a atuação das mulheres nos diversos contextos, pois tudo que eles utilizavam para impedi-las era facilmente rebatido pelo eficaz poder oratório de Truth. Logo, o discurso de Truth demonstrou que as mulheres não eram limitadas intelectualmente e podiam argumentar de forma evoluída sobre todas as justificativas rasas e limitadas daqueles que se consideravam mais capazes intelectualmente. Truth não era menos mulher por ser escravizada e negra, mas conseguiu explicitar que a mulher negra tinha que lidar com o sexismo e com o racismo, inclusive daquelas que deveriam acolhê-la.

Talvez, a parte mais difícil para abolicionistas brancos, que defendiam a causa a partir de preceitos morais e humanitários, era admitir que a escravidão não estava ligada apenas às desumanidades sofridas pelas questões étnicas e raciais, mas que, além disso, o quesito econômico era um fator – e continua sendo – extremamente influenciador para que pessoas negras continuem sendo exploradas e desumanizadas. No Norte, era comum ver a exploração de pessoas brancas nas indústrias, assim como no Sul havia a exploração da mão de obra de pessoas negras, em ambos os casos o capitalismo era o fator comum de exploração. Davis expõe a necessidade de considerar que as diversas formas de opressão feminina estavam inteiramente ligadas: “As líderes do movimento pelos direitos das mulheres não suspeitavam que a escravização da população negra no Sul, a exploração econômica da mão de obra no Norte e a opressão social das mulheres estivessem relacionadas de forma sistemática” (DAVIS, 2016, p. 80). No entanto, o racismo era ainda mais perigoso, pois diariamente ocorriam violências contra pessoas negras, por parte, principalmente, de gangues racistas que dominavam o norte do país.

Embora Truth tenha exposto o racismo que ocorria nos próprios movimentos feministas, ainda havia certa compatibilidade entre as lutas pelos direitos das mulheres e o pró abolicionismo, diante disso, com o argumento de que era necessário diminuir as violências das gangues racistas, Stanton e Susan B. Anthony decidiram criar petições que ligavam inteiramente os direitos das mulheres à liberdade de pessoas afrodescendentes, entretanto, há o entendimento de que essa atitude era apenas pelo medo de que as feministas fossem abandonadas pelos homens após eles serem emancipados. Sendo assim, estrategicamente ocorreu essa relação entre os dois movimentos para que ambos conquistassem seus direitos de forma conjunta.

Elizabeth Cady Stanton e outras mulheres acreditavam que, como a emancipação havia, a seus olhos, “igualado” a população negra às mulheres

brancas, o voto tornaria os homens negros superiores a elas. Por isso, se opunham ferrenhamente ao sufrágio negro. Ainda assim, havia quem entendesse que a abolição da escravatura não extinguiu a opressão econômica sobre a população negra, que, portanto, necessitava particular e urgentemente de poder político. (Davis, 2016, p. 90).

Em decorrência da possível concessão de voto aos homens negros, Stanton demonstra certo arrependimento em ter ajudado a população negra do Sul na luta pela emancipação. Em algumas declarações, ela claramente tenta demonstrar insatisfação em ter dado auxílio aos homens desse movimento, mas em momento algum demonstra afeto ou empatia com as mulheres negras que também estão incluídas em luta raciais, uma vez que são extremamente atacadas pela opressão sistêmica do racismo impregnado na sociedade. Diante disso, ainda que estas primeiras feministas norte americanas façam declarações tentando deslegitimar o homem negro, logo, há a explicitação de que a luta real não era pelas mulheres em geral, mas pela mulher branca, explanando o elitismo existente nos movimentos dos quais Stanton fazia parte. Essa questão é muito semelhante ao livro de Betty Friedan, *A mística feminina*, publicado em 1963, considerado, por muito tempo, uma referência dentro dos movimentos feministas. Mas, a obra, em tese, na “defesa pelas mulheres”, esquece completamente de citar aquelas que eram diariamente violentadas e exploradas. É importante ressaltar que um século após a omissão acerca de mulheres negras dentro dos movimentos feministas nos Estados Unidos, ainda se continuava a propagar a “luta pelas mulheres” como se estas fossem apenas brancas e de classes média ou alta. Sobre este livro, hooks comenta:

Não podemos continuar a ignorar a voz dentro das mulheres que diz: “Eu quero algo mais, para além do meu marido, dos meus filhos e da minha casa” [...] Não referiu quem seria chamado a tomar conta das crianças e a cuidar do lar se mais mulheres como ela fossem libertadas dos seus trabalhos domésticos e beneficiassem da igualdade de acesso às profissões como os homens brancos. Não falou das necessidades das mulheres sem maridos, sem filhos, sem lares. Ignorou a existência de mulheres não brancas e de mulheres brancas pobres. Não disse aos leitores se ser uma criada, uma ama, uma trabalhadora fabril, uma empregada de balcão ou uma prostituta é mais gratificante do que ser uma dona de casa pertencente à classe do lazer. (2019, p. 13)

Construiu-se certa configuração social opressora em razão do racismo perpetuado na sociedade, reflexo de anos de escravidão que não foram superados nem mesmo após a abolição, uma vez que mulheres negras continuaram sendo estereotipadas como domésticas, cozinheiras, babás, sendo excluídas cada vez mais de instituições predominadas pela branquitude. Logo, percebe-se que os movimentos feministas não devem ser discutidos e vivenciados como se fossem hegemônicos, pois, historicamente, existiram estereótipos que impossibilitavam a igualdade entre as próprias mulheres. Diante de lutas que, de certa forma, não contemplam

mulheres que sofrem diversos tipos de discriminações, não há efetiva oposição contra a opressão feminina, mas um reforço do racismo estrutural que impossibilita mulheres não-brancas de possuírem opções para ocupar outras áreas, estando sempre limitadas aos trabalhos domésticos e outros que as coloquem em posição de submissão e inferiorização social e econômica.

A Guerra Civil americana, iniciada em 1861, contou com a ajuda das feministas pelos direitos de emancipação de escravizados do Sul do país. Entretanto, o Norte também contava com um emergente sistema econômico capitalista opressor, esse contexto evidencia que em ambos os casos haveria exploração de pessoas menos privilegiadas por questões raciais e econômicas:

Norte e o Sul foi uma guerra para derrotar a classe escravocrata do Sul, foi também uma guerra conduzida basicamente pelos interesses da burguesia do Norte, isto é, de jovens e entusiasmados capitalistas industriais que encontraram sua voz política no Partido Republicano. Os capitalistas do Norte almejavam o controle econômico sobre toda a nação. Sua luta contra a escravocracia do Sul não significava, portanto, que apoiassem a libertação de mulheres negras e homens negros enquanto seres humanos. (Davis, 2016, p. 91).

É nesse sentido que deveriam ser estabelecidas as discussões em relação ao capitalismo que se tornara vigente nos Estados Unidos, uma vez que o sistema econômico implantado estava inteiramente ligado a outros tipos de exploração, embora não se caracterizasse de forma concreta e integral com a escravidão derrotada na Guerra Civil, mas se constituía como uma forma de exploração contra toda a nação que se enquadrava em situação de vulnerabilidade social, conseqüentemente, a população negra seria, mais uma vez, explorada de forma concreta e ampla, pois era parte efetiva desse cenário de pobreza.

Após o fim da guerra, Stanton acreditava que as mulheres receberiam certa recompensa pelo esforço e auxílio despendido para a libertação dos escravos do Sul, entretanto, a União não aceita as reivindicações feitas pelas feministas que pediam direito ao voto. A recusa pelo sufrágio feminino causou extrema revolta em Stanton e Anthony, que acreditavam que, mais uma vez, estavam sendo preteridas em relação à uma figura masculina, enquanto que, na verdade, ambos (mulheres e homens negros) continuavam sendo injustiçados:

A indignação de Stanton e a da srta. Anthony não tinha limites. Esta fez uma promessa: “Corto fora meu braço direito antes de colaborar ou de pedir pelo voto para os negros, e não para as mulheres”. A sra. Stanton fez referências depreciativas a “Sambo” e à concessão do voto a “africanos, chineses e todos os estrangeiros ignorantes assim que chegam à costa”. Ela alertou que a defesa do sufrágio masculino pelos republicanos “cria um antagonismo entre homens

negros e todas as mulheres que culminará em temerosas atrocidades contra a condição da mulher, especialmente nos estados do Sul”. (Davis, 2016, p. 91).

Anos de lutas progressistas não foram suficientes para que as mulheres brancas de classes média e alta construíssem a consciência moral e ideológica sobre a situação de pessoas afrodescendentes que viveram de forma segregada por tantos séculos, e que a exploração e desmoralização perduravam ainda naquela sociedade pós-guerra civil. Sendo assim, não havia a tentativa de estar acima da figura feminina, mas uma luta por sobrevivência, pelo direito de serem tratados como seres humanos. Faltava empatia para que as líderes dos movimentos feministas percebessem que, embora também oprimidas, a situação delas era mais confortável e menos desmoralizadora do que a da população que tentava ser livre, que teve centenas de anos roubados pela escravidão negra. Em uma carta, enviada ao *New York Standard*, em 26 de dezembro de 1865, Stanton proferiu um discurso extremamente racista, explicitando ainda mais a superficialidade de seu empenho nas lutas abolicionistas:

“Chegou a hora do negro.” Temos garantia de que, assim que ele estiver protegido em todos os seus direitos inalienáveis, não será um poder a mais para nos deter? [...] Se os 2 milhões de mulheres negras do Sul não têm assegurados seus direitos individuais, de propriedade, de receber salários e de manter suas crianças, sua emancipação não é nada mais do que outra forma de escravidão. Na verdade, é melhor ser escrava de um homem branco instruído do que de um infame negro ignorante [...]” (Davis, 2016, p. 88).

A carta é o reflexo da prepotência existente em certos grupos privilegiados, neste caso, mesmo as mulheres de classes abastadas que sofriam certa submissão, tal fato não se configurava como suficiente para que elas refletissem sobre privilégios que as colocavam em um patamar social acima de algumas minorias econômicas. A mulher branca não consegue reconhecer as próprias atitudes opressoras e racistas por conta da dominação incorporada através do sistema étnico-racial favorável àqueles que possuem fenótipos ocidentais, desse modo, mesmo elas sendo militantes e relativamente conscientes quanto ao patriarcalismo, não conseguem ultrapassar as limitações críticas que o capitalismo e o racismo impõem, inviabilizando a consciência de que as necessidades da população negra eram mais urgentes, pois envolviam problemáticas que elas nunca vivenciaram, logo, não eram pautadas como prioridades em suas lutas. O fato desses movimentos feministas nunca defenderem os direitos de mulheres pretas expõe que se tratavam de reivindicações seletivas e com teor racista.

Além disso, a carta enviada à revista de Nova York por uma líder feminista indica que a população negra sempre esteve no lugar de inferioridade para os movimentos que se caracterizavam como defensores dos direitos das mulheres em geral. O movimento feminista praticou um apoio superficial, pois não refletiu, de fato, sobre as questões sociais e raciais que

envolviam a população negra. A mulher branca que, inicialmente, defendia os direitos dos negros e depois passou a condenar as mínimas indicações de progresso que pudessem ser concedidos a eles, demonstrou que o sentimento existente, desde a década de 1830 a favor da abolição, não era tão profundo quanto parecia ser, e que essa união de pautas necessita, primeiramente, de muita reflexão para que se desconstrua os estereótipos já internalizados a partir da sociedade em que se está inserido.

A liberdade do negro após a guerra civil não significava que, magicamente, ele estaria livre do racismo, da violência e da precariedade social e moral. Assim como houve centenas de anos de luta por liberdade, haveria a necessidade de lutar pela igualdade social por muito tempo também. A emancipação concedida durante a guerra não significava um passaporte para a extinção do racismo estrutural que impedia o negro de frequentar lugares e assumir posições de privilégio assim como os brancos, para isso, seriam necessários anos de luta, e o direito ao voto poderia ser considerado o primeiro passo significativo dessa luta. As mulheres brancas de classe média, embora oprimidas pelo patriarcado, não corriam risco de serem agredidas por gangues racistas, as únicas que corriam esse risco eram as mulheres pretas, mas que não eram temas recorrentes nos movimentos feministas/elitistas.

Era um pouco desnorteador para a mulher negra que não recebia apoio efetivo de nenhuma das partes: as donas de casa lutavam por seus direitos e também delineavam certo apoio às causas abolicionistas, mas isso não era suficiente para que elas se desvinculassem dos estereótipos e das conseqüentes vantagens sociais e pudessem observar o mundo segregado que se construiu em termos econômicos e raciais; em contraposição, a figura masculina que era “desprivilegiada” de estereótipos eurocêtricos, também não conseguia se deslocar da virilidade máscula e oportunizar espaço para as mulheres que se dispunham a participar das lutas pró abolicionistas: “a declaração ignorava totalmente a difícil situação das mulheres brancas da classe trabalhadora, bem como a condição das mulheres negras tanto do Sul quanto do Norte” (DAVIS, 2016, p. 71), sendo assim, identifica-se uma sociedade fragmentada pelos próprios paradigmas. Ainda sobre este contexto, as mulheres brancas trabalhadoras não estavam equiparadas às mulheres negras em termos sociais, pois, historicamente, não sofreram com os mesmos tipos de exploração aos quais a população negra feminina foi submetida, mas isso não significa que elas recebiam total atenção das feministas burguesas, uma vez que elas também lidavam com o descaso dos movimentos feministas.

A universalização do feminismo é também elitista. Ao não se discutirem as diferenças de classe e raça, os movimentos continuaram seguindo as pirâmides de opressão. Por não haver qualquer consciência que restituísse o pensamento limitado desses movimentos, as mulheres

não-brancas e de classe baixa jamais foram contempladas integralmente pelas reivindicações, além disso, por serem pretas e pobres, sobreviviam a partir de opressões ainda mais potencializadas. A falta de empatia e reflexão dentro dessas organizações não permitia que elas fossem nem mesmo consideradas. De acordo com Crenshaw:

O problema não é simplesmente que ambos os discursos falham às mulheres não-brancas ao não reconhecer a questão “adicional” da raça ou do patriarcado, mas que os discursos são muitas vezes inadequados até mesmo às tarefas discretas de articular as dimensões completas do racismo e do sexismo. Como as mulheres não-brancas vivenciam o racismo de maneiras nem sempre as mesmas que as experimentadas por homens não-brancos e sexismo de maneiras nem sempre paralelas às experiências das mulheres brancas, o antirracismo e o feminismo são limitados, mesmo em seus próprios termos. (Crenshaw, 1991, p. 13- Traduzido por Carol Correia, on-line, 2017)²

É muito difícil que mulheres não-brancas se sintam acolhidas por lutas que não pautam suas necessidades integralmente. A vivência da mulher negra não se equipara ao sexismo da mulher branca, pois cada corpo possui representação diferente para a sociedade racista e sexista; assim como as lutas antirracistas também não a contemplam, por não perceberem as discussões sobre gênero como necessárias. Como colocado anteriormente, é essencial analisar profundamente e investigar os estereótipos atrelados à figura feminina, pois dá-se certa percepção de que todas as mulheres são incluídas nesses estereótipos, o que não acontece na realidade.

Mulheres negras não eram vistas como delicadas, indefesas e dependentes, como esclareceu Sojourner Truth, pois, para a sociedade em geral, elas não se caracterizavam, de fato, como mulheres – apenas quando era conveniente para uma sociedade dominada pelo racismo e pelo sistema monetário que influenciava diretamente na exploração. Como pode ser observado em *O olho mais azul*, a comunidade na qual Pecola está inserida e a convivência estabelecida com as pessoas desse espaço é a representação ideal de uma mulher negra incluída em um sistema completamente desfavorável às suas raízes. Por consequência da marginalização imposta a ela, diversas formas de violências se interseccionam e contribuem para seu processo de sofrimento e posterior loucura.

Além disso, essa intensa rotulação a mulheres negras como fortes e indelicadas, ocasiona na falta de afeto para essas pessoas na sociedade. Essa diferenciação de estereótipos para

² The problem is not simply that both the discourses fail women of color by not acknowledging the “additional” issue of race of patriarchy but that the discourses are often inadequate even to the discrete tasks of articulating the full dimensions of racism and sexism. Because women of color experience racism in ways not always the same as those experienced by men of color and sexism in ways not always parallel to experiences of white women, antiracism and feminism are limited, even on their own terms. (CRENSHAW, 1991, p. 1252)

peessoas brancas e negras influencia em certa animalização do grupo marginalizado, que acaba internalizando estes conceitos e aceitando a falta de cuidados e afetos por parte do outro, por isso, como colocado anteriormente, tanto Pauline quanto Cholly não são capazes de amar

Pecola. Em *Eu sei porque o pássaro canta na gaiola*, a personagem principal demonstra ser extremamente carinhosa, principalmente pela forte ligação com o irmão, por isso, ela mostra ser totalmente contrária a esses padrões impostos à figura feminina negra, pois uma suposta demonstração de carinho por parte do padrasto fez com que ela se apegasse a ele, evidenciando o ser ingênuo e delicado que ela era:

Uma manhã, ela saiu da cama para fazer alguma coisa e adormeci de novo. Mas acordei com uma pressão, uma sensação estranha na perna esquerda. Era mole demais para ser uma mão, e não era o toque de roupas. Eu não tinha tido aquela sensação, o que quer que fosse, em todos os anos que dormi com a mamãe. Não se moveu, e fiquei sobressaltada demais para me mover. Virei a cabeça um pouco para a esquerda para ver se o sr. Freeman tinha acordado e saído da cama, mas ele estava de olhos abertos e as duas mãos estavam em cima do cobertor. Eu sabia, como se sempre tivesse sabido, que era a “coisa” dele na minha perna. (Angelou, 2018, p. 65).

Pela falta de informação e de conhecimento, Maya não percebeu que se tratava de um abuso sexual, e acreditou que o homem estava fazendo carinho nela:

Então ele ficou quieto, e aí veio a parte boa. Ele me abraçou com tanto carinho que desejei que nunca me soltasse. Eu me senti em casa. Pelo jeito como ele estava me abraçando, soube que nunca me soltaria nem deixaria nada de ruim acontecer comigo. Ele devia ser meu verdadeiro pai e nós finalmente tínhamos nos encontrado. Mas aí ele rolou para o lado, me deixou em um lugar molhado e se levantou. (Angelou, 2018, p. 65)

Maya cresceu sem a presença paterna e materna, sempre foi criada pela avó e pelo tio, diante disso, ela transferia todo amor e carinho para o seu irmão, e embora ela fosse extremamente amada por Bailey e a avó, havia a falta de ser amada pela mãe e pelo pai. Ao ser abusada pelo padrasto, Maya não possui conhecimento sobre o próprio corpo, e confunde o assalto sexual ao amor que ela queria receber das figuras paterna e materna. Este fato também mostra a necessidade de uma pessoa negra ser aceita e amada, no caso de Pecola e de Maya, que acreditavam que isso só seria possível com a mudança étnica e de fenótipo, ambas foram violentadas por adultos que deveriam demonstrar cuidado: no caso de Pecola, pelo pai; e no caso de Maya, pelo padrasto.

Ainda sobre os movimentos feministas do século XIX nos Estados Unidos, é desconfortante o fato de que homens negros não aceitavam de forma plena e absoluta a

participação de mulheres brancas e negras nas reivindicações, por serem ensinados que o lugar de mulher é revestido apenas no papel de esposa e mãe; assim como é desconfortante ter consciência de que havia mulheres brancas sendo coniventes com um racismo que elas mesmas estavam condenando na década de 1830. Ambos se articulavam na tentativa de sair desse sistema opressor, mas não conseguiam fazer isso de forma absoluta pois esbarravam na interpretação equivocada do significado social que possuíam sobre o Outro. E no meio dessas interposições, havia a mulher negra, que não se encaixava em nenhum desses papéis, pois em ambos os movimentos ela era rejeitada. Ambos os movimentos, feministas e abolicionistas, deveriam conviver com a ânsia por liberdade, mas também lutar contra as próprias internalizações de conceitos opressores. Esse foi um dos motivos para o rompimento das feministas (que possuíam líderes brancas e de classe média e alta) com as lutas antiescravagistas.

Era muito difícil que mulheres negras, que em sua grande maioria se dedicavam a trabalhos braçais extremamente exaustivos, conseguissem se inteirar das lutas sociais e serem representantes significativas dos seus interesses. Em muitos casos, estas mulheres nem possuíam conhecimento concreto sobre estas lutas, pois tinham que se preocupar em conseguir o sustento diário para suas famílias. Um exemplo disto era a própria Pauline, que se empenhava diariamente para cuidar da família Fisher, enquanto a patroa reproduzia discursos feministas, uma vez que seus recursos financeiros a propiciavam tempo para se dedicar aos preceitos contra o patriarcado.

Entretanto, como relatado, estas mulheres brancas não possuíam conhecimento efetivo sobre como a diversidade feminina era composta por questões sociais extremamente complexas, sendo incapazes de compreender as dificuldades vivenciadas por mulheres negras, pois, enquanto aquelas de classe média e alta estavam lutando pelo direito “das mulheres”, as mulheres negras estavam nas casas realizando os trabalhos domésticos, dando mais assistência aos filhos dos patrões do que aos próprios descendentes. Essa era a realidade vivenciada por Pauline, já que para ela “todo o sentido de sua vida estava no trabalho” (Morrison, 2009, p. 93), e não havia como ser diferente, uma vez que a mãe de Pecola não conhecia outra realidade, desde pequena desenvolvia trabalhos domésticos e cuidava dos irmãos, não havendo espaço para discutir e se conscientizar sobre os fatores sociais, pois a emergente questão em sua vida era sobreviver em uma terra ocidental que se empenhava em excluir e desmoralizar pessoas como ela.

Ainda que o racismo tenha tomado conta dos movimentos feministas, as mulheres negras que integravam o movimento sabiam da importância de o voto ser concedido aos negros, pois

é mais fácil lutar por questões que dialoguem com a realidade na qual se está inserido. Neste sentido, a potencialização da marginalização decorrente da discriminação racial não faz parte do contexto de vida de mulheres brancas, ocasionando em lutas e discussões que não envolvem estes temas. Em contrapartida, o posicionamento da mulher negra era primeiramente pautado nas suas raízes étnicas antes do apoio à equivalência entre homens e mulheres, pois ela vivenciava diariamente a subjugação patriarcal contra suas semelhantes sendo potencializada pela segregação racial. Desse modo, ainda que as mulheres conquistassem equidade, isso não abrangeria aquelas que estivessem fora do padrão cultural de valorização estética e social, pois a discriminação continuaria colocando-as como inferiores aos demais.

Os sulistas, contrariados pela derrota na guerra civil americana e a abolição da escravidão negra, entendiam que o único ato a ser feito era agredir a população negra que lutou por emancipação. Por esse motivo, houve crescimento significativo de agressões contra a população e de estupros contra as mulheres. Diante de tantos casos de violência, Frederick Douglass, um importante intelectual e abolicionista estadunidense, que era extremamente engajado nas lutas raciais e, inclusive, nas pautas feministas, acreditava ser menos urgente o sufrágio feminino, uma vez que a população afrodescendente continuava vivendo em situação de escravidão mesmo com a libertação, e apenas com o voto eles poderiam emergir à liberdade:

[...] O argumento de Frederick Douglass em favor do sufrágio negro era baseado em sua insistência de que o voto era uma medida emergencial. Embora ele possa ter sido ingênuo em relação à potência do voto no interior do Partido Republicano, não tratava a questão do sufrágio negro como um jogo político. Para Douglass, o voto não era um meio para garantir a hegemonia do Partido Republicano no Sul. Era basicamente uma medida de sobrevivência – um meio de garantir a vida da massa de seu povo. (Davis, 2019, p. 96).

A mulher branca, que também sofreu com a opressão e submissão, não conseguia se desvencilhar desse papel opressor. Era muito difícil se desconectar dessa supremacia, pois, qual seria seu lugar no mundo se ela perdesse o único privilégio que lhe era garantido, o racial? Por mais que as feministas tivessem colaborado para que os negros conquistassem certa liberdade, quando elas perceberam que estavam lutando pelos direitos deles e sem nenhum ganho para a própria luta, elas se desalinham dessas manifestações vistas como uma via de mão única, e retomaram para o papel que sempre foi concebido a elas junto aos homens brancos, de opressores da população negra. Aqueles que eram contrários a conceder espaço aos negros em qualquer esfera relevante da sociedade se aproveitaram das pautas feministas para reforçar os discursos a favor do sufrágio feminino, mas não porque eles se preocupavam com as pautas dos movimentos feministas, e sim porque eles queriam impor obstáculos e justificar, de alguma

maneira, a suposta incapacidade do homem negro em agir na sociedade como cidadão, e não como escravizado:

Em seus discursos, os homens do Kansas diriam que “[...] se o sufrágio negro for aprovado, seremos invadidos por uma multidão de negros ignorantes, depauperados, vindos de todos os estados da União. Se o sufrágio feminino for aprovado, atrairemos para nossas fronteiras pessoas de caráter e posição, com recursos e educação. [...] Quem hesitaria ao escolher entre as mulheres instruídas e os negros ignorantes?”. (Davis, 2019, p. 131).

Era muito comum que a comunidade negra fosse vista como composta por seres ignorantes, que estavam no mundo apenas servir aos brancos, sem que questionassem a maneira como a conjuntura social invalidava a existência daqueles que estavam fora dos padrões de branquitude. Em *Eu sei porque o pássaro canta na gaiola*, Maya já demonstra ser muito madura sobre a obscuridade racial que os Estados Unidos comportam, visto que, no dia de sua formatura, ela reflete sobre o discurso realizado:

Houve agitação e ruídos em volta de mim, e Henry Reed começou a ler seu discurso, “Ser ou não ser”. Ele não tinha ouvido os brancos? Nós não podíamos ser, então a pergunta era perda de tempo. A voz de Henry soou alta e clara. Tive medo de olhar para ele. Ele não tinha captado a mensagem? **Não havia “mente mais nobre” para Negros porque o mundo não achava que tínhamos mente**, e deixava isso bem claro. “Fortuna enfurecida”? Isso só podia ser piada. Quando a cerimônia acabasse, eu teria que dizer algumas coisas a Henry Reed. Isso se eu ainda me importasse. Nada de “conflito”, Henry, “eliminação”. “Ah, existe a eliminação.” Nossa. (Angelou, 2018, p. 142, grifo nosso)

Embora fosse um momento de extremo orgulho, Maya não se sentiu confortável para receber o diploma e reafirmar que aquele era seu lugar, pois, por mais que ela tivesse plena certeza disso, o olhar do branco que tantas vezes questionava e desvalorizava a cultura negra a fazia refletir sobre a sua presença naquele espaço. Além disso, pessoas negras passaram séculos sendo colocadas como ignorantes – assim como Davis afirmou na passagem anterior – logo, a presença de uma menina negra naquele ambiente era algo tão incomum, que até mesmo a pessoa negra que se formara não conseguia legitimar a própria conquista. As reflexões de Maya não são uma reprovação de si própria, mas uma reprovação à hipocrisia do discurso que, claramente, não era direcionado a ela como pessoa negra, pois não refletia a sua história. Um discurso baseado em Hamlet não refletia a história de pessoas negras. Por isso, quando o orador interrompe o discurso para cantar o hino nacional negro, Maya e os demais presentes se sentem melhores representados, pois era aquela letra que refletia a história da população afrodescendente:

Estávamos no topo de novo. Como sempre, de novo. Nós sobrevivemos. As profundezas eram geladas e escuras, mas agora um sol forte iluminava nossas almas. Eu não era mais só uma integrante da orgulhosa turma de formandos de 1940; eu era uma integrante orgulhosa da maravilhosa e linda raça Negra. Ah, poetas Negros conhecidos e desconhecidos, com que frequência suas dores loteadas nos seguraram? Quem vai computar as noites solitárias amenizadas por suas canções, ou as panelas vazias ressignificadas pelas suas histórias? (Angelou, 2018, p. 144)

A presença de Maya naquele lugar contribui para a reflexão dela sobre aquele momento e todas as diversidades preconceituosas que o constituem, mostrando que se não fosse a negação para a ocupação daquele espaço por pessoas negras, muitos outros de seus pares poderiam estar ali. Além disso, pode-se considerar o fato de a sociedade colocar pessoas negras como ignorantes, utilizando isso como método de resistência para que eles não ocupem lugares como o de Maya. Desse modo, é mais fácil colocá-los em ocupações que os invalidem; ocupem empregos que os façam serem eternamente explorados.

A inclusão da população escravizada por séculos em qualquer que fosse a esfera social era vista como um problema a ser combatido, pois, obviamente, a conquista de direitos conceberia aos negros dignidade e, assim, eles buscariam sempre o próximo direito. Entretanto, essa ocupação de espaço não era vista com bons olhos, por isso, os supremacistas brancos não davam abertura para que o primeiro direito fosse conquistado, sabendo que possivelmente viria o segundo, depois o terceiro. Para eles era uma ofensa a ideia de que o negro poderia se equiparar em questões sociais e humanitárias, frequentar o mesmo lugar e viver da mesma forma.

Apoiando o sufrágio do homem negro e denunciando as mulheres brancas defensoras dos direitos das mulheres, os homens brancos revelaram a profundidade do seu sexismo – um sexismo que foi nesse breve momento para a história americana maior do que o seu racismo. Antes do apoio aos homens brancos pelo sufrágio dos homens negros, as mulheres brancas ativistas acreditaram que a sua causa avançaria mais se se aliassem aos ativistas políticos negros, mas quando pareceu que os homens negros iriam ter o voto enquanto elas permaneceriam sem direitos, a solidariedade com o povo negro foi esquecida e elas instigaram os homens brancos na solidariedade racial a elas, ofuscando os seus planos em apoiar o sufrágio do homem negro. (hooks, 2014, p. 6).

Os homens brancos, mais uma vez, manipularam as mulheres e fizeram-nas acreditar na sensibilidade deles em relação ao sufrágio feminino, fazendo-as pensar que eles estavam aceitando-as como pessoas e não como objetos, para que, dessa forma, a mulher branca conquistasse o direito do voto, excluindo a possibilidade do homem negro adquirir o mesmo direito. As feministas consideravam estar progredindo em suas lutas, enquanto, na verdade,

estavam sendo usadas novamente. Era como se fosse “menos prejudicial” o compartilhamento de um determinado poder com uma mulher – branca – do que com a população negra que era menos instruída, entretanto, eles não refletiam que isso só era possível porque nunca lhes foi oportunizado o acesso à educação.

As feministas esqueciam que o racismo cometido nos discursos que faziam oposição ao sufrágio dos homens atingia diretamente as mulheres negras. Nunca houve plena inclusão de mulheres não-brancas nos movimentos, a participação delas ocorria de forma desigual em relação àquelas que eram privilegiadas pela raça. Após tantas falas racistas que eram totalmente incoerentes com os discursos proferidos na década de 1830, as mulheres negras perceberam estarem deslocadas nas reivindicações de gênero.

Em 1900, na convenção da Federação Geral da Agremiação de Mulheres, a única associada que teve sua participação negada foi uma mulher negra: “Lamentavelmente, sua postura era, de modo inequívoco, pró-racista: o comitê de credenciamento da convenção decidiu excluir a delegada negra da Associação de Mulheres Era, de Boston” (Davis, 2016, p. 143). Diante deste e de outros fatos, fica evidente que, embora as pautas levantadas nos movimentos feministas fossem importantes, elas não estavam preocupadas, de fato, em defender as mulheres, mas em garantir e reforçar a supremacia de classes dominantes, uma vez que elas compunham essas classes e defendiam esses interesses sem dar prioridades às lutas mais urgentes, como o caso das mulheres negras.

A ideia primordial seria que as lutas ocorreriam de forma conjunta à população negra, entretanto, o foco deveria ser as conquistas das mulheres brancas primeiro; posteriormente, os esforços seriam dedicados às conquistas de direitos de ex-escravizados e descendentes. Este comportamento evidencia as ações equivalentes à superioridade ocidental que define as vontades dos brancos como acima das necessidades da população negra em qualquer caso. Diante disso, as feministas mostram que não conseguiram se desvencilhar dos privilégios supremacistas que eram naturalmente e inconscientemente incorporados por elas, no entanto, pela prática progressista e transgressora, esperava-se que elas fossem capazes de reconhecer a posição social que ocupavam.

Antes da convenção da Federação Geral da Agremiação de Mulheres, houve a Convenção Geral de Mulheres Negras, em 1890. De certa forma, os constantes ataques e exclusão da população negra dentro do movimento feminista servem como um prévio comunicado de que, se essas mulheres não-brancas estivessem esperando pelo apoio das líderes brancas para obterem progresso nas buscas pelos direitos, elas não sairiam do lugar, pois, em

qualquer situação, os interesses de quem era privilegiado sempre viria primeiro do que daqueles marginalizados pela raça, classe e gênero.

Os anos 1890 foram os mais difíceis para a população negra desde a abolição da escravidão, e as mulheres se sentiam naturalmente obrigadas a se juntar à luta de resistência de seu povo. Foi em reação à desenfreada onda de linchamentos e ao abuso sexual indiscriminado de mulheres negras que as primeiras associações de mulheres negras foram estabelecidas. (Davis, 2016, p. 144).

Observa-se que, embora as mulheres estivessem unidas para lutar também contra o patriarcalismo, elas estavam juntas, primeiramente, pela luta contra o racismo de seu povo. A realidade entre as mulheres brancas e as afrodescendentes era totalmente oposta, uma vez que as mulheres negras tinham uma luta muito maior para percorrer para que pudessem se igualar à posição social das feministas brancas; em contrapartida, as brancas de classes média e alta já poderiam lutar contra o patriarcalismo de forma totalitária, sem se preocupar em ocupar espaços sociais que pessoas negras ainda não conquistaram. Eram, de certa forma, lutas desiguais, e que mostravam que, para as mulheres negras, lutar pelo seu povo era muito mais urgente do que estreitar as lutas unicamente às questões de gênero. Assim como hooks (2019) argumenta: “Nos Estados Unidos, a preservação da supremacia branca sempre foi uma grande, se não a maior, prioridade, maior do que a preservação da divisão restrita dos papéis baseados no sexo” (p. 31). Nesses casos, as mulheres negras se afastavam cada vez mais desses movimentos elitistas e universais que se denominam como defensores dos direitos das mulheres, mas não faziam isso de forma efetiva e integral.

Em algumas passagens de *Eu sei porque o pássaro canta na gaiola* podem haver muitos questionamentos sobre o fato de Momma não confrontar as pessoas brancas que invadiam seu espaço ou a humilhavam – como os clientes do comércio e o dentista que se recusou a atender Maya. Entretanto, é importante ressaltar que, assim como as mulheres que integravam as lutas abolicionistas, Momma sabia que não era dessa forma que conseguiriam mudar a representação da comunidade negra na sociedade em geral. Diante de tantos massacres, tantos anos de exploração, a avó sabia que ser uma mulher independente, relativamente estabilizada, já era uma grande conquista, e que o mundo não tinha evoluído o bastante para que ela ultrapassasse os limites que lhe foram impostos. Assim como as feministas negras, Momma pensava de forma coletiva, pensava nos seus – Bailey e Maya – a serem protegidos, pensava em viver em paz, o que por anos não foi possível para pessoas como eles:

Momma pretendia ensinar a Bailey e a mim a usar os caminhos da vida que ela e a geração dela e todos os Negros anteriores encontraram e achavam

seguros. Ela não gostava da ideia de que se podia falar com os brancos sem botar a vida em risco. E sem dúvida não se podia falar com eles com insolência. Na verdade, mesmo na ausência deles, não se podia falar sobre eles com rispidez, a não ser que usássemos o pronome “eles”. Se lhe perguntassem e ela decidisse responder se era covarde ou não, ela diria que era realista. Ela não “os” enfrentava ano após ano? Ela não era a única mulher Negra em Stamps já chamada de senhora? (Angelou, 2018, p. 47)

A maneira como Momma se comporta está muito ligada aos seus ancestrais, que aprenderam e educaram seus pares a agir com receio em relação aos brancos, sempre em tom de passividade, por medo. Dessa maneira, ela tenta proteger os netos fazendo com que eles aprendam estas mesmas diretrizes. Ainda assim, é possível perceber que a avó é respeitada naquele ambiente, pois se estabeleceu por meio de um comércio que fornece mercadoria para brancos. Ao ser chamada de “senhora”, a narrativa aponta um sinal de respeito que Momma conseguiu adquirir após anos de resistência, embora não seja uma resistência de luta ativa, mas uma resistência refletida na ancestralidade e nas orientações recebidas que permaneceram intrínsecas.

Por ser um país extremamente elitista, mulheres negras só conseguiram se organizar de forma nacional com movimentos feministas anos depois, em 1973, com a fundação da *National Black Feminist*: “e porque feministas negras passaram a escrever sobre o tema, criando uma literatura feminista negra. Porém, gosto de dizer que, bem antes disso, mulheres negras já desafiavam o sujeito mulher determinado pelo feminismo” (hooks, 2019, p. 34). A influência de escritoras negras para o impulsionamento destas lutas é muito simbólica, uma vez que a população negra foi excluída de qualquer prática educacional que pudesse mudar suas realidades de vida. Entretanto, sempre houve oradoras capazes de proferir grandes discursos que descaracterizavam todos os argumentos racistas e patriarcais da sociedade americana movida a preconceitos, como é o caso de Sojourner Truth, com o famoso discurso já citado anteriormente, “E eu não sou uma mulher?”.

CAPÍTULO 3

3.1 OPRESSÕES INTERSECCIONAIS EM *EU SEI PORQUE O PÁSSARO CANTA NA GAIOLA* (MAYA ANGELOU) E *O OLHO MAIS AZUL* (TONI MORRISON)

A interseccionalidade pode ser definida como um método de análise das configurações sociais que se estruturam a partir e sobre as pluralidades e heterogeneidades constitutivas de cada indivíduo. A sociedade é construída mediante fatores sociais que determinam as relações de poder e, conseqüentemente, há pessoas que estão fora dessa hegemonia autoritária e que se tornam alvos de algum tipo de opressão, dessa maneira, a interseccionalidade se preocupa em investigar as interações destes fatores sociais e as implicações disto na convivência com a

sociedade e o alcance destes sujeitos aos seus direitos. Nesse contexto, embora os integrantes de determinada coletividade pertençam ao mesmo ambiente social, não compartilham das mesmas vivências, pois não possuem uniformidades em suas características corpóreas e sociais, uma vez que cada um possui idiossincrasias que lhes possibilitam uma existência plural. Importa entender que, apesar disso, não são apenas tais particularidades que definem as experiências de cada indivíduo nas relações cotidianas, e sim como as estruturas e configurações sociais determinam o modo como estes sujeitos são percebidos.

Com base nisso, a interseccionalidade tenta, por meio de uma metodologia analítica, compreender como funcionam as relações cotidianas dentro de uma sociedade que limita determinados indivíduos de acordo com suas características individuais e, muitas vezes, aquelas coletivas, que refletem as vivências e a bagagem histórica de determinados grupos – como a comunidade negra. É possível evidenciar, que a interseccionalidade é uma teoria e método de análise da posição dos indivíduos no mundo e a maneira como eles são recepcionados e (des)integrados pela sociedade em geral. Desse modo, cada sujeito vivenciará as experiências do cotidiano de maneira diversificada e, conseqüentemente, as vivências para alguns se tornam mais confortáveis e menos traumáticas do que para outros, pois esta realidade se fundamenta justamente das diferenças sociais criadas entre os seres, seja por raça, gênero, classe, orientação sexual, etnia, nacionalidade, capacidade, ou qualquer outra questão distintiva que sirva para estabelecer arbitrariedades sociais.

De maneira geral, a interseccionalidade atua como método analítico de todo e qualquer tipo de rejeição social sofrido por pessoas que estejam fora de rotulações que determinam certos padrões, ocasionando nas violências de opressão. É comum que muitas pessoas acumulem fatores sociais que potencializam estes estigmas de repressão, assim sendo, por mais que haja variados grupos que sofram algum tipo de opressão, pode haver pontos em comum entre eles, e a interseccionalidade se fundamenta justamente no fato de que coletivos diferentes podem ter semelhanças entre si. A título de exemplo, as mulheres não sofrem o mesmo tipo de violência de maneira homogênea, pois há questões como raça/etnia, classe, heteronormatividade, idade, orientação sexual, localização geográfica, entre outros fatores, que determinam o grau de violência cotidiana que as mulheres sofrerão, entretanto, há um ponto de semelhança nas diferentes discriminações sofridas pelo gênero feminino, ou seja, as diferenças se interseccionam em algum momento, seja pelo gênero, raça, classe, ou algum outro fator:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe,

gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (Bilge e Collins, 2020, p. 17)

Por esta dissertação focar na mulher negra que vivencia, diariamente, diversas formas de violências, se justifica a importância do uso de teorias e ferramentas interseccionais, para que as lutas de mulheres não padrões sejam pautadas e recepcionadas pela sociedade em geral, visando, cada vez mais, desconstruir os estereótipos que estimulam a discriminação dessa parte da população. É somente pela ampliação de discussão destas pautas sociais e importantes que as pessoas redefinem seus pontos de vistas e se desconstroem. É impossível que a mulher negra organize lutas periódicas e divida-se entre as lutas raciais, de gênero e de classe, uma vez que ela vivencia tudo isso simultaneamente no seu cotidiano. Por esse motivo, a interseccionalidade pode ser utilizada como ferramenta para analisar e discutir pautas que, de alguma maneira, se atravessam e se interseccionam, como é o caso da realidade de uma mulher negra, que sofre com opressão de raça, gênero e, na maioria das vezes, de classe também.

O equívoco de movimentos que visam reivindicar algum direito social está, justamente, em não identificar as limitações e deficiências das próprias ações. Grupos de pessoas que se organizam em busca de direitos não conseguem visualizar além das discussões mais óbvias e já conhecidas por cada integrante, conseqüentemente, não percebem que há diversas intervenções externas que contribuem para a existência das respectivas problemáticas. No século XX, dentro de alguns grupos, ocorria, de maneira mais acentuada do que atualmente, a exclusão parcial de ativistas que vivenciavam violências múltiplas, pois não possuíam amparo integral dos movimentos dos quais faziam parte, sendo necessário participar de diversos outros para que suas necessidades políticas e ideológicas fossem compreendidas e reivindicadas.

Porém, já perto de 1960, ativistas negras percebiam as complexidades desse constante fracionamento de lutas que, inevitavelmente, estabelecia certa morosidade nas conquistas sociais destas pessoas:

Nas décadas de 1960 e 1970, as ativistas negras estadunidenses enfrentaram o quebra-cabeça que fazia suas necessidades relativas a trabalho, educação, emprego e acesso à saúde simplesmente fracassarem nos movimentos sociais antirracistas, no feminismo e nos sindicatos que defendiam os direitos da classe trabalhadora. Cada um desses movimentos sociais privilegiou uma categoria de análise e ação em detrimento de outras: por exemplo, raça no movimento em favor dos direitos civis; gênero no movimento feminista; classe no movimento sindical. (Bilge e Collins, 2020, p. 18)

Mulheres negras e pobres que, muitas vezes, sentiam-se deslocadas das reivindicações, passaram a confrontar a intensa elitização que caracterizava o feminismo vigente do século

XVIII até parte do século XX, desse modo, surgiram novas pautas ideológicas que abrangiam classes e raças que não eram efetivamente incluídas por esse feminismo homogêneo ou pelos movimentos antirracistas.

O fato de que as mulheres pertencentes a minorias sofrem com os efeitos da subordinação múltipla, aliada às expectativas institucionais baseadas em contextos não institucionais inadequados, molda e, finalmente, limita as oportunidades de intervenção significativa em seu nome. Reconhecendo a incapacidade de considerar a dinâmica interseccional pode ir muito longe para explicar os altos níveis de frustração e fracasso completo experimentado por conselheiros que tentam atender às necessidades das vítimas que são mulheres de grupos minoritários. (Crenshaw, 1991, p. 1251-traduzido por Carol Correia, on-line, 2017)³

As mulheres perceberam o sistema manipulador no qual estavam incluídas e que as faziam incorporar conceitos patriarcais que delimitavam suas vivências. Sendo assim, principalmente após o século XIX, muitas mulheres compartilharam reflexões e críticas transgressoras que, de certa maneira, começaram a colocar em xeque alguns argumentos e o poder social do sexismo dominante. Embora, logo no início dessa experiência, estes pequenos movimentos não fossem fortes ao ponto de conseguirem reestabelecer uma estrutura social com novas convenções – fato que continua não ocorrendo mesmo com a relativa evidência dos movimentos feministas – foi este o primeiro passo para que, durante os anos seguintes, mais

mulheres pudessem conscientizar-se da limitação imposta pelo poder patriarcal e de como isso poderia ser ressignificado diante de lutas e discursos que desconstruíssem as diversas ideologizações sexistas perpetuadas na sociedade, principalmente no ocidente.

A percepção de que o gênero feminino fazia parte de uma minoria social impôs certo sentimento de união entre aquelas que se identificavam com as pautas feministas, estabelecendo laços de afeto e empatia nestes grupos de mulheres. Ocorre que as mulheres negras sofriam forte resistência para serem efetivamente incluídas nos movimentos feministas liderados e compostos, em sua maioria, por mulheres brancas e ricas, desse modo, embora se imagine que havia uma união e tentativa de integração de mulheres que fugissem desse padrão elitista, na prática, isso não ocorria. As mulheres negras eram excluídas e sabotadas dentro desses grupos, com pouco lugar de fala e pouca participação efetiva. Isso resultou na elitização e falta de

³ The fact that minority of women suffer from the effects of multiple subordination, coupled with institutional expectations based on inappropriate nonintersectional contexts, shapes and ultimately limits the opportunities for meaningful intervention on their behalf. Recognizing the failure to consider intersectional dynamics may go far toward explaining the high levels of failure, frustration, and burn-out experienced by counselors who attempt to meet the needs of minority women victims. (Crenshaw, 1991, p. 1251)

empatia de pessoas que eram, de fato, conscientes quanto à subordinação do gênero feminino, mas não igualmente conscientes sobre a subjugação feminina também perpassar por outros tipos de violências sociais, como as raciais e classistas.

O problema com a política de identidade não é que ele não transcenda a diferença, como alguns críticos acusam, mas sim o oposto — que frequentemente confunde ou ignora as diferenças intragrupo. No contexto da violência contra as mulheres, esta elisão da diferença na política identitária é problemática, fundamentalmente porque a violência que muitas mulheres experimentam é muitas vezes moldada por outras dimensões de suas identidades, como raça e classe. (Crenshaw, 1991, p. 1242, traduzido por Carol Correia, on-line, 2017)⁴

Essa exclusão da mulher negra dentro desses movimentos demonstra, com efeito, que havia uma tentativa constante em deslegitimar esta figura como pertencente ao gênero feminino, pois, como abordado no capítulo anterior, o contexto histórico reforçava o padrão de considerar as escravizadas como mulheres de fato, somente quando fosse favorável para a classe privilegiada. A invisibilidade da mulher negra em movimentos feministas é consequência dessa percepção equivocada de que não há outro tipo de discriminação possível que não seja desse opressor personificado no papel de um ser masculino e ocidental. Diante dessa limitação de percepção, não havia discussão sobre o fato de a mulher branca de classe média/alta também pertencer a este universo de privilégios eurocêntricos que, conseqüentemente, resultava em uma

figura elitizada e produto desse ambiente que, embora fosse patriarcal, era composto por características americanizadas e com racismo e classismo naturalizados.

Neste caso, pode ser mencionada novamente a figura da sra. Fisher, que embora fosse uma mulher politizada em relação aos conceitos patriarcais, não era igualmente politizada sobre os próprios privilégios. Era impossível, por exemplo, que Pauline fosse igualmente consciente sobre o próprio contexto de vida, uma vez que ela estava incansavelmente se dedicando em servir aos patrões: “Nós jamais deixaremos que ela vá embora. Nunca encontraríamos alguém como a Polly. Ela simplesmente não vai para casa se a cozinha não estiver absolutamente em ordem. Realmente, ela é a empregada ideal” (Morrison, 2009, p. 93), isso demonstra, que enquanto as mulheres brancas e de elite estavam se reunindo e alimentando a própria percepção crítica sobre o mundo, as mulheres negras estavam nas casas dessas mesmas feministas,

⁴ The problem with identity politics is not that it fails to transcend difference, as some critics charge, but rather the opposite – that it frequently conflates or ignores intragroup differences. In the context of violence against women, this elision of difference in identity politics is problematic, fundamentally because the violence that many women experience is often shared by others dimensions of their identities, such as race and class. (Crenshaw, 1991, p. 3)

trabalhando por horas, com o mínimo de descanso, deixando de viver a própria vida para viver a vida dos patrões. Em que momento restaria tempo para que as mulheres negras conseguissem integrar os movimentos feministas de maneira concreta?

Neste sentido, a interseccionalidade contribui para a compreensão de complexidades sociais que envolvem pessoas incluídas em alguma categorização negativa, excludente (ou diversas categorizações). Como dito, não havia, anteriormente, a percepção de que os estudos e discussões sobre questões sociais pudessem ser debatidos a partir de diversos aspectos que se entrecruzavam e constituíam determinadas problemáticas, pelo contrário, os movimentos impunham limites que impossibilitavam a assimilação de outras influências. Por esse motivo, a interseccionalidade, como teoria e prática, auxilia na unificação dessas discussões, ou seja, na percepção de que os problemas sociais possuem compatibilidades que podem ser confrontadas concomitantemente.

As propriedades analíticas da interseccionalidade possibilitam a compreensão de diversos poderes existentes na sociedade, sejam eles políticos ou ideológicos. Sobre isso, importam as discussões de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, na obra intitulada *Interseccionalidade*, publicada em 2016, que elencam a ideia de que o futebol é um exemplo bastante expressivo para observar como as camadas de raça, gênero, classe, faixa etária, etnia, nacionalidade, etc., se fazem presentes nas organizações deste esporte. Algumas regiões com estruturas sociais mais desenvolvidas conseguem oportunizar melhores condições aos seus participantes, viabilizando que as pessoas consigam conciliar uma qualidade de vida em diversos aspectos dos cotidianos, inclusive nas práticas esportivas; em contrapartida, países em desenvolvimento oportunizam situações precárias aos indivíduos envolvidos nas modalidades esportivas. Desse modo, observa-se que as problemáticas sociais influenciam diretamente a relação de cada indivíduo seja na concretização ou inviabilidade da prática do futebol e de outros esportes:

As nações ricas do Norte global e as nações pobres do Sul global oferecem estruturas de oportunidades diferentes para que a juventude frequente a escola, tenha acesso a emprego e pratique esportes, estruturas de oportunidades que privilegiam as nações da Europa e da América do Norte e prejudicam os países do Caribe, da África Continental, do Oriente Médio e alguns países asiáticos e latino-americanos. Essas diferenças nacionais se alinham às diferenças raciais, impedindo que a juventude negra e parda dos países pobres ou das regiões pobres dos países ricos tenha acesso a treinamento e oportunidade de praticar esportes. (Bilge e Collins, 2020, p. 21)

Embora os contextos econômicos de cada região influenciem nas oportunidades que os sujeitos vivenciam, também é legítimo que esse fator não valide que todas as pessoas possuam licença para usufruir de certas prerrogativas. Pois, mesmo que integre uma sociedade

economicamente estável, pessoas negras, pobres, do gênero feminino ou LGBTQIAPN+ estão sujeitas a um certo cerceamento de acesso ao esporte, mais especificamente ao futebol, pois as particularidades e identidades de cada indivíduo servem como mecanismos de exclusão. Querer jogar futebol é um direito de qualquer pessoa, mas possuir meios que os façam percorrer um caminho livre para concretizar esse desejo é um privilégio para poucos. Através da análise interseccional identificam-se como essas camadas sociais se conectam e influenciam diretamente nas pessoas que alcançam sucesso e naquelas que ficam pelo caminho.

O contexto de vida determina a maneira como cada sujeito lidará com as diversas situações do seu cotidiano. Aqueles indivíduos que pertencem aos países mais desenvolvidos economicamente recebem, conseqüentemente, possibilidades de experienciar oportunidades que outras pessoas, incluídas em uma realidade menos favorável, não conseguirão. Por esse motivo, Bilge e Collins (2020) exemplificam que há uma desproporcionalidade socioeconômica entre os cidadãos do Norte global e os cidadãos do Sul global, uma vez que as perspectivas de vida (principalmente em relação à estrutura e desenvolvimento dessas regiões) impõem, respectivamente, privilégios e limites para cada uma das nações.

De qualquer forma, assim como colocado mais acima, é equivocado pensar que todas as pessoas do Norte global possuem as mesmas oportunidades socioeconômicas e os mesmos privilégios; assim como nem todas as pessoas do Sul vivenciam precariedades sociais. Todas as questões nacionais estão estritamente interligadas aos fatores raciais que envolvem as populações desses países, logo, pessoas negras e pobres estão mais sujeitas a vivenciar o “impossível” e a estarem presas a uma vida desestruturada do que as pessoas brancas, que, historicamente, possuem melhores condições econômicas, de modo geral. Inevitavelmente, o esporte é introduzido nesse contexto de probabilidades e improbabilidades, pois, se torna mais difícil para meninos e meninas pretas realizarem seus desejos de praticar determinado esporte quando não há um contexto de vida favorável que possibilite estruturas adequadas para estas práticas.

Neste sentido, as autoras estabelecem uma discussão acerca da principal competição de futebol do mundo, a Copa da FIFA. Elas articulam uma análise interseccional da disputa, com o intuito de esclarecer como se estruturam os domínios nacionais, raciais, de classe e gênero dentro dessa competição. Diante disso, é compreendido que estes poderes se organizam a partir de quatro domínios: o estrutural, o cultural, o disciplinar e o interpessoal.

O domínio estrutural do poder caracteriza-se pelas bases sociais consideradas substanciais para a composição de uma sociedade moderna, neste sentido, instituições como mercado de trabalho, moradia, educação e saúde constituiriam esse domínio. Fatores de classe

(designados pelo capitalismo) e de nação (políticas governamentais) se relacionariam neste processo e caracterizariam um tipo de poder sobre os cidadãos, uma vez que a participação dos indivíduos em cada setor destes poderes de domínio estrutural é caracterizada pela posição social que cada um ocupa na sociedade, neste sentido, há a influência racial e social para designar as maneiras como eles experienciarão as diversas camadas de convivência.

A sociedade vivencia as esferas da vida social-humana de maneira fragmentada, e todas as experiências se sobrepõem e se interseccionam. Por isso, a Copa do Mundo serve como exemplificação para caracterizar o poder que este domínio estrutural exerce sobre a vida de cada sujeito, uma vez que uma única instituição não governamental (a FIFA) possui poder global extremamente influenciador e capitalista para impor autoridade sobre todas essas esferas que constituem o domínio estrutural.

Um exemplo disso foi a copa realizada no Brasil em 2014, que oportunizou variados privilégios à FIFA, inclusive uma lei intitulada *Lei Geral da Copa do Mundo*, que beneficiava diretamente a instituição em relação aos seus patrocinadores, como por exemplo, a permissão do “consumo de cerveja nos estádios, mudança que beneficiou a Anheuser-Busch, uma das principais empresas patrocinadoras da Fifa” (Bilge e Collins, 2020, p. 23). Assim como influenciou diretamente na vida dos cidadãos brasileiros, que por causa dos valores exorbitantes destinados para construções de estádios, foram diretamente atingidos pelo aumento de tarifas no transporte público e pelos recorrentes casos de corrupção política. Diante da autonomia que caracteriza a FIFA em termos globais, constata-se que há a influência dessa organização nas mais variadas esferas das nações de diversos países. Logo, é viável considerar os estudos interseccionais a partir das influências capitalistas e sociais que esta instituição futebolística exerce sobre os indivíduos, principalmente aqueles localizados no Sul e no Norte global.

A Copa do Mundo obteve sua primeira edição em 1930, a partir disso, utilizou-se da popularidade do esporte para assumir uma posição autônoma e influente sobre as nações atingidas pela popularidade do esporte em questão. Neste sentido, a interseccionalidade atua nos fatores econômicos, uma vez que a FIFA possui respaldo político dos países para exercer os poderes econômicos que não são devidamente fiscalizados, uma vez que se trata de uma instituição não governamental; além disso, a entidade construiu sua popularidade sobre o sexismo que constituía as sociedades, incorporando no mundo que a prática desse esporte é destinada ao público masculino:

Os esportes em geral, e os esportes profissionais em particular, costumam oferecer mais oportunidades para os homens que para as mulheres. [...] a Fifa administra também a Copa do Mundo de Futebol Feminino. Quando os Estados Unidos organizaram a histórica Copa do Mundo de 1999, apenas

alguns países se candidataram. Desde então, a Copa do Mundo de Futebol Feminino cresceu em popularidade, alcançando um público global sem precedentes em 2019, na França. Apesar desse interesse crescente, as vantagens financeiras oferecidas às jogadoras de elite são irrisórias em comparação com as oferecidas aos homens. (Bilge e Collins, 2020, p. 24)

Diante desses fatores, fica evidente que o futebol é extremamente seletivo, mas muito mais para as mulheres. A sociedade em geral, embora inconsciente, é submissa aos poderes governamentais que, sempre que puderem, se colocarão como dispostos a viabilizar e efetivar ainda mais os domínios de instituições como a FIFA. Diante de tanta soberania sobre determinadas partes do mundo, a entidade estimula os privilégios de alguns indivíduos, notadamente, mais dos homens.

O exemplo futebolístico serve para expor como as instituições estão sempre conectadas aos princípios sociais que estabelecem domínio sobre as pessoas, pois, serão utilizados artifícios para estar constantemente de acordo com as configurações sociais que reafirmam e perpetuam as diferenças coletivas dos indivíduos que, conseqüentemente, colocam alguns em situações de vantagem perante outros. O homem heteronormativo e branco exercerá seu privilégio, pois encontrará respaldo tanto nas relações sociais do cotidiano quanto nas entidades governamentais e não-governamentais, dessa maneira, o domínio estrutural do poder, na maioria das vezes, é conivente às prevalências masculinas, principalmente daqueles homens que se encaixam nos padrões classistas e raciais/étnicos.

A limitação de determinadas pessoas a espaços sociais básicos, seja na saúde, no trabalho, na educação, ou em outros ambientes que formam as instituições mais importantes de uma sociedade, demonstra como esse domínio estrutural influencia diretamente em condições de subsistências indignas. Diante dessa discussão, na obra de Angelou, *Eu sei porque o pássaro canta na gaiola*, podemos encontrar diversas situações sociais que servem de exemplificação sobre o domínio estrutural do poder.

Como exemplo, há a passagem em que Maya narra o dia em que estava com muita dor no dente, mas não poderia ir ao dentista tão facilmente por não haver nenhum especialista preto por perto: “Como não existia dentista Negro em Stamps, nem médico, na verdade, Momma resolveu dores de dente anteriores arrancando-os (um fio amarrado no dente com a outra ponta enrolada no punho), analgésicos e oração” (Morrison, 2019, p. 145). Esta situação demonstra que não havia apenas uma elitização social, mas uma tentativa de isolar a comunidade negra quando essa estivesse em funções de subserviência.

A saúde é um princípio básico para a vida humana, entretanto, quando colocada em pauta questões de classe e raça, ela passa a não ser um direito de todos, apenas daqueles que possuem privilégios sociais. O domínio estrutural do poder impõe que os indivíduos vivenciem a

realidade a partir de suas representações sociais, neste caso, Maya e a avó são mulheres, negras, logo, possuem desigualdades que se interseccionam e influenciam na experiência desses espaços sociais de maneira restrita, já que vivem em um país em que a segregação racial era amparada por leis. De qualquer forma, Mommy (avó de Maya) tenta ultrapassar esses limites sociais e ir até o consultório de um dentista branco, haja vista a urgência da saúde bucal da neta. Entretanto, a experiência foi desumanizadora, tanto pela enfermeira que se recusou a atendêlas, quanto pelo médico que foi explicitamente racista:

“Annie, você sabe que não trato pretos, pessoas de cor.” “Eu sei, dentista Lincoln. Mas é que ela é minha netinha, e ela não vai dar trabalho nenhum...”
 “Annie, todo mundo tem suas diretrizes. Neste mundo, é preciso ter diretrizes. A minha diretriz é que eu não trato pessoas de cor.” [...] “Eu não insistiria se fosse por mim, mas não aceito um não. Não para a minha netinha. Quando você me procurou para pegar dinheiro emprestado, não precisou implorar. Você pediu, e eu emprestei. Não era minha diretriz. Eu não empresto dinheiro, mas você ia perder essa casa, e eu tentei ajudar”. [...] “Annie, minha diretriz é que prefiro enfiar a mão na boca de um cachorro do que na de um preto.” (Angelou, 2019, p. 148)

Esta cena expõe múltiplas articulações que marginalizam Mommy. Pela avó de Maya não compor este espaço privilegiado, ela é vista como o outro, como o diferente e, conseqüentemente, tem suas ações limitadas. Soma-se a isto o fato de ela pertencer ao gênero feminino e ser negra, todos esses atributos fazem com que ela se situe permanentemente à margem da sociedade, pois não há nenhuma maneira que a faça ser vista por outra perspectiva, apenas pelo viés do diferente e do negativo, ela é o outro do outro, como ponderou Grada Kilomba (2019). Além disso, observa-se que há uma relação ao que foi discutido no início deste capítulo sobre como a interseccionalidade é importante para o processo de alcance de diversas discriminações que se acumulam sobre determinados indivíduos, pois Mommy é uma mulher que não sofre apenas a discriminação de gênero, há diversas particularidades que a constituem e fazem sua inferiorização ser potencializada, por isso, a interseccionalidade ajuda a investigar esses fatores de marginalização quando uma mulher sofre diversos tipos de opressões, como neste caso.

Quando a personagem vai ao dentista, ela lida com diversos tipos de agressões, e, na obra, ela não parece se abalar com todas as falas problemáticas do profissional, pois se mantém fria e continua pedindo ajuda mesmo após várias negações. Isso reflete como o negro naturalizava estas situações, pois no ambiente em que crescia, ele era educado a conviver com este tipo de tratamento e a ter seus espaços limitados. Quando o dentista afirma que “minha diretriz é que prefiro enfiar a mão na boca de um cachorro do que na de um preto” ele não está

animalizando a mulher negra, muito além disso, o animal está acima dessa figura, um animal seria digno de mais respeito do que uma pessoa preta.

Mesmo Mommy sendo caracterizada como uma mulher forte, diante de situações em que ela é vítima de racismo de maneira explícita, ela não conseguia confrontar seus agressores, emergindo um tipo de fraqueza. Assim como colocado no segundo capítulo, em que foi feita uma comparação entre Sethe e Mommy, a incapacidade da avó em contestar o tratamento de pessoas brancas está ligada ao fato de ela ter noção de como ela é colocada em posições inferiorizadas, neste sentido, é intrínseca e natural esta passividade. Mommy possuía mais dinheiro do que o dentista e o havia ajudado, porém, ainda é vista como inferior por este e por todos à sua volta e se põe em posição de subserviência ao implorar que ajude a neta. Ao emprestar dinheiro ao dentista, é possível constatar como as pessoas negras ainda se viam na posição de servir aos brancos, sendo este um vestígio da escravidão, neste contexto, é como se pessoas negras, mesmo em liberdade, estivessem eternamente aprisionadas, pois as relações sociais eram sistematizadas diante da inferiorização daqueles que não integravam o topo da pirâmide social. Esta situação pode ser referenciada ao título da obra, pois uma gaiola também alude à prisão, logo, uma demonstração das limitações impostas à comunidade negra.

Maya, ao presenciar a cena, já pode perceber o sistema segregador em que está inserida. São diante de casos cotidianos como este que os conjuntos de fatores raciais se interpelam e fazem com que negros e brancos estejam cada vez mais presos nesta educação preconceituosa, situação que passa a ser vista como algo natural, pois Maya, mesmo ainda criança, já está convivendo com estas situações e assimilando como deve se comportar: de maneira passiva, mesmo que, internamente, ela imagine uma reação da avó, como é mostrada na seguinte passagem:

“Se levante quando vir uma dama, seu canalha desdenhoso.” [...] O dentista não teve escolha além de se levantar e ficar em posição de sentido. Ele baixou a cabeça depois de um minuto, e sua voz soou humilde [...] “Eu não pedi que você peça desculpas na frente de Marguerite porque não quero que ela conheça meu poder, mas estou dando uma ordem a partir de agora. Vá embora de Stamps até o pôr do sol.” “Sra. Henderson, não tenho como pegar meu equipamento...” Ele estava tremendo horrivelmente agora. “Isso me leva à minha segunda ordem. Você não vai atuar como dentista nunca mais. Nunca! Quando estiver acomodado na próxima cidade, você vai ser um vegetariano que cuida de cachorros com sarna, de gatos com cólera e de vacas com epizootia. Está claro?” [...] “Sim, senhora. Obrigado por não me matar. Obrigado, sra. Henderson.” (Angelou, 2019, 148)

Nesta passagem, a neta não retrata exatamente o que aconteceu, pois, posteriormente, Mommy conta ao filho o que realmente houve após a recusa do dentista, e Maya afirma “Eu

preferia a minha versão”. Neste caso, é demonstrada a tentativa da criança em fugir da realidade, uma certa recusa em aceitar que aquele deveria ser o destino de pessoas negras, e que nada deveria ser feito para mudá-lo. Já vimos como Maya usa da imaginação para recriar sua realidade, torná-la menos cruel. Aqui, ela imagina o revide da avó, que simboliza o revide de pessoas negras diante de situações de humilhação vivenciadas por séculos pela comunidade negra. Algo comum entre as duas obras analisadas é também a questão de crianças negras, que viviam com a humilhante rotina do preconceito, fantasiarem uma nova realidade, assim como também ocorreu com Pecola em *O olho mais azul*, pois, ao final da obra, a dificuldade em lidar com a exclusão social era tão forte que ela desvairou, passando, inclusive, a acreditar que realmente possuía olhos azuis. De certa maneira, para as crianças era ainda mais difícil conviver com esta realidade penosa, e sem saber como reagir a isso, a única alternativa era fantasiar um mundo próprio. Para Pecola, a situação de fuga e escapismo é ainda mais drástica, pois a menina parece preferir refugiar-se na loucura a continuar a encarar sua própria realidade de violência, pobreza e feiura:

Esta é a casa. É verde e branca. Tem uma porta vermelha. É muito bonita. Esta é a família. A mãe, o pai, Dick e Jane moram na casa branca e verde. Eles são muito felizes. Veja a Jane. Ela está de vestido vermelho. Ela quer brincar. Quem vai brincar com Jane? Veja o gato. Está miando. Venha brincar. Venha brincar com a Jane. O gatinho não quer brincar. Veja a mãe. A mãe é muito boazinha. Mãe, quer brincar com a Jane? A mãe ri. Ria, mãe, ria. Veja o pai. Ele é grande e forte. Pai, quer brincar com a Jane? O pai está sorrindo. Sorria, pai, sorria. Veja o cachorro. Au-au, faz o cachorro. Quer brincar com a Jane? Veja o cachorro correr. Corra, cachorro, corra. Olhe, olhe. Aí vem um amigo. O amigo vai brincar com a Jane. Eles vão jogar um jogo gostoso. Brinque, Jane, brinque. (Morrison, 2009, p. 6)

A passagem acima aparece logo no início da obra, e pode configurar Pecola já em trauma psíquico por não conseguir se encaixar aos padrões de beleza ocidentais. Possuir olhos azuis era um objetivo impossível que, somente na insanidade, ela conseguiria concretizar, assim como somente na insanidade ela conseguiria ter os mesmos prestígios que as meninas com o ideal de beleza contrários aos dela possuíam, pois para pessoas negras, isso era impossível naquele período. O título da obra não significa que a personagem gostaria apenas de possuir esta característica física, mas além disso, ela desejava conquistar todas as prevalências que as pessoas brancas desfrutavam e, assim como pode ser visto na passagem acima, Pecola, na sua loucura, finalmente consegue viver a vida que sempre desejou, com uma família feliz, que lhe acolhe, não a maltrata, que não a culpe por ser “feia” e por ser abusada sexualmente; que lhe proporcione amor e um lugar seguro. É possível observar o desejo dela em ter melhores condições de vida, uma boa casa, com pessoas que lhe transmitem alegria, ao contrário do que

ela vivenciava no seu cotidiano, pois sua família vivia uma relação pesada, fria, sem ânimo; os personagens da família Breedlove demonstravam não gostar nem de si próprios, muito menos de seus pares – como pode ser visto da falta de amor próprio de Pauline, e na conformação de que a própria filha não era bela. Percebe-se, no excerto, que Pecola cita muitas vezes “pai” e “mãe”, demonstrando que, mesmo desconectada da realidade, ela sabe que um pai e uma mãe estão ali para proporcionar afeto, ao contrário de uma vida traumática, e ela sonhava com isso.

Ainda sobre o domínio cultural do poder, Bilge e Collins (2020) elaboram um debate acerca das representações culturais que são transmitidas para o público que acompanha as partidas de futebol. Por se tratar de um público global e exorbitantemente grande, a Copa do Mundo é capaz de delinear valores e crenças de maneiras totalitárias, uma vez que uma grande parcela da população mundial terá acesso a aquele tipo de conteúdo e será influenciada pelas representações culturais transmitidas. Nesse contexto, um exemplo de influência populacional que a competição pode protagonizar é de que há meritocracia no meio futebolístico, e que as influências externas, o contexto de uma maneira geral, não influencia nos resultados da competição:

Competições esportivas transmitem uma mensagem de grande influência: nem todos podem vencer. Aparentemente, isso faz sentido, mas por que alguns indivíduos e grupos sempre ganham enquanto outros sempre perdem? A Fifa tem respostas prontas. Quem vence tem talento, disciplina e sorte, enquanto quem perde carece de talento, disciplina e/ou sorte. Essa visão sugere que a competição justa produz resultados justos. Essa visão de mundo sobre quem vence e quem perde é apenas um passo para explicar a partir desse quadro as desigualdades sociais de raça, classe, gênero e sexualidade, assim como suas interseções. (Bilge e Collins, 2020, p. 25)

A copa do mundo cria uma falsa ideia de que promove um evento efetivamente competitivo, por envolver diversas equipes profissionais de várias partes do mundo. Entretanto, constata-se o equívoco desse senso comum quando se reflete sobre grande parte das equipes não possuírem o mesmo patamar esportivo, os jogadores não são igualmente valorizados, as seleções não possuem o mesmo poder aquisitivo, ou seja, os competidores vivenciam uma realidade totalmente diferente em suas regiões, e isso se fundamenta justamente nas desigualdades sociais e econômicas de cada país. Observa-se durante as fases da competição que as equipes que são desclassificadas rapidamente são justamente aquelas que não possuem as mesmas propriedades que as grandes equipes europeias, por exemplo. Não há, neste fato, uma casualidade que resulta na recompensa pelo esforço de seleções bem-preparadas; há, na verdade, um reflexo das desigualdades sociais que inviabilizam as mesmas oportunidades de vida, tanto sociais quanto econômicas, para os indivíduos.

O futebol feminino também pode ser utilizado como exemplo para caracterizar essa falsa idealização de meritocracia. As pessoas se acostumam com a maneira como a sociedade é segmentada, ocorrendo a falta de reflexão sobre determinadas questões sociais, por já estarem arraigados no senso comum e no cotidiano. O futebol masculino é indiscutivelmente mais assistido e valorizado do que o futebol feminino, conseqüentemente, há um engano ao imaginar que isso ocorre por ser “melhor” e “mais atrativo” ver esta prática esportiva ser realizada por homens do que por mulheres, naturalmente, eles devem ser mais valorizados porque merecem uma recompensa maior pelo protagonismo nesse esporte. Ocorre que esta ideia atinge não somente o futebol profissional e as grandes competições, mas também atinge o início da carreira das mulheres que não recebem a mesma credibilidade que os homens, conseqüentemente, para elas é muito mais difícil seguir a carreira profissional.

Esta dificuldade está ligada também à educação patriarcal que delimita as vivências da figura feminina. A ideologização de que há lugares adequados para meninos e meninas influencia no preconceito às mulheres quando elas praticam uma atividade que está em desacordo com o que a sociedade conservadora e patriarcal acredita. Neste sentido, o futebol é visto como um esporte masculino, e não apenas as mulheres que jogam futebol sofrem com as discriminações do público, mas também árbitras que apitam partidas do futebol masculino também são atacadas pelos jogadores que não concordam com as marcações de campo; comentaristas esportivas são atacadas pelo público masculino sob o argumento de que “mulher não entende de futebol” e o público feminino é frequentemente invalidado com o mesmo argumento. Sendo assim, a presença da mulher no futebol é marcada por um sexismo que é velado pela falsa idealização de que o futebol é um espaço destinado aos homens.

Diante de tantos obstáculos, muitas mulheres desistem de praticar o esporte por não terem perspectivas de sucesso. De certa maneira, esse desestímulo caracteriza, também, um terceiro domínio, o disciplinar do poder, que se refere justamente ao suporte que alguns indivíduos recebem e os fazem possuírem facilidades para atingir seus objetivos; em contrapartida, outras pessoas enfrentam tantas dificuldades que se sentem desencorajadas a continuar no mesmo caminho:

Muitos são simplesmente informados de que são do sexo errado ou não têm nenhuma capacidade. Em essência, as relações de poder interseccionais utilizam categorias de gênero ou raça, por exemplo, para criar canais para o sucesso ou a marginalização, incentivar, treinar ou coagir as pessoas a seguir os caminhos prescritos. (Bilge e Collins, 2022, p. 28)

Homens e mulheres estão sujeitos a certas problemáticas que delimitam suas vivências em determinadas esferas da sociedade por conta de influência negativa que desestimula essas

peessoas. Estes fatores são ocasionados por questões sociais que controlam quem permanece dominando as esferas privilegiadas da sociedade a partir das condições raciais, classistas e de gênero que particularizam cada indivíduo. É diante desses aspectos que se relacionam e potencializam a marginalização que a interseccionalidade se concretiza, pois, alguns indivíduos vivenciam os preconceitos de raça, classe e gênero simultaneamente, efetuando uma segregação muito superior nas suas experiências cotidianas. Como vimos, é o que acontece com Mommy quando tenta levar sua neta ao dentista: recebe opressões interseccionais de raça e classe, pois é pobre e negra. Provavelmente, a arrogância do dentista foi potencializada por serem mulheres à sua porta.

Ainda sobre a análise de Collins e Bilge sobre o alcance da interseccionalidade e o suporte em estruturas de poder para o exercício de opressões interseccionais, entende-se que o domínio interpessoal do poder está ligado às experiências de cada pessoa com as limitações de raça, classe e gênero as quais são submetidas. As noções sociais e de como percebemos o mundo não são inerentes a cada ser humano, todos são educados a pensar e se comportar da maneira mais adequada para a posição que ocupam na sociedade, neste sentido, os diversos fatores que influenciam esse padrão comportamental podem se interseccionalizar e influenciar em uma opressão mais potencializada para um indivíduo do que para outro:

Por exemplo, homens e mulheres frequentemente sofrem o racismo de maneiras diferentes, assim como mulheres de diferentes raças podem vivenciar o sexismo de maneiras bastante distintas, e assim por diante. A interseccionalidade lança luz sobre esses aspectos da experiência individual que podemos não perceber. (Bilge e Collins, 2020, p. 31-32)

Para complementar esta discussão, pode-se acrescentar uma reflexão acerca de como os primeiros feminismos restringiam a participação efetiva de mulheres negras em seus movimentos. Este fato constata, com efeito, esse domínio interpessoal, pois demonstra que o patriarcalismo e o racismo estabelecem maneiras distintas de vivências para cada figura. Neste sentido, ainda pensando sobre a ida de Mommy ao dentista, questiona-se se o dentista teria sido tão arrogante com um homem negro, pois a figura masculina negra talvez conseguisse impor certo receio no profissional, já que, em termos físicos, homens se sentem mais confortáveis e seguros diante de mulheres. Gerda Lerner (2019), na obra *A criação do patriarcado*, estabelece uma longa discussão sobre as convenções sociais impostas sobre as figuras femininas e masculinas, tentando, a partir disso, compreender como se perpetuaram sobre os homens a visão de “herói” e sobre a mulher a imagem de uma figura marginalizada e irrelevante para a construção e evolução do mundo. Neste sentido, ainda nos primeiros momentos da obra, Lerner discute sobre como certas personificações impostas para estes dois corpos considerados

totalmente distintos foi importante para que se preservasse a ideia de que o homem é mais forte e, portanto, merece ser “mais respeitado” do que as mulheres, que são apenas um apêndice do ser masculino:

O homem vai à guerra, sai para caçar e pescar, obtém matéria-prima para a alimentação e as ferramentas necessárias para isso. A mulher cuida da casa e da preparação dos alimentos e do vestuário, cozinha, tece e costura. Cada um é mestre no próprio campo de trabalho: o homem na floresta, a mulher na casa. (Lerner, 2019, p. 46)

As atividades masculinas eram consideradas mais difíceis, mais determinantes para a família, e, dessa forma, eles passaram a serem vistos como “líderes” do ambiente familiar e da sociedade como um todo:

Com o desenvolvimento do Estado, a família monogâmica virou a família patriarcal, na qual o trabalho doméstico da mulher “tornou-se um serviço privado; a esposa virou a principal criada, excluída de toda participação na produção social”. [...] O homem assumiu o comando também em casa; a mulher foi degradada e reduzida à servidão; tornou-se escrava do prazer do homem e mero instrumento de reprodução. (p. 47)

A construção do sistema patriarcal influenciou as sociedades contemporâneas, e mesmo quando se trata de grupos marginalizados – como é o caso da comunidade negra – este patriarcado ainda reverbera e se sobrepõe, fazendo com que as relações de gênero assumam um certo destaque quando se precisa decidir quem merece respeito – embora mínimo – os homens negros ou as mulheres negras. Neste sentido, constata-se que mesmo o homem negro sendo subjugado pela raça, na situação vivida por Maya e sua avó, muito provavelmente um homem negro não fosse tratado de forma tão vexatória, uma vez que as figuras masculinas tendem a respeitar mais os homens do que as mulheres.

As relações se estruturam diante de construtos sociais determinantes para estabelecer o poder sobre algumas minorias. Entretanto, as lutas dessas minorias cometem um equívoco ao se delimitar tanto em seus grupos e não se permitirem refletir sobre problemas “externos” que influenciam diretamente na discriminação de parte dos integrantes desses movimentos. A interseccionalidade promove discussões múltiplas dentro dos movimentos feministas, fugindo não somente da cisgeneridade branca heteropatriarcal, como também contemplando as diversas formas de existir e de sentir-se mulher de cada uma.

Entretanto, a interseccionalidade, quando aplicada às ideias feministas, também apresenta falhas por não conseguir abranger todas as formas de opressões existentes e, por isso, necessita estar constantemente se readaptando e refletindo sobre suas práticas para não cometer os mesmos erros dos primeiros feminismos. Um exemplo dessa necessidade de autorreflexão é

a história de Frances Beal, que em 1969 publicou o ensaio *Double Jeopardy: To Be Black and Female*, em Nova York. Neste trabalho, a intelectual argumenta sobre as violências vivenciadas por mulheres serem fundamentadas, principalmente, nos sistemas capitalistas, raciais e de gênero, introduzindo as ideias interseccionais que refletem justamente as conexões entre as formas de opressão. Beal afirma que:

É inútil imaginar as mulheres negras simplesmente cuidando de seus lares e de seus filhos segundo o modelo branco de classe média. A maioria das mulheres negras tem de trabalhar para ajudar a alojar, alimentar e vestir a família. As mulheres negras representam uma porcentagem substancial da força de trabalho negra, e isso é verdade tanto para a família negra mais pobre quanto para a suposta família negra de “classe média”. [...] As mulheres negras nunca tiveram acesso a esse luxo falso. Ainda que nos tenham deixado intimidar por essa imagem branca, a realidade dos trabalhos degradantes e desumanizantes a que fomos relegadas dissipou rapidamente essa miragem de “feminilidade”. (Bilge e Collins, 2020, p. 100)

De acordo com as afirmações de Beal, vistas anteriormente, um dos aspectos que diferenciam a vivência da mulher negra e da mulher branca é o fato de que a necessidade de trabalhar sempre esteve estritamente ligada às mulheres pretas, uma vez que elas não tinham a opção de não trabalhar, pois não tinham o “privilégio” patriarcal de se tornarem donas de casa ou esposas sustentadas pelos maridos. Mas, o trabalho destinado às mulheres negras sempre foi braçal e pouco valorizado. Por causa dessa direta associação e imposição do trabalho à negra, seja ele doméstico ou no campo, tantos outros aspectos de sua vida foram anulados ou muito dificultados. Questões frequentemente impostas à figura feminina (como feminilidade, delicadeza, casamento, maternidade, dependência, etc.) não eram válidos para essa figura feminina marginalizada, pois não condiziam com o papel lucrativo que a escravidão e o período pós-abolicionista impunham às pessoas negras. Reflete-se, assim, que a “luta pelo direito ao trabalho”, empreendido por feministas desde o século XIX, nunca foi uma luta por qualquer trabalho e sim por trabalhos que somente homens brancos podiam executar, já que trabalhos braçais já eram exercidos por mulheres, mas somente por mulheres negras, e a estas a maioria das mulheres brancas não queriam equivalência. Esta realidade era vivenciada por Pauline não apenas na vida adulta, mas enquanto ainda era jovem, precisava praticar os afazeres domésticos enquanto a mãe trabalhava fora de casa:

Pauline plantava flores e ali dentro criavam algumas galinhas. [...] A sra. Williams arrumou um emprego como arrumadeira e cozinheira de um pastor branco que morava do outro lado da cidade, e Pauline, agora a garota mais velha da casa, assumiu os cuidados do lar. Mantinha a cerca em ordem, firmando as estacas pontudas em pé e amarrando-as com pedaços de arame, recolhia ovos, varria, cozinhava, lavava e cuidava das duas crianças mais

novas — gêmeos chamados Chicken e Pie, que ainda iam à escola. Ela não só era boa dona de casa como gostava do que fazia. (Morrison, 2009, p. 82-83)

Como observado, Pauline sempre foi confrontada com essa realidade em que a mulher preta precisava desenvolver trabalhos para que conseguisse sobreviver, ela não tinha a opção de esperar que o marido a sustentasse, sem qualquer outra preocupação. Na maioria dos casos, tanto o pai quanto a mãe precisavam trabalhar para que conseguissem viver com o mínimo de dignidade – mesmo não conseguindo efetivamente. Como visto na passagem acima, a sra. Williams trabalhava para um homem branco, que era o grupo racialmente privilegiado que sempre conseguia pagar por trabalhos domésticos, as pessoas negras sempre estavam na posição de subserviência; por isto, Pauline, ainda criança, era responsável pelos afazeres domésticos de casa, corroborando com as análises de que a mulher negra não tinha a opção de não trabalhar, esta era uma necessidade, fato que ocorria seja no próprio lar – como Pauline –, seja para outras famílias – como a sra. Williams.

Dessa maneira, a luta por “direito ao trabalho” era para que mulheres como a mãe de Pauline tivessem oportunidades mais amplas de emprego, além daqueles que elas eram frequentemente designadas; somente na reformulação desse cenário, em que o capitalismo influencia diretamente, é que seria possível que as mulheres experienciassem uma nova realidade de vida, menos sofrida e mais digna, pois, como observado, Pauline não tinha a oportunidade de viver a própria juventude, pois deveria se preocupar com os trabalhos domésticos para que a mãe pudesse trabalhar, enquanto que, se fosse uma família branca e rica, a mãe branca não precisaria trabalhar ou trabalharia em uma profissão escolhida, enquanto a filha também não precisaria exercer atividades que estivessem em desacordo com sua faixa etária.

Kimberle Crenshaw, no texto *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*, faz uma crítica justamente sobre como as mulheres negras são negligenciadas diante de padronizações femininas vistas como universais, mas que se adequam apenas às vivências das mulheres brancas. A partir disso, há uma falha nos movimentos feministas que falam em nome de todas as mulheres, mas que não representam, de fato, essa maioria, uma vez que a mulher negra estava mais próxima de ser associada ao homem do que aos critérios femininos que as definissem como mulheres, não porque não queriam, mas porque a sociedade racializada não permitia que ideais como doçura, passividade, incapacidade, entre outros critérios, fossem importados a elas para que fossem consideradas mulheres em absoluto:

O valor da teoria feminista para mulheres pretas é diminuído porque evolui de um contexto racial branco que é raramente reconhecido. Não são apenas as mulheres de cor que são de fato negligenciadas, mas a exclusão delas é reforçada quando mulheres brancas falam para e como mulheres. [...] Quando a teoria feminista tenta descrever as experiências de mulheres através da análise do patriarcado, da sexualidade ou em esferas ideológicas separadas, ela frequentemente negligencia o papel da raça. [...] Consequentemente, a teoria feminista permanece branca, e o potencial para ampliar e aprofundar as análises sobre mulheres não privilegiadas continua irrealizado. (Crenshaw, 1989, p. 154, tradução nossa)⁵

A interseccionalidade tenta deslegitimar as violências que se transpõem sobre mulheres não padrões, sendo possível, a partir disso, desmistificar certas ideias homogeneizadoras sobre discriminações raciais e sexistas que impedem a mulher negra de ocupar um lugar adequado na sociedade, uma vez que ela está sempre reclusa a um lugar subalternizado. Este frequente cenário é retrato de uma sociedade que descredibiliza a existência da figura feminina negra que concentra em si as camadas mais evidentes de marginalização social quando confrontada com

as violências sofridas por outras mulheres de pele clara. Por isso, a teoria interseccional não tenta apenas abranger grupos minoritários, mas busca alternativas que exponham e causem reflexões acerca de discursos que estimulam a homogeneização social, como se mesmo no interior destes grupos oprimidos não houvesse contrastes nas experiências sociais marcadas pelas particularidades de cada sujeito.

Os movimentos feministas identificaram que o maior obstáculo para a efetiva participação da mulher na sociedade era o patriarcalismo, que consiste, principalmente, no privilégio e na superioridade do homem branco, entretanto, não houve a necessária problematização de segregações que pudessem ocorrer dentro do próprio movimento feminista sobre mulheres que, mesmo desprivilegiadas pelo sexismo arraigado socialmente, eram privilegiadas por outras questões, sejam raciais ou classistas. Além disso, as principais líderes desses movimentos eram justamente brancas elitizadas, inviabilizando, com efeito, a conscientização das outras integrantes sobre a necessária discussão das respectivas políticas ideológicas.

⁵ The value of feminist theory to Black women is diminished because it evolves from a white racial context that is seldom acknowledged. Not only are women of color in fact overlooked, but their exclusion is reinforced when white women speak for and as women. [...] When feminist theory attempts to describe women's experiences through analyzing patriarchy, sexuality, or separate spheres ideology, it often overlooks the role of race. [...] Consequently, feminist theory remains white, and its potential to broaden and deepen its analysis by addressing non-privileged women remains unrealized. (Crenshaw, 1989, p. 154)

A inalterabilidade do feminismo branco, movimento antirracista e instâncias de direitos humanos, se deve ao fato destes, absolutamente, encontrarem dificuldades metodológicas práticas na condução das identidades interseccionais. Sensibilidade analítica – a interseccionalidade impede reducionismos da política de identidade – elucida as articulações das estruturas modernas coloniais que tornam a identidade vulnerável, investigando contextos de colisões e fluxos entre estruturas, frequência e tipos de discriminações interseccionais. (Akotirene, 2019, p. 35)

O fato de as mulheres brancas não perceberem que era mais urgente lutar pela ressignificação da mulher negra no mundo indica que não havia a empatia com essa figura marginalizada. A luta pelos direitos das mulheres negras sempre ficaria para “depois”, pois não era, de fato, importante para pessoas que pertenciam a uma parte privilegiada da sociedade, como foi bem exemplificado na obra *O olho mais azul*, ao retratar a relação entre Pauline e sua patroa, a sra. Fisher. Embora as mulheres brancas conquistassem seu espaço no mundo, a mulher negra continuaria subalternizada, evidenciando de forma ainda mais concreta que algumas pessoas não-racializadas, sempre que puderem, estarão dispostas a manter o poder de dominação.

Sendo assim, é essencial discutir e introduzir nestes movimentos pautas que possam conscientizar a sociedade sobre os diversos tipos de violências sofridos pela mulher negra e por outras mulheres tornadas subalternas. Neste caso, a “interseccionalidade instrumentaliza os movimentos antirracistas, feministas e instâncias protetivas dos direitos humanos a lidarem com as pautas das mulheres negras” (Akotirene, 2019, p. 37), uma vez que mulheres brancas sempre estiveram incluídas nos movimentos feministas, assim como homens negros sempre estiveram incluídos em movimentos antirracistas, em contrapartida, a posição secundária da mulher negra a fazia ser vista como não totalmente relevante por esses dois princípios de lutas sociais que deveriam ampará-la.

Bilge e Collins (2020) argumentam sobre como a origem do feminismo como movimento social é deturpada e colada apenas no “currículo” de mulheres brancas, embora mulheres negras tenham uma bagagem histórica de luta que não é igualmente levada em consideração e caracterizada como “feminismo”. Um dos exemplos utilizados pelas autoras são as mulheres indígenas que lutaram contra os colonizadores quando estes chegaram nas “Américas”, dessa maneira, a resistência de mulheres indígenas no contexto da colonização colocá-las-iam em uma posição de relevância histórica para os movimentos feministas, entretanto, são fatos que não são amplamente abordados e debatidos nas descrições históricas, uma vez que apenas a luta de mulheres brancas é colocada como “primeiros feminismos”. Ao descentralizar os fatos históricos sobre os feminismos praticados por mulheres brancas, elas não ocupariam, sozinhas, o centro das discussões e análises históricas que frequentemente são

pautadas quando se fala sobre o surgimento das lutas feministas, ao contrário disso, elas dividiriam essa base histórica com outras representações femininas, de diversificadas características sociais e fenotípicas.

Além disso, a ideia de que o feminismo negro surgiu a partir e por causa do feminismo branco descaracteriza a existência da mulher negra, que teve representações desde o período escravagista, quando mulheres escravizadas e intelectuais proferiam discursos contra o patriarcado e o racismo, como é o caso de Truth, que em 1867, com um discurso intitulado *Keeping the Thing Going While Things Are Stirring*, expôs que a mulher negra não era acolhida pelo homem negro que compartilhava com ela as dores que a discriminação racial proporcionou para ambos:

Há uma grande comoção com respeito aos homens de cor conquistando seus direitos, mas nem uma palavra é dita sobre as mulheres de cor; e se os homens de cor conseguirem seus direitos, mas as mulheres de cor não conseguirem os delas, percebam que os homens negros serão superiores às mulheres, e isso será tão nocivo quanto era antes. (*Apud Davis, 2016, p. 98*)

Truth demonstra que as intelectuais mais antigas, embora fossem minorias, percebiam que não eram figuras centrais nas pautas desses movimentos, e que, em todos os casos, não seriam beneficiadas em casos de conquistas de direitos de algum dos lados. No discurso *Ain't I Woman?*, citado no capítulo anterior, pode-se identificar a consciência de Truth em relação à clara tentativa de outras mulheres em deslegitimar a presença de negras por não se encaixarem nos padrões raciais-étnicos. Truth, de uma maneira muito clara e acessível, desconstrói os argumentos mais comuns utilizados para desmoralizar a representação da figura feminina na sociedade. A intelectual conseguiu expor que ela, mesmo também sendo mulher, possuía receptividade social diferente de pessoas fenotipicamente mais valorizadas, desse modo, expôs a contradição do patriarcalismo e do feminismo seletivo.

É importante também pontuar que estas exclusões dentro de movimentos sociais era apenas o reflexo da própria sociedade, que reproduzia estas práticas no cotidiano. Um exemplo disto é a marginalização de muitos homens negros contra mulheres negras. Embora ambos sofressem a marginalização racial, para a mulher era ainda mais difícil por ter que conviver com o peso do machismo que a fazia ser duplamente inferiorizada, sendo assim, mesmo o homem negro compartilhando das mesmas dores raciais da mulher negra – não na mesma proporção – , ele ainda poderia se sobrepor diante dessa figura feminina, ao colocar a própria virilidade em evidência. Um exemplo disto é que em *O olho mais azul*, Pauline narra momentos em que ocorre sexo não consensual entre ela e Cholly:

Mas não é mais desse jeito. Quase sempre ele tá socando dentro de mim antes de eu acordar e já terminou quando eu acordo. No resto do tempo eu nem aguento ficar perto dele, bêbado e fedorento. Mas eu não ligo mais pra isso. O meu Criador vai cuidar de mim. Eu sei. Vai sim. Eu sei que Ele vai. E depois, não faz nenhuma diferença nesta terra. Eu tenho certeza que existe uma glória. A única coisa que às vezes me dá saudade é o arco-íris. Mas, como eu disse, eu já nem lembro dele muito bem. (Morrison, 2009, p. 95)

Esta passagem é uma demonstração de como é retratada a opressão de homens negros sobre mulheres negras. Cholly, por ser casado com Pauline, acredita que tem posse sobre o corpo da esposa, tratando-a como objeto sexual, ele pratica um estupro, uma vez que não houve consentimento da parte da mulher; ao mesmo tempo, é possível identificar a conformação da parte feminina de que realmente o outro tem domínio sobre seu corpo, pois ela não problematiza esta questão, apenas aceita a ação.

Além disso, é possível fazer uma reflexão sobre como a falta de amor-próprio de Pauline perpassa, também, pela falta de amor do outro sobre ela, uma vez que o próprio marido a enxerga apenas como um objeto de prazer. De certa maneira, o patriarcado também estabelece que a mulher necessita que o marido a veja com amor e bonita para que ela se sinta realizada. Embora seja importante a autossuficiência debatida pelo feminismo, Pauline não possui essa consciência feminista, logo, a falta de beleza pregada pelos padrões ocidentais afeta a relação deste casamento, pois impõe também a falta de admiração, amor e cuidado de Cholly com Pauline, ele não a vê como uma mulher bonita e que mereça ser valorizada, desse modo, seu corpo é apenas um objeto de prazer sexual que ele tem o direito de utilizar por ser o marido, sem qualquer tipo de consentimento, pois é de posse dele.

A interseccionalidade política, abordada por Crenshaw, abrange justamente essas assimetrias em movimentos sociais. Segundo a autora, a mulher negra se situa nas posições mais desconfortáveis entre os demais grupos subjugados, haja vista que ela precisa incluir-se em, pelo menos, dois grupos subalternizados (raça e gênero). Além de precisar subdividir a resistência entre mais de uma luta, a mulher negra nem sempre é integralmente incluída nas pautas, uma vez que há personalidades sociais que adquirem seus lugares como sujeitos, conseqüentemente, impondo e reafirmando o lugar da mulher negra como o outro absoluto, não sendo possível legitimar sua significância em qualquer um destes ambientes. No trecho abaixo, sobre mulheres negras idosas, é possível identificar como a mulher negra está situada na base da pirâmide:

Todo mundo podia lhes dar ordens. As mulheres brancas diziam “Faça isso”. As crianças brancas diziam “Me dá aquilo”. Os homens brancos diziam “Venha cá”. Os homens negros diziam “Deita”. As únicas pessoas de quem não precisavam receber ordens eram as crianças e as outras mulheres negras.

Mas elas pegaram tudo isso e recriaram à sua própria imagem. Administravam a casa dos brancos, e sabiam disso. Quando os brancos espancavam os seus homens, elas limpavam o sangue e iam para casa receber maus-tratos da vítima. Batiam nos filhos com uma mão e com a outra roubavam para eles. (Morrison, 2009, p. 100)

A supremacia branca e o sexismo não permitiam que as mulheres fossem vistas pela perspectiva de sujeitos, pelo contrário, estavam sempre abaixo de qualquer outra figura e vistas como objetos para que estivessem em eterna posição de subserviência. No trecho acima, observa-se como as mulheres negras não conseguiam se situar de maneira digna diante de nenhum contexto, pois, em todos os casos, não havia recepção positiva. Elas eram as figuras que cuidavam de todos: na maior parte do tempo estavam se dedicando às famílias brancas, praticamente assumindo uma nova personalidade, uma vez que faziam todos os afazeres domésticos sem a mesma rispidez de quando estava em seu próprio lar; então, cuidavam da casa, dos patrões e dos filhos dos patrões, enquanto recebiam diversas explorações. Ao chegar em casa, elas lidavam com o marido que, ao também sofrer com a falta de justiça social frequente para homens negros, descarregava sua revolta na esposa e nos filhos.

Nesse contexto, a mulher negra, em posição de inferioridade diante destas situações, não conseguia se posicionar em nenhum dos casos, pois tinha consciência de que não era ouvida e nem respeitada, que seu lugar era o último em relação a todos os outros que estavam acima dela. Neste caso, ela tinha apenas um grupo de pessoas em quem podia desafogar todo o acúmulo de estresse: os próprios filhos. Por isso, diante de tantas humilhações, Pauline não sabia reproduzir aos filhos o mesmo amor que reportava no trabalho, sendo isso um resultado das próprias experiências, haja vista que a pessoa negra não recebia amor e acolhimento na maioria das vezes, sendo muito difícil reproduzir sentimentos que nunca lhe foram compartilhados. Todos esses comportamentos duros e rígidos eram marcas deixadas pelo período escravagista, da extrema agressividade vivenciada pela hierarquização entre os senhores de fazendas e os escravizados. Há uma passagem que menciona como era para a mulher negra viver para cuidar de pessoas brancas, sem nunca poder executar o mesmo carinho com os seus descendentes:

Aí elas ficavam velhas. O corpo resmungava, seu cheiro azedava. Agachadas num canalial, curvadas numa plantação de algodão, ajoelhadas na margem de um rio, tinham carregado um mundo na cabeça. Tinham aberto mão da vida dos próprios filhos e cuidado dos netos. [...] Tinham idade suficiente para ficarem irritadas quando e onde quisessem, cansaço suficiente para antever a morte com prazer, desapego suficiente para aceitar a ideia da dor ao mesmo tempo que ignoravam a presença da dor. De fato, e finalmente, elas eram livres. E a vida dessas velhas negras era sintetizada em seus olhos — um misto de tragédia e humor, malícia e serenidade, verdade e fantasia. (Morrison, 2009, p. 101)

Destaca-se, primeiramente, que diante de tanto trabalho, as mulheres negras eram confrontadas com a impossibilidade de se adequarem aos padrões femininos que eram determinados pelo patriarcado. Esse trabalho extremo resultava, também, na impossibilidade dessas pessoas em viverem minimamente confortáveis, limitando-se apenas a sobreviver de forma dura. Ao atingirem a liberdade após tantos anos de luta, havia um certo alívio, como foi definido no livro pelas palavras “humor”, “serenidade” e “fantasia”, mas, também, havia a consciência de que não houve vida e de que não havia libertação, pois os traumas sempre se fariam presentes para fazê-las voltar ao passado, desse modo, a autora faz um contraste desses sentimentos positivos com outras emoções, que seriam a “tragédia”, “malícia” e “verdade”. No olhar delas havia todos estes sentimentos juntos, elas não poderiam, nunca, serem felizes efetivamente, mesmo após livres.

Por conseguinte, ressalta-se, ainda sobre o período de lutas contra a escravidão, o homem negro conduziu as ações dos movimentos antirracistas pautado em questões que privilegiavam o gênero masculino, pois o patriarcalismo ainda se fazia presente mesmo nesses grupos masculinos não caracterizados por fenótipos ocidentais; assim como as reivindicações feministas serão, primeiramente, abordadas por e a partir da mulher branca, pois ainda havia uma forte tendência em manter a dominação racial da branquitude. Os movimentos feministas elitizados não lutavam verdadeiramente contra o patriarcalismo e a favor das mulheres, as feministas intencionavam ocupar um lugar de igualdade em relação ao homem branco e em posição de superioridade às pessoas negras, sendo assim, elas consideravam possuir a mesma representação social da figura masculina branca, mas não no mesmo nível e, por isso, aspiravam essa conquista que não cabia à mulher negra.

A necessidade de dividir as energias políticas entre dois grupos, às vezes opostos, é uma dimensão de falta de poder interseccional que os homens não-brancos e as mulheres brancas raramente enfrentam. De fato, suas experiências específicas de raça e gênero, embora interseccionais, muitas vezes definem e limitam os interesses de todo o grupo. Por exemplo, o racismo, tal como experimentado por pessoas não-brancas que pertencem a um gênero particular — o homem — tende a determinar os parâmetros das estratégias antirracistas, assim como o sexismo experimentado pelas mulheres de uma raça particular — branca — tende a fundamentar o movimento das mulheres. O problema não é simplesmente que ambos os discursos falham às mulheres não-brancas ao não reconhecer a questão “adicional” da raça ou do patriarcado, mas que os discursos são muitas vezes inadequados até mesmo às tarefas discretas de articular as dimensões completas do racismo e do sexismo. Como as mulheres não-brancas vivenciam o racismo de maneiras nem sempre as mesmas que as experimentadas por homens não-brancos e sexismo de maneiras nem sempre paralelas às experiências das mulheres brancas, o

antirracismo e o feminismo são limitados, mesmo em seus próprios termos. (Crenshaw, 1991, p. 1252, traduzido por Carol Correia, on-line, 2017)⁶

Este cenário evidencia que as desigualdades podem ser encontradas também dentro dos intragrupos, e que negar a existência da heterogeneidade é o primeiro passo para invalidar a participação de determinadas pessoas nas lutas contra as desigualdades. Assumir relações de superioridade e inferioridade dentro desses movimentos corrobora para os argumentos de subordinação que potencializam a marginalização da mulher negra. Esse feminismo homogêneo desestimula a reflexão sobre questões sociais que necessitam de debate e reconhecimento dentro dos próprios grupos que mobilizam determinadas pautas sociais. Se não há crítica e autoanálise para perceber a importância de cada um, conseqüentemente, existirão (des)privilégios impostos aos indivíduos que integram estes grupos de combate à opressão, não

havendo mudanças efetivas, apenas novas maneiras de se articular a opressão de determinadas pessoas.

Enquanto o feminismo branco não se autoanalisar ao ponto de não reconhecer os privilégios raciais intrínsecos à existência da mulher branca, não conseguirá lutar, efetivamente, pelas mulheres; lutará para combater a opressão patriarcal ao mesmo tempo em que tentará manter seus privilégios raciais. Talvez o maior equívoco do feminismo branco seja se intitular como um movimento que pauta as lutas de todas as mulheres, quando, na verdade, a mulher privilegiada por classe ou pelos fenótipos eurocêntricos é a principal temática desse processo. O cotidiano da mulher negra é enfrentar os efeitos das discriminações múltiplas que se interseccionam, ela não tem a opção de vivenciar uma só forma de violência, pois a sua vivência é subordinada às culturas discriminatórias perpetuadas na sociedade. Neste sentido, a mulher branca não tem autonomia para afirmar que luta pelas mulheres, pois a realidade da mulher negra está longe de se equiparar às vivências da elite branca:

Uma mulher branca que alega discriminação contra as mulheres talvez não esteja em melhor posição para representar todas as mulheres do que uma mulher preta que alega discriminação como uma mulher negra e quer representar todas as mulheres. A afirmação preferida do tribunal, “contra as

⁶ The need to split one's political energies between two sometimes opposing groups is a dimension of intersectional disempowerment that men of color and white women seldom confront. [...] For example, racism as experienced by people of color who are of a particular gender-male-tends to determine the parameters of antiracist strategies, just as sexism as experienced by women who are of a particular race-white-tends to ground the women's movement. [...] the discourses are often inadequate even to the discrete tasks of articulating the full dimensions of racism and sexism. Because women of color experience racism in ways not always the same as those experienced by men of color and sexism in ways not always parallel to experiences of white women, antiracism and feminism are limited, even on their own terms. (CRENSHAW, 1991, p. 1252)

mulheres”, não é, necessariamente, mais inclusiva, ela apenas parece ser, porque os contornos raciais da reivindicação não são especificados. (Crenshaw, 1989, p. 144, tradução nossa)⁷

Se caracterizar como um movimento que luta pela emancipação do corpo feminino, a partir da conceituação que comumente carrega o termo “mulher”, exclui totalmente as diversidades que este mesmo termo deveria carregar, sejam as diversidades corpóreas, étnicas, históricas, classistas ou fenótipos. “Ser mulher”, ainda nos dias atuais, infelizmente, é recorrentemente associado às brancas, pois é a branquitude que a sociedade aprendeu a colocar em primeiro plano sempre; em contrapartida, para se referir às mulheres negras, utiliza-se sempre um termo agregador. Do mesmo modo, o termo “feminismo” sempre nos faz lembrar desse feminismo homogêneo e elitista, sendo necessário, portanto, agregar o termo “negro” para que se especifique um movimento de gênero diferente do que a sociedade está recorrentemente habituada.

A interseccionalidade pode ajudar a enxergarmos as opressões, combatê-las, reconhecendo que algumas opressões são mais dolorosas. Às vezes oprimimos, mas às vezes somos opressores. Concordo que racismo, por ser estrutura de poder, é intransferível de negro contra o branco, por isso que o negro, para discriminar, precisa de poder racial assegurado exclusivamente quando ele está fardado, representando a instituição, não a si próprio. Contudo, a branquitude continua dirigente. (Akotirene, 2019, p. 57)

Neste sentido, a mulher negra não era socialmente aceita como pertencente ao gênero feminino, uma vez que os direitos femininos não eram discutidos a partir da perspectiva de que mulheres racialmente inferiorizadas necessitavam de mais urgência em mudanças sociais do que mulheres brancas, de modo geral. Desse modo, *Ain't I a woman?* expôs os diversos “privilégios” sociais concedidos às mulheres brancas que não eram igualmente concedidos às mulheres negras, sendo a escravidão e a exploração do corpo feminino negro as maiores provas dessa desigualdade; além disso, também expôs, de forma indireta, que a tentativa em abolir a escravidão de maneira efetiva ocorria apenas na teoria, pois, a mulher negra continuaria ocupando posições segregadas da sociedade.

Em *O olho mais azul* é muito claro como a comunidade de Pecola tenta invalidar a existência de mulheres e crianças negras quando, por exemplo, o colorismo atua na valorização

⁷ A white woman claiming discrimination against females may be in no better position to represent all women than a Black woman who claims discrimination as a Black female and wants to represent all females. The court's preferred articulation of "against females" is not necessarily more inclusive-it just appears to be so because the racial contours of the claim are not specified. (Crenshaw, 1989, p. 144)

de meninas com pele mais clara e na desvalorização de meninas com pele escura. Sobre isso, Alice Walker cunhou o termo “colorismo”, na década de 1980, para explicar como o conceito de negritude pode ser mais ou menos opressor de acordo com o tom de pele das pessoas ou traços mais ou menos europeus. Embora ambas as situações envolvam pessoas pretas, o racismo é tão estrutural que atinge até mesmo integrantes desse grupo oprimido; isso é evidenciado na obra quando as pessoas negras – principalmente meninas – consideradas mais bonitas são aquelas que possuem traços característicos do eurocentrismo e, conseqüentemente, são tratadas como “brancas”. Desta maneira, elas conseguem se desvencilhar da desmoralização diária a qual pessoas negras de pele mais escura estavam submetidas.

Diante desse cenário colorista que compõe a comunidade em questão, estas mesmas pessoas com pele mais clara incorporam esse privilégio “branco” que é parcialmente concedido a elas, passando a agir conforme a mesma supremacia ocidental e capitalista. Isto pôde ser evidenciado com Maureen Peal, como já analisado aqui, que embora também fosse afrodescendente, não conseguia perceber a própria identidade diante de uma sociedade que ridicularizava a invalidava a existência de pessoas com pele escura; por que Maureen se colocaria nesse lugar de marginalização extrema quando havia um lugar de privilégio reservado a ela? Nesse sentido, evidencia-se como é importante que as pessoas negras, seja qual for seu tom de pele, conheçam a própria história e possam, a partir disso, reconhecer a identidade racial da qual fazem parte. A forma como a personagem reconhece sua própria identidade e também a maneira como os outros a recepcionam pode ser analisado a partir do *domínio interpessoal do poder*, em que Bilge e Collins consideram que embora uma pessoa se situe em determinada posição subjugada, isso não a faz reconhecer as demais opressões vivenciadas ao seu redor, uma vez que se tratam de ações cotidianas que, conseqüentemente, se naturalizam nestas relações de poder:

Esse poder molda identidades interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade, nação e idade que, por sua vez, organizam as interações sociais. A interseccionalidade reconhece que a percepção de pertencimento a um grupo pode tornar as pessoas vulneráveis a diversas formas de preconceito, mas, como somos simultaneamente membros de muitos grupos, nossas identidades complexas podem moldar as maneiras específicas como vivenciamos esse preconceito. (Bilge e Collins, 2020, p. 31)

Para Maureen, possuir uma pele mais clara a caracteriza como superior em relação as meninas de pele mais escura, isso porque as relações intragrupo são determinadas por conceitos hierarquizados, determinando que as opressões ocorram em maiores ou menores níveis ao levar em consideração as características de cada indivíduo. Mesmo que o racismo seja um fator efetivo para Maureen – uma vez que ela não é realmente branca –, ela experimenta essa

discriminação de maneira diferente, pois os critérios se modificam e determinam como ocorrerá esta experiência no cotidiano das pessoas que se incluem em grupos oprimidos. Este conceito também justifica os significados personificados nas representações raciais que determinam a homogeneização branca nos movimentos feministas, pois, embora as mulheres mantenham relação de reciprocidade biológica ou de gênero, o empoderamento no interior desses movimentos diverge de acordo com a valorização vivenciada pela mulher branca e a desvalorização imposta na figura negra.

Outro momento que evidencia o colorismo na obra ocorre com a personagem Geraldine, que embora seja negra, não se reconhece desta maneira pois possui a pele menos retinta. Em uma constante tentativa de demonstrar desprezo por pessoas afrodescendentes, ela reafirma sua superioridade a todo instante, como se quisesse cada vez mais se distanciar de qualquer semelhança que pudesse ter com a negritude – uma vez que, mesmo tendo a pele mais clara, era visível que não se igualava aos brancos por causa da diferença no tom de pele – deste modo, ela educa, inclusive, seu filho com discursos extremamente racistas:

Geraldine, Louis, Júnior e o gato moravam ao lado do pátio da escola Washington Irving. Júnior considerava o pátio como seu, e os outros garotos tinham inveja da sua liberdade de dormir até mais tarde, ir almoçar em casa e dominar o pátio depois das aulas. Ele odiava ver vazios os balanços, escorregadores, barras fixas e gangorras, e tentava fazer os meninos ficarem por ali o máximo possível. Meninos brancos; a mãe não gostava que ele brincasse com pretinhos. Ela lhe havia explicado a diferença entre mulatos e pretos. Era fácil identificá-los. Os mulatos eram limpos e silenciosos; os pretos eram sujos e barulhentos. Ele pertencia ao primeiro grupo: usava camisas brancas e calças azuis; cortava o cabelo o mais rente possível para evitar qualquer sugestão de carapinha e a risca era desenhada pelo barbeiro. No inverno a mãe passava loção Jergens no rosto dele para que a pele não ficasse cinzenta. Embora fosse clara, a pele podia ficar cinzenta. A linha entre mulato e preto nem sempre era nítida; sinais sutis e reveladores ameaçavam erodi-la e era preciso estar constantemente atento. (Morrison, 2009, p. 65)

O intenso esforço da mulher para estar sempre associada às cores brancas ou claras demonstra que, para ela, estas cores eram sinônimos de limpeza e pureza, algo que é frequentemente associado às pessoas brancas, que são consideradas limpas, bondosas, ingênuas, desse modo, a mãe tenta de todas as formas se aproximar o máximo possível do padrão estético branco. Isso fica explícito quando ela afirma para o filho que as crianças pretas não eram limpas, não isso não refletia de fato o nível de higienização dos meninos pretos, apenas reafirma a preconceção de que a cor preta – inclusive pessoas pretas – está frequentemente associada a questões negativas. Quanto mais preto fosse, menos voz e espaço teriam; quando mais claro

fosse, teriam mais voz, espaço, respeito e autonomia para praticar o preconceito. Outro momento que demonstra o colorismo em *O olho mais azul* é quando Geraldine encontra Pecola:

Olhou para Pecola. Viu o vestido sujo rasgado, as tranças espetadas na cabeça, o cabelo emaranhado nos pontos onde as tranças estavam desfeitas, os sapatos enlameados com um chiclete aparecendo por entre as solas baratas, as meias sujas, uma das quais engolida pelo calcanhar do sapato. Viu o alfinete de gancho prendendo a barra do vestido [...] A vida toda tinha visto aquela menina. [...] Cabelo despenteado, vestidos rasgados, sapatos desamarrados e empastados de sujeira. Elas a haviam fitado com grandes olhos incompreensivos. Olhos que não questionavam nada e perguntavam tudo. Sem piscar, despidoradamente, elas a fitavam. Tinham nos olhos o fim do mundo, o começo e todo o vazio entre uma coisa e outra. (Morrison, 2009, p. 68)

Neste encontro há um paralelo entre tudo que Geraldine tenta não ser ou esconder enquanto pessoa negra, e tudo que ela aparenta. Ela enxerga em Pecola todas as ideias negativas que faz questão de impor à comunidade negra e que, de certa maneira, é um fantasma para ela, que tenta a todo instante fugir dessa imagem negativa da feiura e da sujeira que estão constantemente associando aos pretos. Não há como crucificar as ideias de Geraldine, que tenta utilizar o artifício do colorismo para fugir das marginalizações e da exclusão que frequentemente assombram pessoas não-padrões. A repugnância que a personagem sente pela estética de Pecola é, de certa maneira, o medo que sente em sofrer tudo que a menina vive. No momento em que a narrativa revela o olhar de quem “não questionava nada, mas perguntava tudo”, também evidencia a profundidade de sentimentos existentes no olhar de Pecola, demonstrando que ela sabia que não podia questionar tudo de negativo que acumulava na própria existência, mesmo assim, era evidente que ela se perguntava o porquê era daquele jeito, o porquê a sua presença era tão negativa para as pessoas, mas essas perguntas se internalizavam nela mesma, por isso seu olhar era tão forte; ninguém saberia responder Pecola, além disso, ninguém daria atenção à Pecola ou a meninas como Pecola. Seus olhos são vazios, sua existência é vazia, como se aguardasse apenas fim. O vazio, aqui, simboliza a invisibilização de meninas pretas, pobres, não amadas como Pecola.

Em *Eu sei porque o pássaro canta na gaiola*, também é possível identificar esse colorismo em diversas situações, uma delas é o fato de a admiração estética de Marguerite pela mãe e pelo irmão ser justificada pelas duas figuras possuírem peles mais claras, em contrapartida, ela era uma menina com pele escura. A jovem demonstra ter consciência de que não era considerada bonita e, além disso, não se intimida em falar sobre a beleza da mãe e do irmão:

A beleza da minha mãe me massacrou. Os lábios vermelhos (Momma dizia que era pecado usar batom) se abriram e exibiram dentes brancos retos, e sua cor de manteiga fresca parecia transparente de tão limpa. [...] Soube imediatamente por que ela me mandou para longe. Ela era linda demais para ter filhos. Eu nunca tinha visto uma mulher tão linda quanto a que se chamava “Mãe”. Bailey, por sua vez, se apaixonou instantaneamente e para sempre. [...] Eles eram mais parecidos do que ela e eu, ou mesmo ele e eu. Os dois tinham beleza física e personalidade, então concluí que fazia sentido. (Angelou, 2018, p. 56)

Observa-se que o ideal de beleza e o colorismo influenciam na (auto) desvalorização de pessoas que não se incluem nestes padrões. Maya sente-se extremamente deslocada na relação entre Bailey e a mãe, por acreditar que eles correspondem ao mesmo nível de beleza, enquanto ela, uma menina negra com traços étnicos não-ocidentais, não se adequa na relação de afeto estabelecido à primeira vista entre o irmão e a mãe. Por estar acostumada a conviver com pessoas fenotipicamente valorizadas pelo eurocentrismo e que, conseqüentemente, desvalorizam a beleza negra que Maya personifica, a menina, então, acredita que a mãe também valorizará mais aquele que é esteticamente mais aceito pela sociedade, neste caso, ela não acredita que deva exigir o mesmo carinho que o irmão receberá, pois, habitualmente, ela está condicionada a ser inferiorizada ou colocada em segundo plano pelos demais.

Este pensamento se assemelha à insatisfação que Truth articulou em seus discursos, evidenciando a conscientização que tomou em relação ao papel secundário no qual frequentemente as pessoas negras eram situadas. Grada Kilomba, em *Memórias da Plantação* (2019), apresenta uma discussão acerca de como ocorre a invalidação de cor para a comunidade negra. Diante do histórico escravagista que colocou o negro como um ser inferiorizado, todas as suas características étnicas são vistas por um viés negativo, por esse motivo, há uma tentativa de invalidar ou modificar estas particularidades:

Tais confissões ambivalentes previnem que pessoas brancas sejam confrontadas, em suas vidas cotidianas, com a realidade de pessoas negras e com as formas pelas quais percebemos, experienciamos e sentimos essa realidade. Além disso, elas também impedem o sujeito branco de ter de lidar com o desconfortável fato de que as diferenças existem e que essas diferenças surgem através do processo de discriminação. Nesse momento de revelação, o sujeito branco diz, repentinamente, ao sujeito negro que este é incolor: “Bom, mas para mim, você não é negra!” (Kilomba, 2019, p. 75)

A valorização do fenótipo ocidental promove certo desprezo pelos traços étnicos de pessoas afrodescendentes. Diante disso, há uma incorporação do que pode ser caracterizado como feio/estranho e bonito/aceitável, essa ideologização é tão efetiva que reflete até mesmo nos integrantes da comunidade negra que passam a se desvalorizar e a valorizar traços étnicos eurocêntricos. Por esse motivo, quando o branco tem o confronto com uma pessoa negra e com

a explicitação dessa raça e dos fenótipos que acompanham esta comunidade, este ser ocidental é condicionado, implicitamente, a invisibilizar todas as características daquele outro, na tentativa de dissimular as diferenças existentes e decorrentes de uma discriminação histórica. Em relação à obra, Maya incorpora este desprezo e essa invalidação pelas suas características, pois a cultura estética não permite que ela valorize seus traços; em contrapartida, ela consegue validar a beleza da mãe e do irmão por eles serem, esteticamente, mais próximos da padronização ocidental.

Outra passagem que indica a influência do colorismo nas relações intragrupo da comunidade negra é quando é narrada a atuação da família de Maya na cidade. Ao passar a morar com a mãe, a menina percebe o quanto sua família é temida na cidade, além de possuírem influência na polícia, o que causava uma série de benefícios para eles, uma vez que eles nunca eram repreendidos nem por brancos e nem por negros, não importando qual o episódio de agressão protagonizado: “Admito que ficava empolgada com a maldade deles. Eles batiam em brancos e Negros com a mesma dedicação” (Angelou, 2018, p. 61). Certo dia, os homens da família agrediram um homem negro que havia xingado a mãe de Maya:

Eles foram até o bar onde Patterson estava bebendo a uma mesa pequena. Tio Tommy ficou na porta, tio Tutti se posicionou na porta do banheiro, e tio Ira, que era o mais velho e talvez o exemplo de todo mundo, andou até Patterson. Eles estavam todos carregando armas, obviamente. Tio Ira disse para a minha mãe: “Aqui, Bibbi. Aqui está esse crioulo Patterson. Venha aqui e dê uma surra nele”. Ela bateu na cabeça do homem com um cassetete de policial com força suficiente para deixá-lo à beira da morte. Não houve investigação policial nem reprovação social. Afinal, o vovô não encorajava os temperamentos explosivos e a vovó não era uma mulher quase branca que tinha influência na polícia? (Angelou, 2018, p. 60)

Neste caso, o colorismo interfere na maneira como esta família é temida na cidade. Primeiramente, é evidente na obra que a mãe de Maya é uma mulher negra com uma pele mais clara, por todas as descrições feitas sobre ela; neste sentido, considera-se que os irmãos também sejam negros com pele mais clara, uma vez que eles chamam Patterson de “crioulo”, em uma tentativa de se colocarem como superiores a ele. Deste modo, por mais que seja uma família de pessoas negras, eles possuem a mesma dificuldade de Maureen, de *O olho mais azul*, em se reconhecerem neste lugar étnico marginalizado socialmente, uma vez que se sentem superiores por possuírem a pele menos escura e por possuírem alguns traços característicos do ocidente – dessa forma, eles preferem se colocar fenotipicamente mais próximos dos brancos do que dos negros. Além disso, a avó, ao ser descrita como uma mulher “quase branca”, assume a posição de uma pessoa que está acima daqueles que possuem traços negros mais acentuados, pois esta régua do colorismo ajuda no nível de desvalorização sofrido por indivíduos de acordo com suas

características raciais. Uma prova disso é a influência que a avó possui na polícia, cujo fato seria muito menos provável caso ela fosse uma mulher mais retinta.

A interseccionalidade representacional idealizada por Crenshaw (1991) serve como meio de análise para compreender como a representação da mulher negra é perpetuada na sociedade a partir de imagens marginalizadas pela cultura social. Neste sentido, esta figura é cotidianamente posicionada ou representada em espaços de exploração tanto social quanto sexual, sendo esta posição de subordinação marcada como o seu lugar comum; diante disso, torna-se natural associar a mulher negra a questões de submissão, como se o corpo não-branco tivesse apenas a função de servir e satisfazer. Essa situação se torna ainda mais explícita quando a imagem da mulher branca não é igualmente associada aos cenários marginalizados que a negra é constantemente situada. Para validar estas ideias, Crenshaw utiliza o exemplo de um grupo de hip-hop, denominado *2 Live Crew*, presos em 1990 acusados de promover apologia à violação sexual de mulheres negras por meio das letras das músicas:

Ao contrário de Gates, há muitos que simplesmente não “ririam” depois de ouvir *2 Live Crew*. Fazemos um desserviço da questão para descrever as imagens das mulheres em *Nasty* como simplesmente “sexualmente explícitas”. Ouvindo *Nasty*, ouvimos falar de “bucetas” sendo “fodidas” até que a coragem esteja rachada, “bundas” sendo “arrebentadas”, “pintos” estragando gargantas e o sêmen salpicando nos rostos. As mulheres negras são “cunts”, “cadelas” e “vadias” de uso geral.

Este não é um mero *braggadocio*.⁸ Aqueles que estão preocupados com as altas taxas de violência de gênero em nossas comunidades devem estar preocupados com as possíveis conexões entre essas imagens e a tolerância à violência contra a mulher. (Crenshaw, 1991. p. 1285, traduzido por Carol Correia, on-line, 2017)⁹

De fato, há diversos problemas nas músicas do grupo, uma vez que reproduzem a imagem cultural da mulher negra associada à sexualidade. Para uma sociedade com raízes escravagistas, que pouco fez para se desvencilhar de um senso comum racista, este tipo de letra condiz com a representação da mulher negra para a sociedade, por este motivo, o grupo sentia-se confortável diante de músicas que colocavam a mulher negra neste lugar marginalizado de

⁸ Nota da tradução: Braggadocio é um tipo de rap em que o MC se gaba por demais e pode incluir temas como físico, capacidade de lutar, riqueza, proeza sexual ou frieza. Veja mais em: Edwards, Paul (2009). *How to Rap: The Art & Science of the Hip-Hop MC*. Chicago Review Press, ISBN 1-55652-816-7.

⁹ There are many who do not simply "bust out laughing" upon first hearing *2 Live Crew*. One does a disservice to the issue to describe the images of women in *Nasty* as simply "sexually explicit." Listening to *Nasty*, we hear about "cunts" being "fucked" until backbones are cracked, "asses" being "busted," "dicks" rammed down throats, and semensplattered across faces. Black women are "cunts," "bitches," and all-purpose "hos."

[...] Those who are concerned about high rates of gender violence in our communities must be troubled by the possible connections between these images and the tolerance for violence against women. (Crenshaw, 1991. p. 1285)

diversas maneiras. Entretanto, Crenshaw ainda propõe uma reflexão acerca do grupo não ter sido o primeiro a propagar este tipo de imagem cultural de mulheres negras, embora eles tenham sido os primeiros a serem julgados por isso. De certa forma, a autora tenta evidenciar que até nas tentativas de invalidar estes discursos sexistas há a presença do racismo, uma vez que pessoas brancas que reproduziam igualmente manifestações sexuais atribuídas às mulheres não foram punidas, como foram os casos de Madonna e Andrew Dice Clay:

Madonna atuou na masturbação, retratou a sedução de um padre e insinuou o sexo grupal no palco, mas nunca foi processada por obscenidade. Enquanto 2 Live Crew estava se apresentando em Hollywood, Flórida, as gravações de Andrew Dice Clay estavam sendo vendidas nas lojas e ele estava se apresentando em todo o país na HBO. Bem conhecido por seu “humor racista”, Clay também é comparável ao 2 Live Crew sexualmente explícita e misoginia. Em seu show, por exemplo, Clay oferece: “*Eenie, meenie, miney, mo/Chupe meu [palavrão] e engula lentamente*” e “*Tire o sutiã, vadia*”. Além disso, as imagens sexuais gráficas — muitas delas violentas — estavam amplamente disponíveis no condado de Broward, onde o desempenho e o julgamento ocorreram. (Crenshaw, 1991. p. 1286, traduzido por Carol Correa, on-line, 2017)

Observa-se, nestes casos, o papel da mulher negra como o outro absoluto. O homem branco lidera qualquer esfera de privilégios sociais, já o homem negro nem sempre assume esse lugar.

Madonna praticava as mesmas ações que o grupo de hip-hop, mas não foi igualmente julgada, pois as posições sociais seguem regras de hierarquias que sobrepõem mulheres brancas acima de homens negros em muitos casos, mesmo em uma sociedade patriarcal. Neste cenário, a mulher negra é a que permanece em posição subalternizada em qualquer situação, pois, como visto, até mesmo um homem não-padrão, que sofre diariamente as mesmas violências raciais, foi capaz de reproduzir discursos que sentenciavam a mulher a um lugar de sexualização, corroborando, com efeito, com a imagem cultural reproduzida cotidianamente nas mais variadas situações sociais que caracterizam a mulher negra como um ser marginalizado e como o outro absoluto. No episódio do estupro de Maya, em *O olho mais azul*, é possível observar como o tribunal não trata o abuso sexual com seriedade, por se tratar de uma menina preta:

O pobre sr. Freeman se virou na cadeira para me olhar com ameaças vazias. Ele não sabia que não podia matar Bailey... e Bailey não mentia... para mim. “O que o réu estava usando?” Foi o advogado do sr. Freeman. “Não sei.” “Você quer dizer que este homem estuprou você e você não sabe o que ele estava usando?” Ele riu, como se eu tivesse estuprado o sr. Freeman. “Você sabe se foi estuprada?” Um som soou no ar do tribunal (eu tinha certeza de que eram gargalhadas). (Angelou, 2019, p. 73)

Mesmo sendo vítima, Maya não consegue ser respeitada diante daqueles que deveriam lhe preservar. Esta situação expõe o que acontece em muitos casos, quando mulheres negras são estupradas, porém, seu corpo é visto como menos valioso que o da mulher branca, logo, os assaltos sexuais são investigados e julgados com menos severidade. Isso ocorre, também, por questões históricas. Por séculos a mulher negra, em situação de escravidão, não tinha seu corpo respeitado, era vítima de diversos estupros e deveria estar grávida constantemente para que pudesse satisfazer as ambições sexuais e econômicas dos senhores de escravizados. Essa concepção se perpetuou, ocorrendo uma efetiva desvalorização física da mulher afrodescendente, colocando-a em situação de humilhação mesmo quando é uma vítima, como neste caso de Maya.

Para obter resultados realmente inovadores que possam descaracterizar a dominação de determinados grupos e diversos ideais que favorecem a superioridade de raça, etnia e fenótipos de uns sobre outros, é necessário que exista efetiva discussão sobre questões que não são debatidas no cotidiano, por esse motivo, a interseccionalidade surge como alternativa para análise das crescentes desigualdades sociais que cotidianamente impõem diferenças até mesmo entre pessoas que possuem similaridades de raça, gênero ou classe; neste sentido, embora as pessoas pertençam ao mesmo grupo oprimido, ainda há diferenças particulares nas desigualdades sofridas pelos integrantes desse grupo, pois as discriminações não homogeneízam os indivíduos, mas focam nas diferenças de cada um:

O uso da interseccionalidade como ferramenta analítica aponta para várias dimensões importantes do crescimento da desigualdade global. Primeiro, a desigualdade social não se aplica igualmente a mulheres, crianças, pessoas de cor, pessoas com capacidades diferentes, pessoas trans, populações sem documento e grupos indígenas. Em vez de ver as pessoas como uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos, a interseccionalidade fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo. (Bilge e Collins, 2020, p. 35)

Ao repensar o mundo e suas respectivas fragmentações a partir de uma análise interseccional, a sociedade pode perceber que em todas as esferas do cotidiano há uma forma de discriminação que influencia diretamente na vivência de algumas pessoas. Ainda de acordo com Bilge e Collins (2020), fatores como raça, gênero, idade e estatuto de cidadania podem definir a inserção das pessoas no mercado de trabalho; pessoas negras estão frequentemente associadas a empregos de baixa renda e com pouco envolvimento intelectual, por uma questão histórica em associar essa parte da população à uma eterna servidão.

A grande maioria das sociedades é constituída por famílias monogâmicas que também vivenciam um sistema de classe capitalista, neste sentido, as relações são concretizadas a partir da noção de trabalho e de como, a partir de atividades remuneradas, é possível delinear o modo de vida e as experiências de cada sujeito. Diante disso, evidencia-se que “classe” é a base para a opressão sofrida pelas demais minorias, pois isso justifica o modo como as pessoas se relacionam e se sobrepõem/ se submetem umas sobre/sob as outras. As outras formas de opressão, étnicas, raciais, de gêneros, religiosas, etc. servem para potencializar os diversos tipos de explorações vivenciadas na sociedade:

Segundo ponto, o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica dificulta explicações somente de classe para a desigualdade econômica global. Tanto a economia neoclássica aceita nos Estados Unidos quanto o pensamento social marxista mais frequentemente encontrado no cenário europeu consideram classe a categoria fundamental para explicar a desigualdade econômica. (Bilge e Collins, 2020, p. 36)

Imagine que um indivíduo pobre que vivencie alguma forma de exploração não sofreria tão intensamente se usufrísse de boas condições econômicas, pois o sistema capitalista imposto no mundo oportunizaria que ele não precisasse vender sua mão de obra para sobreviver a partir de um salário; esta figura não deixaria de sofrer racismo se fosse negra, ou não deixaria de sofrer machismo se fosse mulher, assim como não deixaria de sofrer intolerância se fosse judeu, mas constata-se que a violência não seria tão intensa quando colocada em confronto com a realidade de uma pessoa também oprimida por uma destas violências, mas que, sendo pobre, não teria a mesma autonomia para não submeter-se ao poder das classes mais altas. A partir desta discussão é que se afirma que as relações opressivas têm como base o sistema econômico que beneficia uns e desfavorece outros. Diante desse sistema, as dominações existentes são potencializadas a partir das particularidades que diferenciam cada indivíduo.

Neste contexto, estabelece-se um contraste entre as duas obras aqui analisadas e suas respectivas personagens principais. Em *O olho mais azul*, Pecola não vê uma alternativa para escapar da loucura, pois ela não possui nenhuma perspectiva de vida e nenhum amparo, ela não consegue suportar a dor de viver em um mundo que não há ninguém disposto a lhe amar ou, pelo menos, aceitar sua existência de forma positiva, tudo isso sendo reflexo de um histórico familiar extremamente pobre, pois, desde sua avó, sra. Williams, nunca houve real afeto na família, pois as mulheres precisavam – desde criança – trabalhar para que pudessem sobreviver, sem tempo para a família ou para o amor. Pecola, então, é fruto de um sistema deteriorado emocionalmente, e diante de tanta pobreza e falta de dignidade, não sobra espaço para que haja serenidade, afeto e leveza.

Em contrapartida, Maya é uma jovem que possui uma condição econômica e familiar muito mais estruturada. Mesmo sendo submetida às desvalorizações raciais que estava frequentemente impostas em seu cotidiano, ela possui o amparo familiar que lhe acolhe tanto afetivamente quanto economicamente, deste modo, ainda que ela tenha sido abusada sexualmente assim como Pecola e tenha sofrido um grande trauma por causa disso, ela consegue seguir a sua vida, pois possui um contexto totalmente diferente do que a personagem de Morrison vivenciou. Isso pode ser visto na passagem seguinte, após Maya ter sido estuprada: “Eu queria passar o resto da vida no hospital. Mamãe levou flores e chocolates. Vovó levou frutas, e meus tios se reuniram em volta da minha cama, relinchando como cavalos. Quando conseguiam colocar Bailey lá dentro, ele lia para mim durante horas”. (Angelou, 2019, p. 72). Deste modo, é evidente como os contextos sociais ditam, também, como cada figura enfrentará os diversos preconceitos sofridos, pois, enquanto Pecola apanhou da mãe após ter sido estuprada pelo próprio pai, Maya recebeu todo o suporte que necessitava.

Embora as abordagens de Beal, vistas anteriormente, sejam significativas, não foram valorizadas de maneira efetiva pela história da interseccionalidade. Apenas com a publicação do manifesto *A Black Feminist Statement* houve certa compatibilização de ideias em relação às publicações de Beal, incluindo, além do que foi dito pela intelectual em 1969, reflexões acerca do heterossexismo. Nos discursos interseccionais, até então, havia o combate às questões raciais e sociais que cerceavam as vivências de mulheres negras, mas não havia uma efetiva discussão sobre como a sexualidade pode também servir como método de opressão, e que a não discussão disso reflete na exclusão de mulheres que vivenciam diariamente o preconceito racial e de gênero, mas que se reconhecem como lésbicas, entretanto, não podem expressar a própria identificação por não possuírem acolhimento efetivo inclusive dos movimentos dos quais fazem parte. É o que constatou Barbara Smith, feminista, negra, lésbica:

No início da década de 1970, ser feminista lésbica negra significava que você era uma pessoa absolutamente corajosa. Era quase atarrador. Passei muito tempo me perguntando se seria capaz de me expressar publicamente, porque não via nenhuma maneira de ser ao mesmo tempo negra, feminista e lésbica. Não pensava tanto em ser feminista. Só pensava como poderia adicionar a identidade de lésbica à identidade de mulher negra. Era como se não houvesse nenhum lugar para nós. (Smith, 1999, p. 10, *apud* Bilge e Collins, 2020, p. 102)

Logo, constata-se que até mesmo na interseccionalidade, que se caracteriza por abranger variados tipos de opressões, há a necessidade de reflexão sobre as próprias práticas. O heterossexismo não era algo debatido e criticado como uma forma de opressão para aquelas mulheres que não se reconheciam neste lugar cisheteronormativo, foram a partir das

contribuições do CRC, “Combahee River Collective (CRC, em inglês)” (Bilge e Collins, p. 101). O CRC era um grupo constituído por feministas negras que tentavam, diante de suas vivências, focar em lutas específicas e urgentes para a coletividade feminina, como por exemplo, a sexualidade feminina não ser pautada como múltipla diante de uma sociedade patriarcal e conservadora. O movimento feminista negro e os debates interseccionais passaram a refletir sobre como estavam sendo restritivos em relação àquelas mulheres que não se encaixavam nesse padrão de sexualidade. Dessa maneira é que se evidencia a inevitabilidade de ouvir aquelas pessoas que desejam incluir novas pautas ideológicas, pois, muitas vezes, quem se reconhece plenamente em determinado lugar acaba se acomodando ao que este lugar debate e proporciona, e não consegue visualizar a importância de reconhecer a relevância de acrescentar uma nova pauta.

Sobre isso, ressalta-se que é totalmente válida e necessária a luta da mulher branca por mais representatividade social, entretanto, se os movimentos feministas se caracterizam com pautas de defesa à todas as mulheres, não há motivos para concretizar os ideais feministas diante do elitismo no qual a mulher negra não faz e nunca fez parte. A mulher branca que se preocupa em como a filha viverá em um mundo dominado pelo patriarcalismo se contrapõe à mulher negra que se preocupa se seu filho terá a oportunidade de viver, pois a negritude lida com um sistema liderado pelos estereótipos eurocêntricos implantados ainda no período colonial, configurado no racismo estrutural que impossibilita as pessoas negras de viverem plenamente, uma vez que a grande maioria da população afrodescendente tenta sobreviver diante das necropolíticas que visam sempre uma única raça – e nunca foi a do branco.

Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “este velho direito soberano de matar”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para a aceitabilidade do fazer morrer”. (Mbembe, 2018, p. 17)

O termo “necropolítica” pode ser utilizado para se referir ao domínio de forças opressivas sobre determinados corpos da sociedade. Neste sentido, há certo domínio de algumas instituições – governamentais e não governamentais – em relação à existência dos cidadãos, sendo necessário que cada indivíduo se adeque às limitações impostas pelo sistema. A discussão proposta por Bilge e Collins (2020), na obra *Interseccionalidade*, demonstra que o domínio estrutural do poder é responsável por efetivar essa força política e ideológica em que não somente as opressões de raça ou gênero devem ser estudadas e colocadas em pauta, mas, antes disso, o sistema capitalista deve ser percebido como fator determinante e integrante de todas as

demais forças opressivas. Um elemento comum a todos os tipos de violências sofridas no cotidiano social é a influência que o capitalismo exerce nas injustiças entre classes e, conseqüentemente, essa questão interfere nas demais subjugações, uma vez que o capitalismo é quem dita as configurações do mercado de trabalho, da moradia, educação e saúde, pois em todas essas esferas há intervenção econômica que favorece aqueles com mais poder aquisitivo.

Embora sejam reais as discrepâncias econômicas entre as pessoas, poucas vezes percebe-se que é esse fator capitalista que determina as diferenças e subjugações dentro dos próprios grupos caracterizados como minorias – embora esse conceito não esteja relacionado ao número de pessoas, mas aos assaltos de direitos e justiça sofridos por eles diariamente. Neste sentido, a classe está presente no preconceito de raça, gênero, religião, etnia, etc., não para fundamentar as variações econômicas existentes na sociedade, mas, também, para determinar as subordinações no interior desses grupos oprimidos. Frequentemente os privilégios ficam restritos à pessoas que possuem características historicamente valorizadas, uma vez que negros, por exemplo, não compõem a maioria com poder aquisitivo elevado, pois não foram oportunizadas maneiras que modificassem esse cenário; é dessa forma que os privilégios se mantêm intactos por longos períodos, pois os opressores sempre buscam formas de manter o poder, e isso pode ser feito a partir das diversas instituições sociais abrangidas pelo domínio estrutural de poder. Essas estruturas de manutenção de poder são evidentes seja no mercado de trabalho, onde um grupo minoritário sobrevive a partir da influência e detenção dos meios de produção, enquanto a outra parte é submissa a esse grupo minoritário, pois necessita render-se à exploração cotidiana do trabalho, seja, também, em outras formas de opressões além da classe:

No fim da década de 1970 e ao longo da década de 1980, as ideias centrais dos movimentos sociais começaram a desenvolver um vocabulário comum, ou significantes da interseccionalidade. Um dos primeiros vocábulos da interseccionalidade foi “risco” – por exemplo, a discussão de Beal sobre o duplo risco de raça e sexo no contexto do capitalismo. Houve variações subsequentes, como “triplos riscos” na obra de Beverly Lindsay e em publicações ativistas, como o boletim da Aliança das Mulheres do Terceiro Mundo, e “múltiplos riscos” no trabalho de Deborah King. Lindsay argumenta que o conceito de triplo risco, ou seja, a interação de sexismo, racismo e opressão econômica, constitui “a perspectiva mais realista para analisar a posição das mulheres negras americanas; e essa perspectiva servirá de elo comum entre as discussões de outros grupos minoritários de mulheres”. (Bilge e Collins, 2020, p. 111)

A verificação da presença da hierarquia de classe, nos mais diversos tipos de opressões sociais, reforça que a interseccionalidade, como método, age para explicar as violências simultâneas sofridas diariamente por quem compõem mais de um grupo subjugado pelas forças opressivas. Diante disso, não cabe à interseccionalidade analisar estritamente as relações sociais

pelo viés da classe, em si, mas a partir desse sistema econômico que potencializa as discriminações sociais através das demais dominações, demonstrando que a sociedade não constitui suas desigualdades única e exclusivamente por causa das injustiças econômicas, mas que isso perpassa pelas desigualdades de classe e se legitima nas violências de gênero, raça, etnia, religião, etc. A mulher negra frequentemente é a que mais sofre com esse sistema, pois ela se situa em diversos grupos subjugados, sendo assim, ela é percebida nos múltiplos riscos, pois o preconceito sofrido diariamente se intersecciona de diversas formas, simultaneamente. Maureen, de *O olho mais azul*, mesmo sendo negra – embora não retinta – possuía uma condição de vida melhor que Pecola, e até mesmo que as irmãs Claudia e Frieda, dessa maneira, além do colorismo ser um evidente fator para que Maureen não sofra os preconceitos nas mesmas proporções que as outras três, o fator econômico também influencia para tal.

Em tese, todas as pessoas estão sujeitas às punições em caso de desordem, entretanto, sabe-se que, cotidianamente, há diversas situações que privilegiam determinados grupos de pessoas racialmente valorizadas. O racismo perpetuado na sociedade determina as pessoas que sofrerão de maneira mais efetiva com a noção de “justiça” praticada nas sociedades civilizadas. Sendo assim, as necropolíticas atuam na validação da marginalização dos povos negros que são historicamente sentenciados como errados, pecadores, criminosos e sem valor:

A percepção da existência do Outro como um atentado contra minha vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria meu potencial de vida e segurança, é este, penso eu, um dos muitos imaginários de soberania, característico tanto da primeira quanto da última modernidade. (Mbembe, 2018, p. 18)

A sociedade impõe na figura negra uma pré-sentença, que já o coloca como condenado antes mesmo de qualquer infração. Nessa perspectiva, a comunidade negra é, frequentemente, estigmatizada como um risco aos brancos, não conseguindo ser efetivamente livres, uma vez que a liberdade do negro limita (ou põe em risco) a liberdade do branco. Não há como prevalecer a justiça diante de uma sociedade que é conduzida por convicções racializadas e patriarcais, de modo que sempre haverá uma parcela da população a sofrer mais concretamente com as ideologizações sociais.

Vergès (2020), em sua obra *Um feminismo decolonial*, esclarece as concepções acerca dos corpos e de suas representações históricas de acordo com suas raças, o que determina, de certa maneira, a noção de corpos eficientes e de corpos invisibilizados para a sociedade em geral. Para a autora, há um juízo natural e inconsciente no qual as pessoas recepcionam o corpo branco-masculino de maneira positiva, valorizando suas ações e caracterizando-o como um ser

eficiente para a sociedade. A rotina desse corpo eficiente é extremamente visibilizada e posta como cansativa:

O proprietário do corpo eficiente, que tem como medida o corpo branco e masculino, deve demonstrar sua disposição de passar longas horas na academia ou no escritório, de trabalhar até tarde da noite e no fim de semana, pois essa capacidade é o sinal do seu sucesso e da sua adesão à ordem dominante; seu esgotamento é a prova do seu triunfo sobre as necessidades básicas dos simples mortais. (Vergès, 2020, p. 12-13)

Esse tratamento ao corpo masculino branco é histórico, pois, através da colonização, perpetuou-se a ideia de que uma raça era superior e necessária para o existencialismo humano. Naturalmente, se materializou um ser absoluto personificado nesse sujeito masculino e não racializado e, conseqüentemente, se concretizou a ideia de um outro absoluto que era visto como o oposto. O corpo feminino negro experienciou a inferiorização de sua raça e a invisibilidade de suas ações e de sua existência, neste sentido, por mais que houvesse uma rotina extremamente exaustiva diante da exploração sofrida cotidianamente, não havia o mesmo reconhecimento que o padrão branco recebia. Diante disso, o homem branco do mundo contemporâneo continua perpetrando o privilégio histórico que lhe foi concedido, pois é mais comum ver essa figura exercendo funções supervalorizadas do que um corpo negro e do gênero feminino; neste sentido, quando o indivíduo caracterizado como necessário e eficiente executa as ações de seu cotidiano, ele é percebido como importante, sobrecarregado e intelectual; enquanto que a mulher negra, extremamente sobrecarregada no seu cotidiano, que mais frequentemente (em relação ao corpo branco) está em situação de servidão e exploração econômica, não possui o mesmo reconhecimento, uma vez que essa figura vivencia uma invisibilidade e invalidação existencial histórica. Este cenário pode ser evidenciado desde a escravidão negra, e embora nos dias atuais isso ocorra em outros moldes, continua sendo retratado no cotidiano dos (des) privilégios de cada raça e gênero:

“O” proprietário do corpo invisível é uma mulher negra, cujo esgotamento é a consequência da lógica histórica do extrativismo que construiu a acumulação primitiva do capital – extração de trabalho dos corpos racializados e das terras colonizadas. Essa economia do esgotamento dos corpos está historicamente ancorada na escravatura, período no qual o ventre das mulheres negras, cuja exploração é indissociável da reprodução social (como mostram tantas feministas negras), foi transformado em capital. (Vergès, 2020, p. 13)

É, também, diante dessas concepções sobre os corpos diversificados que se fundamenta a necropolítica, pois historicamente um único corpo deveria se preocupar em sobreviver; nada mudou diante de um Estado que continua seguindo os padrões sociais de valorização de

determinada raça e gênero. Essa necropolítica, que visa quase sempre o negro, contrapõe definitivamente os discursos que o cristianismo prega sobre a vida, evidenciando que, assim como nas épocas da colonização e da escravização negra, essa era uma doutrina extremamente eurocêntrica e elitista, sendo uma tentativa mais eficaz para a substituição da cultura africana do que para preservar a vida humana de uma maneira geral, uma vez que, na prática, o corpo negro nunca foi protegido pelas premissas do cristianismo.

Em *O olho mais azul* há a representação dessa necropolítica nos corpos de personagens negros, principalmente em Pecola, que sofre com a discriminação da própria comunidade negra. Além de sobreviver em uma família desestruturada, ela vivencia a realidade de uma sociedade que tenta deslegitimar sua existência. A primeira evidência dessa necropolítica é o ambiente problemático que Pecola vivencia em casa, sendo uma realidade similar à de muitas famílias negras, pois não há transformações reais para mudar as condições econômicas e sociais dessa população; além disso, o estupro representa a fragilidade do corpo feminino diante de violências que colocam a mulher em um lugar duplamente marginalizado, pois a família Breedlove, como um todo, experiencia as desigualdades raciais – inclusive Cholly –, entretanto, Pecola é vítima de outro tipo de violação dentro da própria casa, quando seu pai a estupra. Neste caso, a necropolítica se mostra mais trágica e inevitável para mulheres negras. O fato da jovem estuprada não receber apoio de políticas públicas e nem da sociedade, expõe como o corpo negro é recorrentemente colocado em lugar de insignificância. Negra, pobre, estuprada, Pecola encarna, em si, a ideia do sujeito na situação de triplo risco. A necropolítica da obra fica mais evidente quando o bebê, fruto do estupro, tinha sua existência menosprezada, mas não porque fosse resultado de uma violência sexual, mas porque pertencia a uma comunidade que só possuía valor quando exercia um papel de servidão:

Eu pensava no bebê que todo mundo queria que morresse e o via com muita clareza. Estava num lugar escuro, úmido, a cabeça coberta de rodela de carapinha, o rosto negro com dois límpidos olhos negros, redondinhos como moedas de cinco centavos, narinas abertas, grossos lábios de beijo, e a pele negra sedosa, viva, respirando. Não havia cabelo loiro sintético suspenso acima de olhos azuis de bola de gude, não havia nariz afilado nem boca em arco. [...] Não pensávamos no fato de Pecola não ser casada; muitas garotas tinham bebês e não eram casadas. E também não nos detínhamos no fato de o pai do bebê ser o pai de Pecola. Não compreendíamos o processo de se ter um bebê de um homem — ela, pelo menos, conhecia seu pai. Pensávamos apenas naquele ódio esmagador ao bebê não nascido. (Morrison, 2019, p. 136)

Claudia, que narra a passagem acima, assume o papel de um leitor que reflete sobre o contexto dessa narrativa a partir de uma perspectiva analítica. O bebê não tinha valor porque não teria os traços raciais valorizados pelo eurocentrismo, comprovando que o existencialismo

positivo está condicionado à posição racial, classista e de gênero que o indivíduo representa no mundo; em outros casos, não haverá empatia e a concretização de discursos religiosos que se promovem a favor da vida. A necropolítica se faz presente tanto para Pecola quanto para o bebê e, por mais que apenas um deles tenha morrido efetivamente, a jovem não possui nenhuma perspectiva de vida. A partir disso, podem ser confrontadas as obras de Angelou e Morrison, evidenciando que as duas personagens principais – Maya e Pecola – sofrem a violação sexual resultante do sexismo e da racialização que potencializam a sexualização do corpo negro, como ilustra a imagem a seguir, em que Maya é violentada:

As pernas dele estavam apertando minha cintura. “Abaixe a calcinha.” [...] Aumentando o rádio, deixando o som alto demais, ele disse: “Se você gritar, vou matar você. E se você contar, vou matar Bailey”. Percebi que ele estava falando sério. Não conseguia entender por que ele queria matar meu irmão. Nenhum de nós tinha feito nada para ele. E aí. E aí veio a dor. Uma invasão indesejada em que até os sentidos são destruídos. O ato de estupro em um corpo de oito anos é questão da agulha deixar o camelo passar pelo seu buraco por não ter outra opção. A criança cede porque o corpo pode, e a mente do violador não consegue. (Angelou, 2018, p. 68)

A citação acima é verossímil à realidade, pois são utilizadas articulações que descrevem os sentimentos e a recepção corporal das crianças diante daquela situação, um exemplo é que, ao citar a agulha e o camelo, expõe como o corpo de uma menina de oito anos não está preparado para aquilo, e que a sensação é de que algo muito desproporcional – o camelo – está rompendo a intimidade – buraco da agulha – dela, de maneira abrupta. A maneira como o ato é relatado transpassa ao leitor o sofrimento da pessoa violentada, e em como esse sofrimento é potencializado pela incapacidade da criança em absorver o que estava acontecendo. Em paralelo a isto, há o estupro de Pecola sendo narrado de maneira muito detalhada, transferindo ao leitor toda a agressividade com que seu próprio pai lhe violentou, demonstrando que, ao perceber do que se tratava, ela apenas respirou fundo, pois sabia que não conseguiria fazer nada diante daquela situação; o desespero, a tristeza, o medo eram maiores que a tentativa de fugir. Logo, ela apenas respirou e paralisou diante de tamanha incompreensão naquele ato:

[...] Ele quis fodê-la — com ternura. Mas a ternura não resistiu. A vagina era mais apertada do que ele podia aguentar. Sua alma pareceu resvalar-lhe para as entranhas e disparar para ela, e a arremetida gigantesca que fez para dentro dela provocou o único som que ela emitiu — um aspirar abafado no fundo da garganta. Como um balão de circo, perdendo ar rapidamente. (Morrison, 2009, p. 117)

A diferença entre a violência sofrida por Maya e por Pecola explicita o modo de vida das duas personagens, uma vez que Maya sempre teve um lar estruturado, recebendo afeto e

amparo. Embora ela tenha igualmente sido vítima de estupro, possuía um suporte familiar que modificava totalmente as consequências dessa violência em sua vida, ao contrário de Pecola que nunca teve ninguém próximo e afetuoso, pois quem deveria acolhê-la foi quem a abusou, além sua própria mãe ter a culpabilizado pelos acontecimentos. Diferente é a reação da família de Maya:

Eu perguntei onde estava o sr. Freeman, e o rosto dela ficou frio com raiva lembrada. “Ele foi embora. Se mudou hoje de manhã. Vou tirar sua temperatura depois de preparar seu mingau.” Eu podia contar agora? A dor terrível me garantia que não. O que ele fez comigo, e que eu deixei, devia ser muito ruim se Deus já me permitia sofrer tanto. Se o sr. Freeman tinha ido embora, isso queria dizer que Bailey não corria mais perigo? E, nesse caso, se eu contasse, ele ainda me amaria? Depois que mamãe tirou minha temperatura, ela disse que ia dormir um pouco, mas que eu devia ir chamá-la se me sentisse pior. Mandou Bailey ficar de olho no meu rosto e nos meus braços para ver se apareciam pintinhas, e quando surgissem, era para cobri-las de loção de calamina. (Angelou, 2018, p. 71)

A passagem evidencia a diferença de tratamento recebido por Maya e Pecola. A ajuda da família não elimina o trauma vivenciado, mas possibilita que a pessoa violentada seja reconduzida a um caminho menos doloroso. No caso de Pecola, a recepção familiar foi traumática também, violenta: “Dizem que a mãe bateu tanto nela que ela tem sorte de ainda estar viva.” (MORRISON, 2019, p. 136). Estuprada e sofrendo o trauma desta violência, Pecola ainda precisa enfrentar o ódio da mãe, que a culpa pelo ocorrido. Não admira que Pecola, nessa situação de extremo abandono, acabe recaindo na loucura ao fim da narrativa. As opressões interseccionais sobre Pecola incidem, além do sexismo, do racismo e do classismo, no desafeto familiar.

Tanto Maya quanto Pecola possuíam características semelhantes, por serem meninas, negras de pele mais escura, consideradas “feias” diante dos padrões sociais, pobres e expostas a um assalto sexual dentro da própria casa; além disso, havia, em ambas, a necessidade constante em possuir a “beleza” ocidental para que pudessem ser vistas com um olhar mais positivo. Entretanto, diante de tantas semelhanças, o que as diferenciavam era o acolhimento familiar que, de certa maneira, amenizava a vontade de Maya em ser diferente fisicamente, pois, de alguma forma, ela não necessitava desse atributo para ter o amor da família. Em contrapartida, para Pecola, ter olhos azuis significava não apenas ser visibilizada em sua comunidade, mas, também, ser aceita e acolhida no ambiente familiar, pois ela não possuía receptividade em nenhum caso. A vontade de Pecola era de receber o mesmo amparo que Maya recebia, pois, o desejo em ter olhos azuis era uma súplica para que a sociedade a enxergasse e pudesse acolhê-la:

Tinha ocorrido a Pecola, havia algum tempo, que, se os seus olhos, aqueles olhos que retinham as imagens e conheciam as cenas, fossem diferentes, ou seja, bonitos, ela seria diferente. Tinha bons dentes, e o nariz, pelo menos, não era grande e chato como o de algumas garotas que eram consideradas tão bonitinhas. Se tivesse outra aparência, se fosse bonita, talvez Cholly fosse diferente, e a sra. Breedlove também. Talvez eles dissessem: “Ora, vejam que olhos bonitos os da Pecola. Não devemos fazer coisas ruins na frente desses olhos bonitos. (Morrison, 2019, p. 36)

Para Pecola, a sua imagem estava ligada ao sofrimento, ao desgastante, ao infeliz; enquanto que o branco estava ligado ao bonito e a diversas outras características e reações positivas. Esta imagem distorcida está extremamente ligada à representação a qual a figura negra esteve, por séculos, associada, diante do sofrimento de servidão e de consequente pobreza a qual foi submetida; ademais, essa autopercepção de Pecola está, também, associada ao fato de a comunidade negra ainda ser colocada em situação de escravidão, mesmo que de outras maneiras, uma vez que não houve reestruturação social para que essas pessoas pudessem ocupar outros espaços. Neste sentido, a própria comunidade que serve como cenário de *O olho mais azul*, como também a família Breedlove, servem como símbolos de uma sociedade fragmentada pela classe e pela raça. Desse modo, Pecola é cotidianamente confrontada por uma sociedade que valoriza e recepciona figuras totalmente contrárias ao seu perfil, fazendo-a acreditar que, talvez, se ela tivesse olhos azuis, a comunidade não permitiria que ela passasse por tantas situações desmoralizadoras e que, com essa característica, as pessoas pudessem sentir empatia por uma mulher estuprada. Em família, Pecola figura um microcosmo da realidade brutal que assola a comunidade negra.

Por isso, Crenshaw (1991) aponta que o corpo feminino tem mais valor quando é branco, a sociedade tenta proteger e amparar; em contrapartida, a mulher negra convive com diversos estereótipos que sexualizam e desvalorizam seu corpo. Quando a mulher negra necessita da ajuda de poderes públicos competentes e não é adequadamente correspondida, é também retrato de um sistema que segue o padrão de prioridades sociais com preferências raciais e culturais. Crenshaw, na obra *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color*, propõe uma reflexão sobre como a mulher negra não recebe auxílio básico de programas sociais que deveriam lhe amparar. Para a autora, este grupo feminino negro deveria receber um recurso maior para que suas demandas fossem atendidas, uma vez que a exploração à qual elas são submetidas diariamente estão em um patamar acima do que a mulher branca vivencia; entretanto, dentro dessas políticas sociais há o mesmo erro em homogeneizar as violências sofridas pelo gênero feminino, como se não houvessem diferenças intragrupais:

Por exemplo, conselheiros que fornecem serviços de crise de estupro a mulheres não-brancas relatam que uma proporção significativa dos recursos alocados a eles deve ser gasta tratando de problemas que não sejam o próprio estupro. Reunir essas necessidades muitas vezes coloca esses conselheiros em desacordo com suas agências de financiamento, que alocam fundos de acordo com padrões de necessidade que são em grande parte brancos e de classe média. Esses padrões uniformes de necessidade ignoram o fato de que diferentes necessidades muitas vezes demandam prioridades diferentes em termos de alocação de recursos e, conseqüentemente, essas normas dificultam a capacidade dos conselheiros de atender às necessidades das mulheres não-brancas e pobres¹⁰. (Crenshaw, 1991, p. 1250 – traduzido por Carol Correa, on-line, 2017)

Reconhecer as análises interseccionais como caminho para contestar as múltiplas formas de violências vivenciadas no cotidiano de mulheres negras é o primeiro passo para que essas limitações encontradas nos auxílios destinados às mulheres negras e pobres possam ser

mudadas. Por mais que os trabalhadores de centros comunitários tentem, de alguma maneira, viabilizar as ajudas às figuras femininas da comunidade negra, eles não conseguem fazer isso de forma efetiva e integral, uma vez que os recursos não são suficientes e não abrangem todas as necessidades dessa minoria econômica e social. Isso evidencia que, embora a escravidão negra não exista nos dias atuais nos contextos legais, ainda existem os reflexos do que se perpetuou no passado, e as políticas governamentais ainda não agem de maneira eficiente diante dessas problemáticas para amenizar estes níveis de desigualdades perceptíveis nos mais diversos âmbitos sociais, seja no mercado de trabalho, no contexto familiar, nos espaços públicos, etc. a falha do Estado com a comunidade negra e, principalmente, com as mulheres que integram este grupo incide, justamente, em não perceber, dentre as subjugações vivenciadas pelas mulheres em geral, que há desigualdades marcadas pelas heterogeneidades de cada indivíduo.

Diante dessas problemáticas, é importante constatar que estas mulheres que frequentemente ocupam posições mais prestigiadas e se adequam ao padrão físico de beleza sejam mais aceitas em diversas situações sociais. Além disso, essa parte da população feminina possui fácil acesso às informações relevantes do corpo social; entretanto, a mulher negra não consegue ter a mesma facilidade, por integrar uma parte da sociedade que é menosprezada e invisibilizada por um conjunto de fatores raciais e sexistas. Desse modo, quando se trata sobre

¹⁰ For example, counselors who provide rape crisis services to women of color report that a significant proportion of the resources allocated to them must be spent handling problems other than rape itself. Meeting these needs often places these counselors at odds with their funding agencies, which allocate funds according to standards of need that are largely white and middle-class. [...] Different needs often demand different priorities in terms of resource allocation, and consequently, these standards hinder the ability of counselors to address the needs of nonwhite and poor women. (Crenshaw, 1991, p. 1250)

o estupro de mulheres, há também neste quesito uma forte tendência a seguir essa regular segregação de alguns pares.

Um exemplo disso é que as mulheres não-brancas ocupam posições tanto fisicamente como culturalmente marginalizadas dentro da sociedade dominante e, portanto, a informação deve ser direcionada diretamente a elas para alcançá-las. Consequentemente, os centros de crise de estupro devem destinar mais recursos para a disseminação básica de informações em comunidades não-brancas do que em áreas brancas. (Crenshaw, 1991, p. 1252 – traduzido por Carol Correa, on-line, 2017)¹¹

Assim como explicitado por Crenshaw, pessoas que lidam com mulheres vítimas de estupro enfrentam uma certa divergência nos tratamentos de mulheres com etnias diferentes. Isso ocorre desde a propagação de informações, uma vez que as mulheres negras estão, geralmente, situadas em uma classe social que não lhes permitem ter fácil acesso às informações, ou seja, por uma série de fatores econômicos e raciais, estas mulheres

sobrecarregam-se de atividades para sobreviver e, com isso, não conseguem se atentar para outras questões que são também relevantes para sua sobrevivência. Já em outro trabalho de Crenshaw (1989), *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*, a autora tenta demonstrar que até mesmo em contextos em que se tenta pautar o estupro de homens contra mulheres, isso ocorre de maneira racializada, pois não se inclui a mulher negra com equivalência às suas vivências cotidianas, foca-se nos contextos em que a mulher branca é assaltada sexualmente e utiliza-se esse contexto para classificar as experiências do gênero feminino de maneira generalizada.

Estatutos de estupro geralmente não refletem o controle masculino sobre a sexualidade feminina, mas a regulação masculina branca da sexualidade feminina branca. Historicamente não houve absolutamente nenhum esforço institucional para regular a castidade feminina negra. Tribunais em alguns estados tiveram que instruir os júris de que, ao contrário das mulheres brancas, mulheres pretas não foram presumidas como castas. Também, embora fosse real que a tentativa de regular a sexualidade de mulheres brancas colocava as mulheres não castas fora da proteção das leis, o racismo restaurava a castidade de mulheres brancas “caídas” quando o suposto agressor fosse negro. Nenhuma restauração dessa forma era válida para mulheres pretas. (Crenshaw, 1989, p. 158, tradução nossa)¹²

¹¹ A case in point: women of color occupy positions both physically and culturally marginalized within dominant society, and so information must be targeted directly to them in order to reach them. Accordingly, rape crisis centers must earmark more resources of basic information dissemination in communities of color than in White ones. (Crenshaw, 1991, p. 1252)

¹² Rape statutes generally do not reflect male control over female sexuality, but white male regulation of white female sexuality. Historically, there has been absolutely no institutional effort to regulate Black female chastity.

A comunidade feminina negra é frequentemente associada à ideia de corrupção, o estupro contra elas é relativizado uma vez que não se considera o corpo negro como puro, pois se perpetuou a ideia do pecado às pessoas negras, neste sentido, o estupro seria consequência dessa erotização natural. hooks (2014) também se posiciona em relação a isso e acrescenta uma análise da época escravagista para descrever como se delineavam essas concepções sobre mulheres escravizadas que eram recorrentemente estupradas. Segundo a autora, outro ponto que mostra a seletividade do feminismo praticado pelas mulheres brancas da época da escravatura negra é o fato de que, por mais que elas estivessem defendendo a abolição, na verdade a preocupação não era com a exploração sexual das mulheres negras escravizadas, mas com o fato de homens brancos estarem se “corrompendo” ao se relacionar com essas mulheres. Elas não enxergavam isso como violação e exploração do corpo feminino, mas como uma

atitude pecaminosa dos homens ao cometer adultério. Essa é uma ideia comum implantada pelo patriarcalismo nas mulheres, de que os homens não são realmente culpados pelas suas práticas:

Para muitas outras mulheres brancas abolicionistas a única força de motivação por detrás dos seus esforços antiescravatura foi o desejo de por um fim ao contato sexual entre os homens brancos e as mulheres negras escravizadas. Elas não estavam preocupadas com o dilema das mulheres negras escravizadas, mas em salvar as almas dos homens brancos sobre os quais elas acreditavam que pecaram contra Deus pelos seus atos de depravação moral. Muitas mulheres brancas pró-escravatura denunciaram por fim a escravatura devido ao seu insulto de barbaridade sexual dos homens brancos. Elas sentiram-se pessoalmente envergonhadas e humilhadas por aquilo que chamaram de adultério dos homens brancos (que na realidade era violação). (hooks, 2014, p. 22)

O homem que era visto como uma representação de Deus na terra, e sendo a mulher uma figura criada apenas para servi-lo e fazer-lhe companhia, criavam-se estereótipos que colocassem a mulher como uma perdição, baseando-se principalmente em escritos bíblicos. Como exemplo, Adão apenas se perdeu por causa da perversidade de Eva, dando início a todos os atos pecaminosos da vida terrena. Para o cristianismo, em todas as mulheres há um pouco da perversidade de Eva, e em todos os homens há um pouco da fraqueza de Adão, desse modo, cabe aos homens – aqueles colocados como superiores – salvar a humanidade dos possíveis

Courts in some states had gone so far as to instruct juries that, unlike white women, Black women were not presumed to be chaste. Also, while it was true that the attempt to regulate the sexuality of white women placed unchaste women outside the law's protection, racism restored a fallen white woman's chastity where the alleged assailant was a Black man. No such restoration was available to Black women. (Crenshaw, 1989, p. 158)

pecados influenciados pelas mulheres. Isso se concretizava a partir dos estereótipos patriarcais que governavam o corpo feminino para que não se corrompesse, e as mulheres deviam seguir esse padrão para serem aceitas. Mas isso não era válido para as mulheres negras, pois a própria cor preta foi estigmatizada com relação ao pecado, ao diabólico, ao azar ou ruim. Diante desse contexto, a mulher negra seria a personificação do pecado:

A idealização dos homens brancos pelas mulheres brancas inocentes e virtuosas serviu como um ato de exorcismo, que tinha como propósito transformar a sua imagem e livrá-las da maldição da sexualidade. A mensagem de idealização era esta: enquanto as mulheres brancas possuísem sentimentos sexuais seriam vistas como criaturas imorais e degradadas; removendo esses sentimentos sexuais elas tornar-se-iam merecedoras de amor, consideração e respeito. Quando a mulher branca se tornou um mito como pura e virtuosa, um símbolo da virgem Maria, os homens brancos puderam vê-la como isenta dos estereótipos sexistas negativos das mulheres. (hooks, 2014, p. 24)

A ideia de compulsão sexual é repugnada pelos cristãos, caracterizada como um pecado grave, desse modo, não apenas as mulheres brancas queriam livres os homens brancos dessa maldição, como eles mesmos passaram a se preocupar. Com isso, estabeleceu-se ainda mais o estereótipo de sexualização e perdição do corpo feminino negro. A mulher negra passou a ser o principal alvo da misoginia, uma vez que a branca poderia ser “controlada”, e não sofria com o peso da escravização, exploração sexual, além de ela ainda ser vista como um ser humano, ao contrário da mulher em situação de escravidão. Diante deste contexto histórico e dessa bagagem que as mulheres carregam em suas representações sociais, se justificam as violações às mulheres negras serem frequentemente minimizadas, enquanto que a figura feminina branca recebe maior apoio dos poderes públicos e governamentais e casos de estupro. Crenshaw afirma que:

Quando mulheres pretas foram estupradas por homens brancos, elas estavam sendo estupradas não como mulheres, de maneira geral, mas como mulheres negras especificamente: suas feminilidades as tornavam sexualmente vulneráveis para a dominação racista, enquanto que sua negritude efetivamente lhes negava qualquer proteção. Esse poder masculino branco era reforçado por um sistema judicial em que a condenação de um homem branco por estupro a uma mulher preta era virtualmente impensável. (Crenshaw, 1989, p. 139, tradução nossa)¹³

O poder de dominação habilitado aos homens ocasiona a facilitação ao estupro do corpo feminino negro, mas, obviamente que nesta situação, os atributos femininos desejáveis são

¹³ When Black women were raped by white males, they were being raped not as women generally, but as Black women specifically: Their femaleness made them sexually vulnerable to racist domination, while their Blackness effectively denied them any protection." This white male power was reinforced by a judicial system in which the successful conviction of a white man for raping a Black woman was virtually unthinkable. (Crenshaw, 1989, p. 139)

parcialmente impostos à mulher negra, pois o homem a põe nesta posição quando ele pode se beneficiar disto; em contrapartida, o racismo estrutural não permite que essa mulher seja auxiliada de maneira adequada, pois os estereótipos impostos para essa figura não permitem que ela seja amparada da mesma maneira que uma mulher padrão seria. Neste sentido, os colaboradores de serviços do atendimento às vítimas de estupro recorrem a outros meios para que as informações cheguem até estas mulheres, em contrapartida, mulheres racialmente privilegiadas são facilmente localizadas e contatadas. Há diversas problemáticas para atender este público segregado, uma vez que o destino de verbas é feito de maneira homogênea, sem levar em consideração os fatores sociais que colocam estes dois grupos de figuras femininas em divergência. Pecola é o retrato de uma sociedade que erra ao não se solidarizar com o outro, e também é retrato dos poderes públicos que não estão à serviço da população negra. Seria mais provável que Pecola recebesse auxílio se fosse uma jovem branca:

O dano foi total. Ela passava os dias, seus dias verdes de criança, andando para cima e para baixo, para cima e para baixo, balançando a cabeça ao som de um tambor tão distante, que só ela era capaz de ouvir. Cotovelos dobrados,

mãos sobre os ombros, ela batia os braços como uma ave que tenta voar, num esforço eterno e grotescamente fútil. Batendo o ar, uma ave alada mas presa ao chão, decidida a chegar ao vazio azul que não conseguia atingir — que não podia nem mesmo ver — mas que lhe enchia os vales da mente.

Tentávamos vê-la sem olhar para ela, e nunca, nunca chegávamos perto. Não porque fosse absurda ou repelente, ou porque tivéssemos medo, mas porque tínhamos falhado com ela. (Morrison, 1993, p. 147)

Após o estupro, a jovem, que era vítima da comunidade e da família, passou a ser vítima da segregação da própria lucidez. Ao imitar um pássaro, ela tenta atingir o tom de azul que tanto queria ter como a cor de seus olhos, entretanto, ela não conseguia voar, não conseguia sair do lugar, pois estava presa na própria loucura, sendo a maneira em que a personagem encontrou de ser livre. Pecola era como um pássaro preso na gaiola que, na tentativa de escapar daquele mundo que lhe tanto foi cruel, esbarrava na impossibilidade de possuir as características físicas que, para ela, lhe trariam um pouco de afago, um pouco de amor do próximo, mesmo que mínimo. Ela não precisava ser a mais amada, ela só precisava ser um pouco acolhida, e como disse Claudia, falharam com ela — pois, para a sociedade, o afeto só se aplica quando o indivíduo cumpre os requisitos pertencentes à branquitude: bondade, limpeza, beleza, delicadeza. Por isso, Pecola nunca atinge azul, ela luta em esforço eterno e grotesco, pois está presa à sua gaiola, à sua realidade triste e feia.

Na falha tentativa de encontrar a liberdade nos olhos azuis, ela se refugiava na insensatez, que era menos dolorida que a realidade onde vivia. O verde, descrito no início da

passagem acima, pode simbolizar a esperança de um dia ter tudo o que ela não teve e que ela perdeu – infância e inocência. Pecola nunca pôde ser criança verdadeiramente, pois estava sempre sendo excluída, humilhada, sonhando com uma realidade impossível, pois sabia que naquele ambiente ela nunca seria feliz e realizada. Somente uma nova Pecola, com tom de azul nos olhos – símbolo da liberdade – poderia ser livre de toda as prisões que uma sociedade extremamente cruel e racializada colocava em pessoas negras.

Pecola foi mais uma vítima da necropolítica que atinge de maneira direta os corpos femininos negros, pois nunca houve tentativa real de auxílio para ela, mesmo com todas as evidências da marginalização e abusos que enfrentava. O corpo negro – principalmente o feminino – é sempre violado de todas as formas, e não há intervenções profundas que possam reconduzir a sociedade por outros caminhos menos prejudiciais para a população afrodescendente, uma vez que a o sistema judicial também está submetido aos ideais racistas e patriarcais da sociedade. Neste sentido, como já entendido, Crenshaw (1981) descreve a importância de discutir a discriminação sobre mulheres não-brancas além das questões patriarcais às quais elas estão visivelmente submetidas, sendo também necessário confrontar esta situação ao preconceito racial que frequentemente potencializa a exploração do corpo feminino negro, assim como estimula a desvalorização étnica e a representação dessas pessoas na sociedade, estando elas recorrentemente presas a atuações sociais limitadas, assim como ocorre no mercado de trabalho.

Foi diante dessas e de muitas outras indiferenças, que houve a necessidade em discutir o amparo àquelas que não eram incluídas de forma integral nos movimentos feministas predominado por mulheres brancas; e também nos movimentos antirracistas que colocavam o homem negro como centro. A interseccionalidade atua na tentativa de recuperar o atraso que atingiu mulheres vistas negativamente como o outro. Com isso, há, finalmente, um estudo teórico acerca das opressões que ultrapassam os limites do gênero, pois uma única questão não é definidora para compreender todos os tipos de discriminações sofridas por mulheres. O letramento interseccional não se caracteriza como processo nivelado, mas promove discussões em que as diversas formas de violências se transpassam. Nesse sentido, as práticas de combate ao racismo não se separam das demais lutas ideológicas existentes, mas também se fundamentam nesses locais.

Bilge e Collins (2020) colaboram para a compreensão da interseccionalidade a partir de sua relevância analítica nas práticas sociais vivenciadas no cotidiano, sendo possível certa transformação estrutural diante da reinterpretação social adquirida a partir dos efeitos de conscientização interseccional. A visibilidade dada aos estudos interseccionais no campo

estudantil não funciona apenas como uma teoria a ser utilizada em estudos acadêmicos, mas é um importante passo para que se redefinam as práxis sociais e se proporcionem experiências positivas aqueles que vivenciam violências simultâneas. Em *O olho mais azul* e *Eu sei porque o pássaro canta na gaiola*, é possível identificar copiosas problemáticas da vida real que são transfiguradas para a narrativa e possibilitam o leitor identificar as implicações causadas nos sujeitos atropelados por diversas opressões que se entrecruzam. Ao abordar a opressão sofrida pela comunidade negra nas narrativas de Morrison e Angelou, constata-se que o racismo não é o único fator determinante para os consequentes sofrimentos causados nessa parte da população, havendo, ainda, diversos outros elementos opressivos que influenciam nessa segregação: misoginia, pobreza, educação, política, entre outros.

Quando se estuda sobre a interseccionalidade nos espaços acadêmicos, de certa maneira, colabora-se para a compreensão dessas desigualdades interconectadas. Somente a partir de análises sobre as concepções perpetuadas na sociedade é que se pode modificar a realidade. As pesquisas acadêmicas podem servir justamente na implementação de novas percepções sociais, embora, obviamente, isso não ocorra de forma instantânea, mas na propagação de movimentos estudantis, de discursos ou debates dentro e fora dos espaços universitários, resultando em práticas e reflexões que, conseqüentemente, repercutirão no modo como as pessoas se comportam e se relacionam umas com as outras.

Sobre isso, afirmam Bilge e Collins que é importante: “não restringir a interseccionalidade à análise teórica na academia; mas expandir isso para os movimentos estudantis, ao ativismo, por exemplo, em que a análise interseccional seja usada como pontapé para mudanças” (2020, p. 58). Neste sentido, as análises literárias a partir do viés interseccional auxiliam na identificação das violências que se entrecruzam e oprimem personagens femininas negras. Esse tipo de investigação literária serve para causar reflexão acerca de situações semelhantes que são vivenciadas por mulheres negras nos mais diversos contextos reais. Neste sentido, não basta apenas investigar sobre a teoria e analisar obras literárias a partir destes estudos, para que haja transformação, é necessário expandir estas discussões em debates, na sala de aula, no dia a dia. Nesse contexto, as autoras reúnem na análise dos personagens negros todos esses fatores que servem para identificar as intersecções de classe, raça e gênero existentes nas segregações das minorias econômicas.

Investigar contextos fictícios a partir da interseccionalidade é reafirmar a importância da literatura para construir modelos de vida. A utilização desses estudos na vida real pode ocorrer, inicialmente, em movimentos que procuram amparar vítimas de desigualdades socioeconômicas que necessitam de amparo. Desse modo, os integrantes destes movimentos

(sejam profissionais, voluntários, familiares) encontram nos estudos baseados em teorias interseccionais maneiras de lidar com as múltiplas formas de segregações às quais estes sujeitos são submetidos. Ou seja, há uma estreita ligação entre as investigações analíticas e críticas da interseccionalidade com as práxis sociais do cotidiano:

Docentes, assistentes sociais, mães e pais, defensoras e defensores de políticas públicas, equipe de apoio em universidades, profissionais do direito, lideranças comunitárias, membros do clero, estudantes graduados e profissionais de enfermagem, entre outros, são atores de linha de frente que dão respostas aos problemas sociais. [...] Concentrados principalmente na práxis, em geral querem resolver os problemas, não apenas entendê-los. Para esses profissionais, praticantes e ativistas de ambos os sexos, a interseccionalidade não é simplesmente uma heurística para a investigação intelectual, mas também uma importante estratégia de intervenção para o trabalho de justiça social. (Bilge e Collins, 2020, p. 68)

Não basta ser consciente sobre as marginalizações que impõem desigualdades sociais a alguns grupos, é necessário entender de que maneira atuar para intervir nestas situações e amenizar as consequências dessas violências diárias. Ao adquirir o conhecimento necessário acerca desse sistema social, os envolvidos nestas ações absorvem noções práticas de como solucionar os problemas encontrados. Assim como os problemas se conectam e afetam simultaneamente as pessoas, a práxis interseccional, como entendem Bilge e Collins (2020), impõe que não há fragmentação entre teoria e prática, há, na verdade, a necessidade em adquirir esse conhecimento para que se atue de maneira efetiva nos problemas sociais que são resultados das adversidades que se interseccionam na rotina de determinadas pessoas. Um exemplo de como estas investigações podem influenciar em determinadas demandas do cotidiano reside em como os setores judiciais desprivilegiam mulheres negras frequentemente, desestimulando as vítimas de abusos ou discriminações a denunciar os casos por serem frequentemente invalidadas e terem suas violações arquivadas pela justiça. Akotirene exemplifica a passividade da justiça quando se tratam de mulheres negras com um caso de 1997, no Brasil, quando uma mulher negra, chamada Simone André Diniz, procurava emprego nos anúncios da *Folha*, se deparou com uma vaga de emprego, cujo requisito para ser aceita no trabalho era ser “preferencialmente branca”:

Após essa vítima apresentar a queixa na Delegacia Policial de Investigação de Crimes Raciais, o Estado brasileiro, sobretudo através do Ministério Público, esvaziou a investigação policial, solicitando o arquivamento, por considerar que a criminosa, senhora Aparecida Gisele Mota da Silva, nem sequer praticou atos que pudessem constituir o racismo previsto na Lei 7.716/89, havendo o deferimento do juiz competente sem a desmarginalização de classe, raça e gênero sugerida pela interseccionalidade. (Akotirene, 2019, p. 38)

Casos como o de Simone André Diniz demonstram que, embora o racismo tenha ganhado bastante visibilidade no final do século XX e início do século XXI, ainda havia uma frequente naturalização de casos racistas que legitimavam a marginalização de mulheres negras. Neste sentido, se justifica ainda mais a importância de se propagar a interseccionalidade como método analítico em espaços acadêmicos, para que se descaracterize a imagem negativa que os efeitos da colonização e da escravização impuseram na figura feminina negra. Antes, não ser racista era muito mais um requisito moral que cada um carregava consigo do que uma obrigatoriedade imposta pela justiça, uma vez que, ao ser racista, o criminoso possuía poucas chances de ser punido severamente, pois possuía consciência da fragilidade da justiça para casos como este, como foi o caso abordado em *O olho mais azul*, quando Maya foi levada ao dentista. Não havia receio do profissional em escancarar o seu preconceito, pois ela sabia que nada aconteceria com ele, além disso, ele sabia que a grande maioria da sociedade com grande relevância social concordaria e acharia um absurdo a insistência de Momma. Contudo, diante das constantes discussões e da conscientização social gerada a partir das investigações teóricas que colocavam em pauta casos de violência contra determinadas minorias, houve consideráveis melhoras no sistema judicial brasileiro, assim como a sociedade se tornou menos tolerante para casos racistas – embora ainda estejamos longe do ideal.

Como exemplificação, há a lei de injúria racial, que foi, recentemente, tipificada como crime de racismo e entrou em vigor no ano de 2023 no Brasil. A nova tipificação modifica a Lei de Crime Racial (7.716/1989), além do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848/1940), e determina mudanças aos casos de racismo do país que antes não se enquadravam como um crime racial pois podiam evadir para outros contextos interpretativos:

LEI Nº 14.532, DE 11 DE JANEIRO DE 2023 Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. (BRASIL, 2023, p. 1 – *online*)

O caso de Simone Diniz, citado anteriormente, deixa claro que a sociedade, naquela época, se sentia mais confortável para propagar ações racistas em espaços e meios de comunicações, pois não havia empenho efetivo da justiça para prevenir e punir determinadas situações discriminatórias. A práxis interseccional atua justamente para que a teoria influencie nas práticas sociais cotidianas e modifique ou, até mesmo, se antecipe na prevenção de casos como este. Neste sentido, é extremamente importante estabelecer debates que conscientizem a

sociedade das múltiplas violências sofridas por mulheres não-brancas, e da necessidade incluílas em discursos profundamente feministas, raciais e de classe.

Por consequência dos anos de escravidão, quando a comunidade negra foi obrigada a ser subserviente aos brancos, mesmo tanto tempo após a abolição ainda há essa naturalização em inferiorizar pessoas racializadas por se acreditar que há posições de superioridade de um sobre outro. Em decorrência disso, indivíduos pertencentes às classes mais altas e que, frequentemente, ocupam as posições de patrões, sentem-se à vontade para fazer exigências além daquelas restritas ao ambiente de trabalho, por acreditar que ainda podem ocupar as posições de dominadores.

Em *Eu sei porque o pássaro canta na gaiola* há um claro exemplo de como a patroa de Maya tentava a todo momento manter uma relação que ultrapassavam os limites existentes entre patroa e trabalhadora, pois ela tentava também manter uma relação de opressor e oprimido. Certo dia, a patroa de Maya, chamada sra. Cullinan, estava reunida com amigas quando ouviu de uma delas que o nome “Margueritte” (nome original de Maya) era muito grande, e que ela deveria chamar a jovem de Mary. A personagem demonstra sua insatisfação ao ouvir este tipo de sugestão, mas a patroa não demonstra acatar a sugestão da amiga; entretanto, no dia seguinte, Maya é chamada de Mary pela sra. Cullinan:

No dia seguinte, ela me chamou pelo nome errado. A srta. Glory e eu estávamos lavando a louça do almoço quando a sra. Cullinan apareceu na porta. “Mary?” A srta. Glory perguntou: “Quem?”. A sra. Cullinan, hesitando um pouco, sabia, e eu sabia. “Quero que Mary vá até a casa da sra. Randall e leve um pouco de sopa. Ela não anda se sentindo bem há alguns dias.” O rosto da sra. Glory foi uma maravilha de se ver. “Você quer dizer Margaret, senhora. O nome dela é Margaret.” “Esse nome é comprido demais. Ela é Mary de agora em diante [...]” (Angelou, 2018, p. 91)

Essa passagem demonstra como uma pessoa branca idealiza ter controle sobre a vida e sobre as decisões de uma pessoa negra. Assim como ocorria antes da abolição, a existência do negro era condicionada às conveniências dos brancos, neste sentido, percebe-se que a sra. Cullinan sente-se cômoda para impor suas decisões sobre a identidade de Maya sem consultá-la se essa era sua vontade. Neste contexto, evidencia-se que o racismo não se configura uma violência apenas em situações explícitas, mas também em contextos velados em que o opressor tenta subjugar um sujeito marginalizado de maneira implícita. Em seguida, a personagem certifica ao leitor de que possui consciência do contexto configurado pela patroa: “imagine deixar uma mulher branca mudar seu nome para a conveniência dela” (Angelou, 2018, p. 91). Mulheres brancas são razoavelmente mais aceitas e por isso acreditam possuírem amplo direito para se colocarem em situações de soberania.

Ainda sobre esta situação narrada no livro, é importante ressaltar a maneira como opressores utilizam a linguagem para se manterem no topo da hierarquia, assim como ocorria no período da colonização. Dominar a linguagem vai além de manter uma unidade linguística, é também uma forma de dominar e impor seus costumes, fazendo com que o Outro assuma uma nova personalidade, como a patroa queria fazer com Maya, mesmo de maneira velada. O maior registro de sucesso do período da colonização foi como os colonizadores impuseram suas línguas para os sujeitos coloniais, em uma clara tentativa de controlá-los, exercendo controle e domínio até mesmo no modo como eles se denominam. Esta foi uma herança de poder, que embora possa ser vista como algo ingênuo, é também uma atuação consciente de pessoas brancas que se colocam como donas do outro não-padrão, pois se acham superiores.

Pelo fato de possuírem privilégios quando colocadas em pauta questões raciais, construiu-se uma sociedade em que estas mulheres possuem condições econômicas menos problemáticas que mulheres negras, por isso, na grande maioria das vezes, as mulheres negras estão limitadas a determinadas áreas de trabalho ou educacionais menos prestigiadas que pessoas brancas, pois há um abismo de diferença histórica que possibilitou que uma parte da população estivesse em situação favorável sempre, enquanto que a outra parte estava sempre na condição de servidão. Conseqüentemente, esse padrão se estabeleceu no mundo, impondo ocupações bem delimitadas para cada indivíduo de acordo com sua bagagem histórica e étnica. Tal problemática possui reflexos em todos os aspectos sociais, inclusive em centros acadêmicos que deveriam propagar os estudos feministas negros e a interseccionalidade dentro das universidades, entretanto, há uma forte resistência em não considerar estes aspectos sociais como relevantes a serem abordados nos ambientes universitários, como se no interior desses espaços não houvessem problemas sociais que pudessem ser influenciados e transformados pelas práxis interseccionais:

Se consideram o tema da práxis política, em geral tratam a política como um tópico de discussão ou uma variável silenciosa com pouca influência sobre o formato da pesquisa ou as práticas dentro da sala de aula. Essas suposições relegam a política a áreas não acadêmicas e contribuem para a ficção de que o ensino superior é uma torre de marfim em que não há restrições impostas pelas relações de poder. (Bilge e Collins, 2020, p. 56)

A sociedade em geral precisa considerar as discussões políticas como importantes a serem debatidas em todos os aspectos, não há como relativizar estas discussões uma vez que há os reflexos dessas segregações em todos os espaços do cotidiano. Neste sentido, pela universidade exercer a função de formar indivíduos para o mercado de trabalho, conseqüentemente os espaços acadêmicos possuem a responsabilidade de moldar

personalidades, sendo assim, invalidar estes estudos é, ao mesmo tempo, permitir que determinados indivíduos permaneçam com personalidades problemáticas por não haver intervenções sociais que modifiquem este senso comum arraigado na educação e nas relações cotidianas. O racismo é resultado da dominação de determinada raça que tenta, ainda, manter-se em posição de superioridade. A cena entre sra. Cullinan e Maya evidencia esta situação, entretanto, posteriormente, expõe que a patroa era totalmente consciente quando ela profere insultos racistas para a jovem negra, quando esta danifica um de seus objetos mais caros:

A sra. Cullinan gritou mais alto: “Aquela crioula estabanada. Crioulinha estabanada”. A de sardas na cara se inclinou e perguntou: “Quem foi, Viola? Foi Mary? Quem foi?”. Tudo estava acontecendo tão rápido que não consigo lembrar se o ato dela precedeu as palavras, mas sei que a sra. Cullinan disse: “O nome dela é Margaret, droga, o nome dela é Margaret!”. E ela jogou um pedaço de prato quebrado em mim. Pode ter sido a histeria que afetou a mira, mas o caco voador acertou a srta. Glory acima da orelha, e ela começou a gritar. Deixei a porta da frente bem aberta para todos os vizinhos ouvirem. A sra. Cullinan estava certa quanto a uma coisa. Meu nome não era Mary. (Angelou, 2018, p. 92)

Embora a patroa tente, Maya se mostra resistente ao não aceitar que seu nome seja mudado sem sua autorização, embora em um passado isso fosse possível, a conscientização social e racial se transforma em resistência, e impede que corpos negros sejam dominados, pois há a reafirmação da própria identidade. Angelou, ao construir essa cena, comprova a necessidade em estimular conscientização para a comunidade em geral, além de demonstrar as diversas camadas de violências que o racismo proporciona. Até mesmo pessoas pertencentes à comunidade negra não conseguem se opor a situações desmoralizadoras, principalmente quando isso ocorre de maneira dissimulada. Nestes casos, estimular o estudo, as discussões, as leituras, as ações em movimentos estudantis, entre outros casos, ajudam estas pessoas a possuírem autonomia para se posicionar.

Maya, apesar de muito jovem, mostra-se uma menina segura para lidar com a tentativa da patroa de lhe colocar em uma posição que não lhe cabia. Neste caso, isso ocorre, também, pelas referências femininas que possuía em sua vida (sua mãe e sua avó eram mulheres independentes), além do afeto familiar que lhe possibilitava segurança para agir dessa maneira e segurança econômica, para que ela não passasse dificuldades financeiras ao ponto de passar fome. A pobreza e o desemprego são fatores muito comuns que obrigam mulheres a submeterem-se a condições de trabalho degradantes.

Observa-se que as mulheres negras da obra não ocupam posições privilegiadas no mercado de trabalho, pois estão submetidas aos serviços domésticos que são frequentemente ocupados também na vida real. Maya e Pauline são exemplos de mulheres que por serem invisibilizadas

socialmente são obrigadas a exercerem funções consideradas inferiorizantes. A mulher negra ocupa estes espaços historicamente, evidenciando que mesmo com o fim da escravidão, esta comunidade continua delimitada a funções que a coloque como serviçal. O trecho abaixo expõe que Pauline também vivenciou a mesma conveniência dos patrões ao trocarem seu nome:

“Onde está a Polly?”, perguntou. Senti ferver a violência, minha velha conhecida. Ela chamar a sra. Breedlove de Polly, quando até Pecola chamava a mãe de sra. Breedlove parecia razão suficiente para lhe dar uns arranhões. “Lá embaixo”, respondi. “Polly!”, chamou ela. [...] A garotinha de rosa começou a chorar. A sra. Breedlove virou-se para ela. “Não, meu bem, não. Vem cá. Ah, meu Deus, olhe o seu vestido. Pare de chorar. A Polly vai trocar o seu vestido.” Foi até a pia, abriu a torneira e molhou uma toalha limpa. (Morrison, 2019, p. 79)

No excerto acima, a filha dos patrões procura por Pauline chamando-a pelo apelido “Polly”. Primeiramente, constata-se que Claudia percebe a situação degradante a que uma mulher negra é submetida quando um branco limita e rotula um negro até na identificação nominal dessa pessoa, pois caracteriza-se como um excesso de autoritarismo que era comum em épocas escravagistas, demonstrando que ainda havia, mesmo que em níveis diferentes, uma relação de propriedade. Além disso, o modo como a menina procura por Pauline comprova que já é uma realidade aceita pela personagem e que, ao contrário de Maya, ela não contesta essa imposição. Este fato pode ser exemplificado pelos cenários diferentes aos quais as duas figuras pertencem, pois por mais que Maya vivencie uma difícil realidade, ela possuiu melhores condições de vida, que, de certa forma, ocasionou em experiências cotidianas menos traumáticas; além disso, a jovem possuía uma base familiar mais bem estruturada, possibilitando certa comodidade para que ela pedisse demissão do emprego.

Em relação a Pauline, seu contexto de vida sempre foi mais desgastante, além de ela não possuir a mesma facilidade para abandonar o emprego por causa do seu apelido, que lhe trazia uma bagagem de afeto e acolhimento que ela nunca tinha recebido, principalmente vindos de pessoas brancas; para ela, aquele apelido era como uma demonstração de carinho, fazendo-lhe sentir bem recepcionada e parte daquele ambiente. Com um marido alcóolatra, a personagem não possuía uma estrutura familiar que lhe amparasse em caso de desemprego. Por estes motivos, a classe influencia diretamente na vida de pessoas negras, haja vista que essas pessoas, na maioria das vezes, são obrigadas a submeter-se a situações degradantes para garantir um salário insuficiente; no caso de Maya, mesmo que ela também pertença à classe baixa, ela possui melhores condições de vida que oportunizam a escolha em alguns casos, expondo como as condições econômicas de cada um interferem nas subordinações sofridas cotidianamente, sendo

a classe um dos atributos para garantir a hierarquia e a dominação sobre determinados grupos desprivilegiados.

É importante pontuar que a loucura de Pecola não aconteceu apenas por causa do abuso sexual, mas que, diante de tanta negação das pessoas que a rodeavam, ela já estava com a própria loucura encaminhada. Um exemplo disso eram as rezas cotidianas para que acordasse com os olhos azuis, sendo uma clara tentativa de possuir uma vida que suas características físicas – principalmente a pele escura – lhe impediam. Diante de tanto preconceito, embora não percebesse que o problema não estava no seu corpo, mas em toda a conjuntura histórica construída em torno da negritude, ter olhos azuis significava fugir daquela realidade: “se tivesse outra aparência, se fosse bonita, talvez Cholly fosse diferente, e a sra. Breedlove também.

Talvez eles dissessem: “Ora, vejam que olhos bonitos os da Pecola. Não devemos fazer coisas ruins na frente desses olhos bonitos” (Morrison, 2009, p. 36). Para ela, era o seu corpo negro que lhe causava dor, eram suas características que a impediam de receber um tratamento digno das pessoas; nesse sentido, ela lutava, desejava profundamente que conseguisse sair daquela estrutura física que lhe causava tanto sofrimento. A própria narrativa explícita que toda a angústia de Pecola era revestida no desprezo por si mesma, na inquietação por não ser diferente e, por causa disso, não conseguir agradar as pessoas ao redor:

Ali estava uma menina feia pedindo beleza. Uma onda de amor e compreensão o invadiu, logo substituída por raiva. Raiva de não poder ajudá-la. De todos os desejos que já lhe tinham trazido — dinheiro, amor, vingança —, aquele lhe pareceu o mais comovente e merecedor de realização. **Uma menina negra que desejava alçar-se para fora do fosso de sua negritude e ver o mundo com olhos azuis.** Sua indignação aumentou e teve gosto de poder. Pela primeira vez ele sentiu, honestamente, vontade de ser capaz de fazer milagres. (Morrison, 2009, p. 126, grifo nosso)

O trecho em questão se refere a um personagem caracterizado como “Leitor, Orientador e Interpretador de Sonhos” (Morrison, 2009, p. 119), conhecido como Soaphead Church. Pecola se dirige até o homem na tentativa de que ele realizasse o seu desejo de possuir os olhos azuis. Percebe-se que era, para ela, viver aprisionada naquele “fosso”, naquela pele de cor escura na qual ela não conseguia ver beleza após tantas pessoas apontarem a sua “feiura” e a desprezarem. Ela não conseguia se ver com outro olhar, apenas com os olhos dos outros – somente se olhando com o olhar azul das pessoas brancas é que ela conseguiria se aceitar e ser aceita – pois toda beleza era o oposto do que ela representava.

No início da obra, Claudia desabafa sobre os cravos-de-defunto que plantou no outono de 1941 não terem brotado, ao mesmo tempo em que cita a gravidez de Pecola, ocorrida na primavera. A primavera é considerada um período de renascença, em que se afloram

sentimentos positivos, como o amor, pois tudo é mais belo e florido. Mas há uma oposição nesta concepção sobre a estação primaveril e os fatos da narrativa, pois quando Pecola é estuprada pelo pai justamente nesta estação, ocorre uma inversão de acontecimentos: o que era para ser brotado, morre e murcha, o estupro de Pecola pelo próprio pai anula o amor e as emoções positivas que a primavera traz consigo; a falta de proteção fraterna é representada pela infertilidade da terra e, conseqüentemente, o não crescimento dos cravos-de-defunto representam tudo aquilo que Pecola desejava ter, mas nunca possuiu, nunca brotou em sua vida:

Jamais ocorreu a nenhuma das duas que a própria terra pudesse estar improdutiva. Tínhamos jogado as sementes no nosso canteiro de terra negra exatamente como o pai de Pecola havia jogado as suas no canteiro de terra negra dele. Nossa inocência e nossa fé não foram mais produtivas do que a luxúria ou o desespero dele. O que está claro agora é que, de toda a nossa esperança, do medo, luxúria, amor e pesar, não resta nada além de Pecola e da terra improdutiva. Cholly Breedlove está morto; nossa inocência também. As sementes murcharam e morreram; o bebê dela também. Não há realmente mais nada a dizer — a não ser por quê. Mas, como é difícil lidar com o porquê, é preciso buscar refúgio no como. (Morrison, 2009, p. 8)

A inocência de Pecola e das demais crianças negras, como Claudia e Frieda, era tão grande quanto a luxúria de Cholly, que não promoveu proteção e paz diante de tanto sofrimento da família Breedlove. Cholly morreu e Pecola, mesmo viva, estava morta por dentro, tentando encontrar, em meio a sua loucura, um horizonte que a mantivesse viva de alguma maneira. Não havia razão para ela estar naquele mundo em que tudo era improdutivo para ela, nada a fazia ter vontade de viver, de florir; a loucura era um escape, um afago frente a tanto sofrimento. Tudo era insuportável, e tornava-se mais suportável fora a realidade.

Ao final do livro, Claudia retoma os cravos-de-defunto e a terra improdutiva, como se estivesse fazendo um elo, uma conexão entre o início da história e o seu trágico fim. Ao citar a improdutividade da terra no início e no final da obra, reflete, simbolicamente, como a narrativa tenta demonstrar que as opressões raciais, patriarcais e classistas influenciam diretamente no destino daqueles que são efetivamente atingidos por esse sistema:

E agora, quando a vejo remexendo no lixo — procurando o quê? Aquilo que assassinamos? Digo que não plantei as sementes fundo demais, a culpa foi do solo, da terra, da nossa cidade. Agora até penso que a terra do país inteiro era hostil a cravos-de-defunto naquele ano. Este solo é ruim para certos tipos de flores. Não nutre certas sementes, não dá certos frutos, e, quando a terra mata voluntariamente, aquiescemos e dizemos que a vítima não tinha o direito de viver. Estamos errados, é claro, mas não tem importância. É tarde demais. Pelo menos nos limites da minha cidade, entre o lixo e os girassóis da minha cidade, é muito, muito, muito tarde. (Morrison, 2009, p. 149)

Por ser uma história que tem o cenário americano dos Estados Unidos como espaço, há a reflexão de como essa terra é infértil para aqueles que estão fora do círculo de privilégios sociais, que estão excluídos da dignidade da vida e que resta, apenas, conformar-se com uma vida miserável e triste, assim como foi o fim de Pecola. Em um país com grande parte da população sendo negra, até que ponto há respeito por essas pessoas? A personagem principal de *O olho mais azul* não é apenas uma criação de Toni Morrison, é o reflexo do que a população negra – principalmente mulheres negras – vivenciaram e vivenciam no seu cotidiano. Para os privilegiados brancos, essas pessoas não são dignas de viver, elas apenas sobrevivem, e sobrevivem para servi-los diariamente, pois, se assim não o fizerem, não há por que estarem no mundo, vivos, compartilhando o mesmo espaço. Por esse motivo, o livro inicia e termina com esta simbologia, a terra dos Estados Unidos é uma terra improdutiva para meninas e meninos como Pecola, que muito frequentemente estão sujeitos à morte, assim como as terras improdutivas dos cravos-de-defunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se preocupou em colaborar com os estudos acerca do gênero feminino, especificando o corpus de análise às mulheres que foram, historicamente, negligenciadas e submetidas a diversas formas de opressões patriarcais e racistas. Neste sentido, considerou-se que as mulheres negras eram as figuras mais atingidas neste processo histórico, pois, diante de uma sociedade sistematizada por superioridades de acordo com as características físicas/biológicas e classistas, elas se situavam abaixo de qualquer outra figura adulta, pois não correspondiam aos requisitos que lhes garantissem algum tipo de privilégio, mesmo que efêmero. Neste sentido, para corporificar esta análise, utilizaram-se autorias negras, uma vez que este campo literário corrobora para a expressividade de um grupo de pessoas silenciadas e escravizadas de diversas maneiras, e não apenas no período escravagista.

A partir de um objeto de estudo com autoria da mulher negra, é possível identificar uma linha tênue entre o literário e o real, visto que são pessoas que vivenciaram os múltiplos preconceitos no próprio cotidiano. Neste cenário, as autoras revivem, de certa maneira, as próprias cicatrizes ao escreverem uma obra, caracterizando-se, assim como colocado por Conceição Evaristo (2005), como uma *escrevivência*, pois manifesta-se não apenas o “fazer literário”, mas, também, o “(re)viver” a própria história. Como forma de reforçar este termo de Evaristo, considera-se um dos objetos de estudos desta pesquisa *Eu sei porque o pássaro canta na gaiola*, dado que se trata de uma autobiografia da autora afro-estadunidense Maya Angelou.

Foi possível perceber na obra como esta narradora-personagem-protagonista tenta transportar ao público seu processo de reconhecimento do aprisionamento em que a sociedade a colocava. Há um desenvolvimento desde o momento em que a personagem é apenas uma criança que tenta entender a sistematização problemática em que ela está inserida, até o momento em que ela se percebe como vítima desse sistema, buscando alternativas de libertação. Este reconhecimento é extremamente importante, uma vez que somente é possível resistir à gaiola (ao preconceito de maneira geral) quando estes problemas deixam de ser naturalizados e tolerados pelos próprios alvos, e passam a ser questionados, enfrentados e rechaçados; neste processo, a *escrevivência* torna-se uma alternativa de desencarceramento e autonomia. Neste sentido, considera-se que esta escrita objetiva expor as próprias vivências e, além disso, as interpretações subjetivas em relação ao coletivo, ou seja, não há apenas uma declaração pessoal, mas também coletiva de uma comunidade que possui similaridades de raça, gênero e classe. Para além de uma discussão em que se analisasse apenas uma autora negra, foi considerado essencial que mais vozes fossem colocadas como pautas literárias. Por esse motivo, entende-se

que Toni Morrison completou de maneira consistente e extremamente representativa os objetivos de análise que se desejavam alcançar, uma vez que a autora é vista como uma das mais importantes figuras da literatura negra. A narrativa da autora, utilizada como objeto de estudo, tem como personagem principal Pecola Breedlove, uma menina negra de 12 anos, que vive em situação de inferioridade, na comunidade e na família. Por estar incluída em uma sociedade racista com imposições estéticas que valorizam fenótipos da branquitude, ela incorpora esse padrão de beleza que, por consequência, a faz acreditar na própria inferioridade. Diante disso, Pecola reza todos os dias para possuir olhos azuis, acreditando que, com essa particularidade, ela consiga ser acolhida pelas pessoas, inclusive por seus pais.

Publicado em 1970, *O olho mais azul* foi a primeira obra de Morrison; a narrativa demonstra que as mulheres não-brancas enfrentam diversas problemáticas raciais que as fazem estar em conflito não apenas com as pessoas fora da comunidade negra, mas também com seus semelhantes. A personagem principal é fruto de um contexto social que não lhe permite estar incluída em qualquer lugar desse universo racista, pois exige que as pessoas não-brancas sejam inferiorizadas diante da padronização estética que valoriza traços de pessoas brancas.

Pecola é vítima das diversas violências de um sistema que menospreza sua existência. Ela não encontra seu lugar no mundo e nem pessoas que possam ampará-la em seus momentos de dores. Além do valor literário, a narrativa tem o poder social para estabelecer discussão sobre a necessidade de dialogar com as diversas dificuldades que fazem as mulheres negras serem alvos mais constantes e fáceis desse sistema racista e capitalista. Entende-se que não apenas o gênero foi determinante para a infeliz trajetória de Pecola, mas também sua classe e raça, que potencializaram ainda mais sua invisibilidade e inferiorização.

Desse modo, para que houvesse interligação entre as duas obras, foi utilizada a interseccionalidade como ferramenta de análise, pois considerou-se que os contextos sociais são marcados pela heterogeneidade, não havendo como classificar as diversas formas de opressão de uma única maneira, pois possuem raízes nas diferenças individuais, seja raça, gênero, classe, orientação sexual, nacionalidade, etc. Neste estudo, a interseccionalidade foi utilizada, principalmente, para que se entendesse que uma única forma de experiência não é suficiente para que se compreendam as múltiplas vivências daqueles que integram a coletividade, neste sentido, o feminismo não se restringe na experiência das mulheres brancas, haja vista que há incompatibilidade àquelas mulheres não-brancas que possuem outras características e, conseqüentemente, tornam-se duas figuras femininas expostas a diferentes tipos e proporcionalidades de opressões. Da mesma forma que as lutas raciais devem ser vistas a partir das complexidades humanas, partindo do individual para o coletivo.

Diante disso, percebeu-se que os estudos feministas e raciais, de maneira geral, não seriam suficientes para abranger todas as profundidades necessárias, tanto da mulher quanto da pessoa negra, pois entendeu-se que as propriedades individuais abordadas nos dois objetos de estudos se inter-relacionavam, impossibilitando que houvesse um estudo homogêneo, pois, se assim o fizesse, haveria uma abordagem superficial e inconsistente.

As personagens Maya e Pecola possuem similaridades em relação aos múltiplos preconceitos e abusos que sofrem, entretanto, também há diferenças nas vivências de cada uma, demonstrando a necessidade de analisar as diversidades dos indivíduos. Evidencia-se como fator de igualdade entre as personagens o colorismo, que age de maneira a fragmentar as relações negras, de tal modo que Pecola e Maya sonham com a branquitude. Em *Eu sei porque o pássaro canta na gaiola*, Maya possui um ambiente familiar mais acolhedor, circunstância que lhe permite conviver com suas dores de maneira mais suportável do que Pecola, mas ainda assim ela se imagina branca e “fofa” para conseguir ser mais aceita, admirada, vista como bonita, o que também a transformaria em alguém mais bondoso, numa associação entre a branquitude e a bondade.

A mesma inadequação estética assalta Pecola e sua mãe Pauline, ambas lutando contra a feiura internalizada, uma desejando olhos azuis e tudo o que isso representaria, um mundo de branquitude e aceitação; a outra, incapaz de amar a própria filha, negra demais, feia demais para ser amada. Todas as personagens incorporaram os reais e verdadeiros padrões estéticos impossíveis, inatingíveis, pois brancos, o que leva à internalização da invalidação de seus corpos, de sua aparência, de sua própria existência.

Considera-se que este contexto social e ambiente familiar mais problemática reflete de maneira efetiva na construção identitária de mulheres incompreendidas e, conseqüentemente, incapazes de compreender seus pares. Pecola, ao contrário de Maya, nunca conviveu em um ambiente acolhedor, tornando a realidade algo insuportável para ela, neste sentido, o maior fator de dessemelhança entre as duas personagens é ambas estarem incluídas em contextos adversos, que as tornam produto daquele ambiente. Pauline, embora tenha agido de maneira hostil com a própria filha, também foi produto de um ambiente que não lhe possibilitou assumir uma outra personalidade – mais amena, mais acolhedora, mais reflexiva –, pois, para que se busque mecanismos de libertação, é necessário se reconhecer como alvo deste preconceito, para que, dessa maneira, consiga se opor a ele. Há diversos outros personagens que possibilitam uma narrativa dinâmica e reflexiva sobre as multiplicidades que tornam os seres diferentes uns dos outros, entretanto, algumas destas diferenças tornam-se parâmetros de inferioridade;

principalmente o racismo estrutural que influencia diretamente na trajetória de pessoas negras, assim como também interfere na construção identitária dessas pessoas.

A pesquisa revela que a interseccionalidade abrange discussões que não são pautadas nas manifestações feministas que homogeneizavam a luta contra a opressão feminina. Essas discussões encruzam diversas situações que expõem como a mulher negra sobrevive em uma sociedade que sempre beneficia aquelas mulheres padronizadas pelo eurocentrismo, pela classe e pela cisheteronormatividade. São inúmeras as discussões que redefinem o conceito sobre a mulher, e que devem ser pautadas para que se desconstrua essa visão tradicional implantada no mundo. A mulher negra, que foge do padrão cisheteronormativo e não se encaixa no elitismo estruturado pelo capitalismo, nunca foi vista como pertencente ao grupo estipulado como “mulher de verdade”, pois ela era sempre vista como o outro.

Ademais, ressalta-se a importância de incentivar estudos que promovam conscientização e modifiquem, de alguma maneira, a realidade social que manifesta preconceitos dos mais variados gêneros. Uma vez que as escritoras aqui analisadas possuem bagagem de vida e grande variedade ficcional, é importante enfatizar as variadas formas de análises que ainda podem ser realizadas diante de uma vasta literatura existentes no currículo de Angelou e Morrison. Além disso, a literatura de autoria negra possui pluralidade de autoras que podem colaborar para as análises de gênero e de raça, como por exemplo, a autora brasileira Conceição Evaristo, que desenvolve um trabalho literário muito importante, sendo uma das autoras negras mais citadas nos estudos acadêmicos brasileiros que possuem foco na mulher negra. A interseccionalidade é apenas uma das teorias que podem ser utilizadas para abranger os objetivos de análises que concernem a comunidade negra e o gênero feminino, sendo assim, não deixa de ser crucial a relevância da teoria utilizada nesta pesquisa, mas pontua-se que outras formas de análise e de pesquisa podem ser feitas para, gradativamente, elevar os estudos e a reflexão social acerca da negritude e da mulher.

REFERÊNCIAS

- ANGELOU, Maya. **Eu sei porque o pássaro canta na gaiola**. Trad. Regiani Winarsk. – Bauru, SP: Astral Cultural, 218.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polen, 2019.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo**. 2 livros. Trad. Sérgio Millet. 5 ed. Rio de

Janeiro: Nova Fronteira, 2009

BILGE, Sirma; COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. Trad. Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberle. **Mapeando as margens**: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. Tradução de: Carol Correia. 14 junho 2017 Disponível em <<https://medium.com/revista-subjetiva/mapeando-as-margensinterseccionalidade-pol%C3%ADticas-de-identidade-e-viol%C3%A2ncia-contra-mulheresn%C3%A3o-18324d40ad1f>>. Acesso em 10 jun 2022

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, Vol. 43, No. 6 (Jul., 1991), pp. 1241-1299

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**: Vol. 1989: Iss. 1, Article 8. P. 139-167

CORDEIRO, Hildália Fernandes Cunha. Literatura abêbê: uma abordagem teórico-crítica e metodológica negrorreferenciada das obras o olho mais azul e deus ajude essa criança de Toni Morrison. Salvador, 2023. 338 p. Tese de Doutorado – Universidade Federal da Bahia.

CORRÊA, Cláudia Maria Fernandes. Ecos da solidão: uma autobiografia de Maya Angelou. São Paulo, 2008. 165 p. Dissertação – Universidade de São Paulo.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FANINI, A. M. R.; AMARAL, J.; SANDRINI, P. H. da C. Maya Angelou: biografia e crônica social em Eu sei por que o pássaro canta na gaiola. **Revista Criação & Crítica**, [S. l.], n. 27, p. 163-181, 2020. DOI: 10.11606/issn.1984-1124.i27p163-181. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/171161>. Acesso 5 março 2023.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Trad. Áurea B. Weissenberg. Petrópolis: Editora Vozes, 1971
Título original americano:

JACOBS, Harriet Ann. **Incidentes na vida de uma menina escrava**. Trad. Felipe Vale da Silva. – 1 ed. São Paulo: Aetia Editorial, 2018.

hooks, bell. **Não sou eu uma mulher**. Plataforma Gueto, 2014. hooks, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. – 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEI Nº 14.532, DE 11 DE JANEIRO DE 2023. On-line. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114532.htm> acesso 02 março 2023

- LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens.** Trad. Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** Trad. Renata Santini. Rio de Janeiro: Arte & Ensaios, 2018.
- MORRISON, Toni. *O olho mais azul.* São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- NUNES, Raquel D' Elboux Couto. *Maya Angelou: gênero, autobiografia violência e agenciamento em I know why the caged bird sings.* Maceió, 2011. 113 p. Dissertação – Universidade Federal de Alagoas.
- RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro.** São Paulo: Editora Schwarcz, 2018.
- SANTOS, Alicia Dandara Tavares de Souza. *A protagonista negra e a “psicopatologia”: uma leitura do romance o olho mais azul, de Toni Morrison.* Teresina, 2019. 109 p. Dissertação – Universidade Estadual do Piauí.
- SILVA, Monaliza Rios. *Maya Angelou e suas afroamericanidades: o ritmo autobiográfico de The heart of a woman.* João Pessoa, 2011. 150 p. Dissertação – Universidade Federal da Bahia.
- SMITH, Sidonie. WATSON, Julia. *(De)colonizing the subject: the politics of gender in women's autobiography.* Minneapolis: University of Minnesota, 1992.
- SOUZA, Luiz Augusto de Assis. **Episódios de opressão cotidiana no romance *O olho mais azul.*** João Pessoa, 2022. 61 p. Trabalho de conclusão de curso - Universidade Federal da Paraíba.
- VERGÉS, Françoise. **Um feminismo decolonial.** Trad. Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. – São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- WALKER, Alice. **In search of our mothers' gardens: womanist prose.** San Diego, California: Harcourt Brace Jovanovich, 1983.
- WOLF, Naomi. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992.